



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISA

Unidade de Pesquisa: Museu Paraense Emílio Goeldi

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2015



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISA

Unidade de Pesquisa: Museu Paraense Emílio Goeldi

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2015

Relatório de Gestão do Exercício 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com o IN TCU 63/210, c/c o art. 5º, inciso VII, da Decisão Normativa TCU Nº 140/2014, da Portaria TCU Nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno contidos na Portaria CGU Nº 522/2015 e DN Nº 146/2015.

Belém – Pará
2016

LISTA DE SIGLAS

ACT - Recursos Financeiros Aplicados em Capacitação e Treinamento
AEA – Área Estratégica de Atuação
AGU - Advocacia Geral da União
APD - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento
API - African Plants Initiative
BIA - Boletim de Informações Administrativas
BRC – Biodiversity Researcher Consortium
BSC - Balanced Score Card
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CAD – Coordenação de Administração
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO - Coordenação de Botânica
CCE – Coordenação de Comunicação e Extensão
CCH - Coordenação de Ciências Humanas
CCTE - Coordenação de Ciências da Terra e Ecologia
CESUPA – Centro Universitário do Estado do Pará
CEUA - Comissão de Ética no Uso de Animais
CID – Coordenação de Informação e Documentação
CMU - Coordenação de Museologia
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAD - Comitê de Acompanhamento e Avaliação de Desempenho
CONCEA - Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal
CP – Campus de Pesquisa
CPA – Coordenação de Planejamento e Acompanhamento
CPATU – Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido
CPPG – Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação
CSF – Ciência Sem Fronteiras
CTC - Conselho Técnico Científico
CZO - Coordenação de Zoologia
C&T – Ciência e Tecnologia
DOU – Diário Oficial da União
ECFPn - Estação Científica Ferreira Penna
EI – Nº de Exemplares Incorporados e Identificados
ELDP - Programa Excelsior Linked Deposit
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
ENCTI – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
ESECAFLOR – Estudo de Seca na Floresta
ETCO - Eventos Técnico-Científicos Organizados
FAPESPA - Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa
FBC – Nº de funcionários, bolsistas e cedidos
FIEPA – Federação das Indústrias do Estado do Pará
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
FLONA - Floresta Nacional
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GPI - Global Plants Initiative
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

ICE - Índice de Comunicação e Extensão
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICT – Índice de Capacitação e Treinamento
IDEFLORBio - Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
IE – Iniciativa Estratégica
IEB – Instituto Internacional e Educação do Brasil
IEIC - Índice de Espécimes Incorporadas e Identificadas as Coleções
IEO - Índice de Execução Orçamentária
IEVIC – Indicador de Estudantes com Vocação de Iniciação Científica
IFPA - Instituto Federal do Pará
IGPUB – índice Geral de Publicações
IIS – Índice de Inclusão Social
IMCC - Índice de Incremento Médio das Coleções Científicas
IN - Instrução Normativa
INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INPI - Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
INPP - Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal
IODT – Índice de Orientação de Dissertações e Teses Defendidas
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPUB – Índice de Publicações
IRD - Institut de Recherche pour le Développement
ISSN - International Standard Serial Number
ITV – Instituto Tecnológico Vale
LAPI - Latin American Plants Initiative
LBA - Large Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazonia
LOA - Lei Orçamentária Anual
MABE - Museu de arte de Belém
MAS - Museu de Arte Sacra
MCTI - Ministério de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
MDC - Número de Materiais Didático Científicos Organizados
MEPH - Museu do Estado do Pará
MNRJ – Museu Nacional
MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MT - Mato Grosso
MZUSP - Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo
NBGI – Núcleo de BioGeoInformática
NCE – N° de Comunicações Externas
NCI – Núcleo de Cooperação Internacional
NDM - N° de Dissertações de Mestrado Defendidas
NE - N° de exposições permanentes, temporárias e itinerantes criadas e com recursos para sua montagem
NECC – N° de espécimes registrados para cada coleção
NED Livros - Núcleo Editorial de Livros
NITT - Núcleo de Proteção ao Conhecimento, Inovação e Transferência de Tecnologia
NLCC - Núcleo de Licitações, Contratos e Convênios
NME - N° de Monografias de Especialização Defendidas
NPD – N° de Pós-Docs

NPDEP – Nº de Professores/Pesquisadores Diretamente Envolvidos no Projeto.
NPE – Nº de Projetos de Educação em ciência, ambiental, patrimonial e de extensão
NPPACI - Nº de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras
NPPACN - Nº de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais
NPSCI - Nº de Publicações em Periódicos, com ISSN, indexados no Sciencific Index
NPT - Σ do Pessoal Terceirizado
NTCC - Nº Total de Coleções Científicas
NTD - Nº de Teses de Doutorado Defendidas
NTEI - Nº total de Exemplares Incorporados
NTS - Nº Total de Servidores
NUVOP – Núcleo de Visitas Orientadas ao Parque Zoobotânico
OCC - Soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100 / 150 efetivamente empenhadas e liquidadas no período
ODA - Overseas Development Administration
OE - Objetivo Estratégico
OI - Ordem Interna
ONG - Organização Não-Governamental
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAAVC - Nº de Pessoas Atendidas em Atividades de Extensão Voltadas para as Comunidades
PAPVC – Nº de Pessoas Atendidas em Projetos de pesquisa com algum componente voltado para as comunidade
PCI - Programa de Capacitação Institucional
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PDU - Plano Diretor da Unidade
PEC - Programa de Estudos Costeiros
PELD - Programa de Pesquisa de Longa Duração
PEUT - Parque Estadual do Utinga
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNEs – Portadores de necessidades Especiais
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PO – Plano Orçamentário
POP - Procedimento Operacional Padrão.
PPA – Plano Plurianual
PPACI - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional
PPACN - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional
PPBio - Programa de Pesquisa em Biodiversidade
PPBD – Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos
PPGCA - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais
PPG-BIONORTE - Programa de Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia
PPG7 - Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PRB - Participação Relativa de Bolsistas
PROFINIT - Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação
PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado
PZB - Parque Zoobotânico
Rede NAMOR - Rede dos Núcleos de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental
RG - Relatório de Gestão

RPT - Receita Própria Total
RRP - Relação entre Receita Própria e OCC
RTSPMFBA - Rede de Tecnologias Sociais em Plantas Medicinais e Fitoterápicos no Bioma Amazônico
SCI – Science Citation Index
SCP - Serviço do Campus de Pesquisa
SCS - Serviço de Comunicação Social
SCUP - Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa
SEMAS – Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará
SG – Serviços Gerais
SEXEC/MCTI - Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIBBR – Sistema de Informação Sobre a Biodiversidade
SIGTEC – Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas
SISPEN – Sistema de Planejamento Estratégico de Negócios
SNG – Sequencing New Generation
SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SPZ - Serviço do Parque Zoobotânico
SRH – Serviço de Recursos Humanos
STI - Serviço de Tecnologia da Informação
SWOT - Strengths - Forças, Weaknesses - Fraquezas, Opportunities - Oportunidades e Threats - Ameaças
TCG - Termo de Compromisso e Gestão
TCU - Tribunal de Contas da União
TEAM - Ecologia, Avaliação e Monitoramento das Florestas
TED – Termo de Execução Descentralizada
TI - Tecnologia da Informação
TNC - The Nature Conservancy
TNSE - Técnicos de Nível Superior
UC - Unidade de Conservação
UEPA - Universidade do Estado do Pará
UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso
UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA - Universidade Federal do Pará
UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia
UPs – Unidades de Pesquisas
UPC - Unidade Prestadora de Contas
USAID - *United States Agency for International Development*
VOE - \sum dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

- Quadros

Quadro 1 - Identificação da UPC	04
Quadro 2 - Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade	15
Quadro 3 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	21
Quadro 4 - Macroprocessos finalísticos	24
Quadro 5 - Indicadores de desempenho da UPC em 2015	26
Quadro 6 - Objetivos e metas estabelecidas para o Exercício 2015	30
Quadro 7 - PDU do MPEG (2011-2015) - Objetivos relacionados a Programas Temáticos do Plano Plurianual – PPA	52
Quadro 8 - Inserção das linhas de ação e metas do PDU/MPEG 2011-20 na ENCTI 2012-2015	62
Quadro 9 - Matriz de Desafios da Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação da UPC	77
Quadro 10 - Matriz de Desafios por unidade gestora do da UPC	78
Quadro 11 - Monitoramento dos indicadores táticos da Coordenação de Planejamento e Acompanhamento da UPC	81
Quadro 12 – Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC	84
Quadro 13 – Notas de movimentação de crédito recebidas na Ação 4125	85
Quadro 14 – Despesas de modalidade de contratação	87
Quadro 15 – Despesas por grupo e elemento de despesa	88
Quadro 16 – Programa 2021 - Objetivos, Iniciativa e Ação	90
Quadro 17 - Quadro situacional dos projetos da UPC intermediados pela Fundação de Amparo à Pesquisa (FADESP)	95

Quadro 18 - Indicadores de desempenho da UPC no exercício 2015	99
Quadro 19 - Metas dos indicadores institucionais de desempenho para o exercício de 2015	100
Quadro 20 - Série histórica 2010-2015 dos indicadores de desempenho da UPC	101
Quadro 21 – Base normativa, atribuições e forma de atuação de cada instância da estrutura de governança da UPC	123
Quadro 22 – Eventos apurados em 2015, providências adotadas e resultados	126
Quadro 23 – Avaliação do sistema de controles internos da UPC	127
Quadro 24 – Controle geral de visitantes ao Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi em 2015	133
Quadro 25 – Dados adicionais sobre os visitantes do Parque Zoobotânico	134
Quadro 26 – Quantitativo de restrições registradas durante o exercício 2015	141
Quadro 27 – Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no SIAFI	142
Quadro 28 – Balanço financeiro da UPC	142
Quadro 29 – Balanço patrimonial da UPC	143
Quadro 30 – Demonstração das variações patrimoniais da UPC	144
Quadro 31 – Força de trabalho da UPC – Situação em 31/12/2015	147
Quadro 32 – Distribuição da força de trabalho no âmbito dos macroprocessos finalísticos	148
Quadro 33 - Distribuição da lotação efetiva por área meio e fim	148
Quadro 34 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro)	149
Quadro 35 – Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois exercícios anteriores	152
Quadro 36 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.	157

Quadro 37 - Quantitativo de contratos de estágios vigentes em 2015	159
Quadro 38 - Visão gerencial do panorama evolutivo da quantidade e despesas de contratações de estagiários no período 2013-2015.	160
Quadro 39 - Distribuição dos prédios no Parque Zoobotânico do MPEG, em termos de área ocupada e estado de conservação	163
Quadro 40 - Distribuição dos prédios no Campus de Pesquisa do MPEG, em termos de área ocupada e estado de conservação	165
Quadro 41 - Distribuição dos prédios na Estação Científica Ferreira Penna, em termos de área ocupada e estado de conservação	166
Quadro 42 - Distribuição dos prédios no Campus Avançado do Pantanal, em termos de área ocupada e estado de conservação	167
Quadro 43 - Síntese da área ocupada por cada base física da UPC	167
Quadro 44 - Coordenadas geográficas de referência dos imóveis da UPC	168
Quadro 45 - Avaliação dos imóveis Parque Zoobotânico e Campus de Pesquisa	170
Quadro 46 - Informações técnicas da cessão onerosa	171
Quadro 47 - Visão gerencial da frota de veículos da UPC	173
Quadro 48 - Representantes do Comitê de TI da UPC	176
Quadro 49 - Ações gerenciais do Comitê de TI em 2015	177
Quadro 50 - Sistemas de Informações da UPC	178
Quadro 51 - Força de trabalho em TI na UPC	180
Quadro 52 – Recursos de TI no Datacenter da UPC	181
Quadro 53 - Recursos de TI na rede	182
Quadro 54- Recursos da rede lógica da UPC	182
Quadro 55 - Recursos de videoconferência na UPC	182
Quadro 56 - Recursos de Computação Desktop no MPEG	182
Quadro 57- Relação de softwares e aplicativos utilizados na UPC	183

Quadro 58- Softwares de monitoração da rede e serviços da UPC	183
Quadro 59 - Projetos de TI desenvolvidos pela UPC	183
Quadro 60 – Descrição das determinações/recomendações do TCU	186
Quadro 61 - Achados de Auditoria, encaminhamentos e providências adotadas	190
Quadro 62 – Despesas com publicidade	197

- Figuras

Figura 1- Organograma Funcional do MPEG	20
Figura 2 - Arcabouço estrutural do planejamento estratégico da UPC	29
Figura 3 - Objetivos e resultados do planejamento ao nível estratégico	45
Figura 4 - Objetivos e resultados do planejamento ao nível tático	46
Figura 5 - Objetivos e resultados do planejamento ao nível operacional	47
Figura 6 - Arcabouço estrutural do PDU da UPC	50
Figura 7 - Áreas estratégicas de atuação da UPC e suas respectivas linhas de ação.	51
Figura 8 - Objetivos do PDU (2011-2015) que incorporam os objetivos do PPA (2012-2015)	60
Figura 9 - Monitoramento das iniciativas estratégicas e ações táticas do PDU em dezembro de 2015	74
Figura 10 - Estrutura de acesso aos dados do planejamento tático da UPC no SISPEN	75
Figura 11 - Representação gráfica de indicadores de desempenho da Coordenação de Planejamento e Acompanhamento da UPC	82
Figura 12 – Objetivo, iniciativa e ação da UPC no âmbito do Programa 2021	83
Figura 13 – Série histórica de mensuração do IPUB	102

Figura 14 - Série histórica de mensuração do IGPUB	103
Figura 15 – Série histórica de mensuração do PPACI	104
Figura 16 – Série histórica de mensuração do PPACN	105
Figura 17 – Série histórica de mensuração do PPBD	106
Figura 18 – Série histórica de mensuração do IODT	107
Figura 19 – Série histórica de mensuração do NPD	108
Figura 20 – Série histórica de mensuração do IEVIC	109
Figura 21 – Série histórica de mensuração do ETCO	110
Figura 22 – Série histórica de mensuração do MDC	111
Figura 23 - Série histórica de mensuração do ICE	112
Figura 24 – Série histórica de mensuração do IMCC	113
Figura 25 – Série histórica de mensuração do IEIC	114
Figura 26 – Série histórica de mensuração do APD	115
Figura 27 – Série histórica de mensuração do RRP	116
Figura 28 – Série histórica de mensuração do IEO	117
Figura 29 - Série histórica de mensuração do ICT	118
Figura 30 – Série histórica de mensuração do PRB	119
Figura 31 - Série histórica de mensuração do PRPT	120
Figura 32 – Série histórica de mensuração do IIS	121
Figura 33 – Estrutura de governança da UPC	122
Figura 34 – Sugestões dos visitantes no período de 2006 a 2012	131
Figura 35 - Disponibilização das informações institucionais no site da UPC (http://www.museu-goeldi.br/portal/home)	136
Figura 36 - Disponibilização de informações sobre relatórios de gestão, de auditoria e os pronunciamentos ministeriais	137

Figura 37 – Vídeo editado em Linguagem Brasileira de Sinais	138
Figura 38 – Recursos inclusivos: réplica do acervo em miniatura, pinturas com relevo e textos em braile	138
Figura 39 – Acervo expositivo tátil	138
Figura 40 - A) Piso direcional para deficientes visuais; B) Rampa com largura e declividade para maior acessibilidade	139
Figura 41 - Acesso às informações de contratos de serviços e pessoal de apoio via site da UPC.	156
Figura 42 - Localização espacial das bases físicas da UPC.	169

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

- **Anexos**

Anexo 1 – Acompanhamento das linhas de ação e metas do PDU

Anexo 2 – Premissas do TCG 2015

Anexo 3 – Indicadores de desempenho institucional em 2015

Anexo 4 – Procedimentos de avaliação de desempenho de gestão em 2015

Anexo 5 – Conceituação técnica dos indicadores de desempenho institucional

Anexo 6 – Comprovantes dos indicadores de desempenho institucional em 2015

- **Apêndices**

Apêndice 1 – Relatório e-SIC

Apêndice 2 - Minuta da Carta de Serviços ao Cidadão

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	1
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE	4
2.1 Identificação da Unidade	4
2.2 Finalidades e Competências	4
2.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade	14
2.4 Breve histórico do órgão ou entidade	16
2.5 Ambiente de Atuação	18
2.6 Organograma	20
2.7 Macroprocessos finalísticos	23
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	28
3.1 Planejamento Organizacional	28
3.1.1 Informações sobre o programa de trabalho e as estratégias de execução	28
3.1.2 Descrição sintética dos objetivos do exercício	29
3.1.3 Estágio de implementação do planejamento estratégico	44
3.1.4 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	51
3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos	74
3.3 Desempenho Orçamentário	83
3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	83
3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	86
3.3.3 Restos a pagar de exercícios anteriores	86
3.3.4 Informações sobre a execução das despesas	86
3.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	88
4. GOVERNANÇA	122
4.1 Estrutura de Governança	122

4.2	Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos	126
4.3	Gestão de Riscos e Controles Internos	126
5.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	130
5.1	Canais de acesso do cidadão	130
5.1.1	Serviço de Ouvidoria	130
5.1.2	Serviço de Informação ao Cidadão em atendimento a Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso a Informação regulamentada pelo Decreto Nº 7.724/2012.	131
5.2	Carta de serviços ao cidadão	132
5.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	132
5.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	135
5.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	138
6.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	140
6.1	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	139
6.2	Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial	140
6.3	Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal ..	142
6.4	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	142
7.	ÁREAS ESPECIAIS EM GESTÃO	147
7.1	Gestão de Pessoas	147
7.1.1	Estrutura de pessoal da Unidade	147
7.1.2	Demonstrativo de despesas com Pessoal	152

7.1.3	Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal	154
7.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	154
7.2	Gestão do patrimônio e da infraestrutura	161
7.2.1	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	161
7.2.2	Informações sobre Imóveis locados a terceiros	170
7.3	Gestão da Tecnologia da Informação	175
8.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	186
8.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	186
8.2	Tratamento de recomendações do órgão de controle interno	188
8.3	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	196
8.4	Informações sobre ações de publicidade e propaganda	197

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem como objetivo atender ao processo de prestação de contas, e foi elaborado de acordo com a IN TCU 63/2010, DN TCU nº 146/2015, Portaria TCU nº 321/2015 e orientações do órgão de controle interno contidos na Portaria CGU nº 522/2015.

Corresponde, assim, a um instrumento para prestação de contas e comunicação à sociedade dos resultados das atividades realizadas pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) – instituição com 150 anos de pesquisas na Amazônia – apresentando os objetivos e metas estabelecidos no seu Plano Diretor e Termo de Compromisso de Gestão, (TCG) firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), no exercício de 2015, e sua avaliação institucional.

A estrutura do Relatório de Gestão compreende, em regra, as seções a saber: e os itens de informação, integrantes do conteúdo geral estabelecido pelo Anexo II da DN prevista no art. 3º da IN TCU 63/2010 para o exercício em análise, observando o conjunto de itens de informações que for atribuído à conta institucional no sistema e-Contas.

O Relatório de Gestão está estruturado em oito (08) seções a saber: i) Visão geral da Unidade; ii) Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional; iii) Governança; iv) Relacionamento com a sociedade; v) Desempenho financeiro e informações contábeis; vi) Áreas especiais da gestão; vii) Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle; viii) Apêndices e Anexos

A seção “Visão geral da Unidade” contempla os elementos identificadores da unidade prestadora de contas (UPC), bem como informações adicionais para melhor caracterizar as razões de sua existência, tais como: estruturação, contexto de atuação, macroprocessos finalísticos, e competências.

A seção “Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional” aborda a forma como a UPC planeja sua atuação ao longo do tempo e do seu desempenho em relação aos objetivos e metas para o exercício em análise. Está estruturada em três eixos: i) planejamento organizacional (plano de atuação para cumprimento da missão, objetivos e metas programados); ii) resultados da execução orçamentária (lógica de programação de alocação de recursos adotada para a consecução dos objetivos, relação entre a execução direta e descentralizada), e iii) resultados operacionais (formas e instrumento de aferição do

desempenho da unidade em relação ao programado para o exercício, do ponto de vista físico e financeiro).

Na seção “Governança” é demonstrada a estrutura de governança da UPC, as práticas de governança adotadas pelas unidades que a compõem, os mecanismos e controles internos adotados para assegurar a conformidade da gestão e garantir o alcance dos objetivos planejados, assim como as atividades de correição aplicáveis e aplicadas.

Na seção “Relacionamento com a Sociedade” são analisados os canais de comunicação com o cidadão, para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, assim como os mecanismos ou procedimentos de mensuração da percepção da sociedade sobre os serviços prestados pela UPC e as medidas para garantir a acessibilidade física.

Na seção “Desempenho financeiro e informações contábeis” está demonstrada a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado, o desempenho financeiro da UPC e a sistemática de apuração de custos e dos novos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A seção “Áreas especiais da gestão” contempla a descrição dos aspectos da estrutura e organização formal da UPC, referentes à gestão de pessoal, infraestrutura patrimonial e tecnologia da informação.

Na seção “Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle” é apresentada a sistemática de atendimento a demandas oriundas de legislação específica e dos órgãos de controle.

Na seção “Apêndices e Anexos” são apresentados quadros, tabelas e outros documentos comprobatórios e/ou demonstrativos de conteúdo do desenvolvimento do relatório.

No que pese o quadro de incertezas políticas e econômicas instalado no País e a redução orçamentária e de recursos humanos na UPC, o desempenho institucional em suas ações finalísticas foi surpreendentemente positivo em 2015. Não restam dúvidas que os indicadores físicos, operacionais, administrativos, financeiros, de recursos humanos e de inclusão social aqui apresentados foram satisfatórios, mas poderiam ser melhores.

Face ao ajuste fiscal necessário para o País e diante da redução de 20,5% em relação à LOA 2014, a UPC teve que reduzir custos e atividades que impactaram, em diferentes escalas de magnitude, os indicadores de desempenho institucional, uma vez que houve redimensionamento de contratos de manutenção, operacionalização e segurança das bases

físicas, bem como das ações museológicas. A infraestrutura de TI foi severamente impactada, incluindo os serviços de manutenção de computadores e nobreaks e o suporte aos usuários.

No que concerne ao planejamento institucional, foram finalizados o processo de planejamento tático, com a elaboração dos indicadores de desempenho das unidades e a nível de colaborador, que passam a ser monitorados a partir de 2016. Ademais, no que tange à execução orçamentária, a UPC conseguiu empenhar 98,9% e liquidar 64,8% dos recursos disponíveis.

Além dos cortes orçamentários, outro fator de grande preocupação é a constante e elevada diminuição do corpo funcional, em todos os níveis e carreiras, sem que haja a reposição correspondente, ou mínima, do quadro. No período 2015-2016 em torno de 35% do quadro funcional entra em processo de aposentadoria, o que ocasionará impacto severo no desempenho institucional, inclusive podendo levar à desativação de algumas linhas de pesquisa.

Tomando por base um contexto marcado por baixo crescimento, pela pressão inflacionária e crescentes restrições no setor externo da economia em 2015, as perspectivas apontam para maior rigor na execução orçamentária em 2016, o que projeta um quadro preocupante de dificuldades econômicas, com fortes implicações de caráter restritivo para o desempenho das atividades-fim e meio da UPC. No que pese as perspectivas pouco animadoras para 2016, o MPEG elaborará o PDU 2016-2020 pautado na reavaliação, para menos, de áreas estratégicas de atuação, das linhas e diretrizes de ação, proposição de metas exequíveis, diante do quadro de desafios e oportunidades prospectado, com proposição de cenário orçamentário e previsão de trajetórias tendo como balizamento o cumprimento da missão institucional.

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

2.1 Identificação da Unidade

Quadro 1. Identificação da UPC

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI			Código SIORG: 001988
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG			
Denominação abreviada: Museu Goeldi			
Código SIORG: 024712	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 240125
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público da Administração Direta			
Principal Atividade: Atividade de Museu de Ciência e Tecnologia			Código CNAE: 9102301
Telefones/Fax de contato:	(091) 3249- 1302	(091) 3219- 3300	
Endereço eletrônico: diretoria@museu-goeldi.br			
Página da Internet: http://www.museu-goeldi.br			
Endereço Postal: Avenida Magalhães Barata 376, Bairro São Braz, CEP 66040-170. Belém/ Pará.			

2.2 Finalidades e Competências

O Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) é um dos institutos de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que integra o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Atuante na região Amazônica, a qual apresenta um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano - IDH do país, é destaque na trajetória da C&T brasileira, em razão de seu rico e valioso acervo acumulado ao longo de seus 150 anos de existência, além de seus avanços significativos nos diversos ramos das Ciências Naturais e Humanas. O MPEG tem se destacado em investigações e inovações científicas, em formação e conservação de coleções,

em comunicação científica, em capacitação de recursos humanos e no suporte à formulação de políticas públicas para a Amazônia.

O MPEG ao longo de 150 anos, vem se consolidando em excelência na pesquisa científica, concentrando-se no estudo técnico-científico dos sistemas naturais e socioculturais da Amazônia, bem como na divulgação de conhecimentos e acervos relacionados à região, fornecendo respostas para questões demandadas pela comunidade acadêmica, pelas diferentes esferas do poder público, sociedade e setores produtivos.

Em um mundo cada vez mais integrado e competitivo, onde a gestão do conhecimento é o fator mobilizador do diálogo entre instituições e sociedade, e em meio a um campo altamente dinâmico, a eficiência das instituições de pesquisa pode ser avaliada por sua capacidade de administrar as ameaças e oportunidades, bem como influir nos processos institucionais. Com foco nessa premissa, o MPEG, neste exercício, investiu no planejamento estratégico e tático, com efetiva participação dos gestores e colaboradores, para iniciara elaboração do Plano Diretor da Unidade. A última atualização ocorreu em 2011, quando definiu suas prioridades para melhor cumprir os objetivos e a missão institucional consolidando seu Plano Diretor para o período de 2011 a 2015, em consonância com a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia.

A responsabilidade institucional do MPEG como um dos mais antigos museus de história natural e etnografia do país, tem a premissa de conservar suas coleções biológicas, etnográficas, arqueológicas e paleontológicas, parte delas tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), portanto, de inestimável valor para a ciência e a história do Brasil, particularmente para o conhecimento da diversidade biológica e sociocultural da região amazônica.

As áreas de pesquisa e comunicação têm como foco a Amazônia, sendo agrupadas em coordenações. O MPEG mantém programas de pós-graduação em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e EMBRAPA Amazônia Oriental. Em 2015 o MPEG lançou os editais de seleção de vagas para mestrado e doutorado no Curso de Pós-Graduação em “Biodiversidade e Evolução”, o primeiro a ser desenvolvido de maneira autônoma. Além disso, os pesquisadores participam de inúmeras redes de pesquisa e programas científicos fundamentais para entender a dinâmica socioambiental da Amazônia e seus impactos na economia e ecologia regional.

Em 2015, o MPEG deu continuidade às várias atividades científicas e educacionais relativas às suas competências em Ciências Humanas, Botânica, Ciências da Terra e Ecologia e Zoologia. Um dos traços mais marcantes foi a constante busca por excelência na gestão dos mais de 188 (cento e oitenta e oito) projetos em execução, que resultaram na publicação, em 2015, de trezentos e setenta (370) artigos científicos, dos quais, cento e quarenta e quatro (144) em periódicos indexados no *Science Citation Index*, qualificados como “B1” ou nível superior, conforme os critérios do Sistema Qualis CAPES. Tal fato demonstra a firme determinação e compromisso dos pesquisadores do MPEG em publicar artigos em veículos de maior expressão e impacto junto à comunidade científica.

Além de produzir conhecimento, o MPEG investe na manutenção da memória deste conhecimento através das suas coleções científicas e documentais. Essas coleções, por estarem entre as mais antigas do Brasil e da América Latina, são referências únicas, em muitos casos, da diversidade cultural e biológica amazônica e testemunham os processos evolutivos que constituíram este bioma. São fontes de pesquisa indispensáveis para alunos de graduação, pós-graduação e para cientistas do Brasil e do exterior. As coleções também atendem outros interessados com atividades de extensão, tendo como maior público professores e alunos da rede de ensino fundamental e médio.

O Núcleo de Inovação e Transferência Tecnológica – NIT, através de seu conselho científico, vem tratando da normatização da Política de Inovação do MPEG, com base na Portaria MCTI nº 251/2014. Nesse ínterim, foram protocolados no INPI Pedidos de Registros de três marcas do MPEG e de duas Patentes com titularidade Institucional.

No âmbito da divulgação da Ciência o MPEG tem se destacado na publicação de livros, periódicos e materiais didáticos, organização de exposições e atividades educativas com envolvimento de diferentes públicos, seja no cenário urbano, rural, local, nacional e internacional. As atividades de comunicação consistiram na realização de exposições, feiras de ciências, oficinas educativas, visitas monitoradas, bem como veiculação de notícias relacionadas à ciência, tecnologia, inovação, meio ambiente e outras relacionadas à missão institucional.

Ao longo de 2015, o Serviço de Tecnologia da Informação (STI) obteve importantes avanços nas áreas de desenvolvimento de sistemas e infraestrutura de TI, atendendo diversas demandas e desafios das áreas de pesquisa e gestão do MPEG. Na área de desenvolvimento de sistemas, o STI celebrou o registro do primeiro software do Museu Goeldi no INPI, que se trata do SINBIO (Sistema de Inventários Biológicos da Amazônia), responsável pelo

gerenciamento dos Inventários Biológicos. Além disso, o Núcleo de BioGeoInformática ligado ao STI, avançou significativamente na informatização dos acervos biológicos das áreas da Zoologia e Botânica, alcançado 407.395 registros de espécies, envolvendo 30 coleções científicas

A Estação Científica Ferreira Penna, na FLONA Caxiuanã, integra a estrutura organizacional do MPEG, sendo considerada laboratório nacional de pesquisas de longa duração sobre ecossistemas amazônicos. Tem por objetivo apoiar estudos científicos sobre a sócio biodiversidade da Amazônia, além de atividades integradas em ciências e educação ambiental, com a participação efetiva das comunidades da FLONA e seu entorno.

Em 2013 o Regimento Interno do MPEG foi alterado, para incluir o Campus Avançado – Pantanal/Mato Grosso, futuro Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal (INPP) no campus da UFMT, em Cuiabá. Essa medida foi extremamente oportuna, visto que as áreas úmidas estão entre os principais ecossistemas ameaçados no mundo. Essas áreas são de enorme importância para a manutenção do equilíbrio ecológico e climático, em função dos diversos serviços ecossistêmicos que prestam, como a recarga de aquíferos, a purificação de águas, o seqüestro de carbono, a regulação do ciclo hidrológico e a estabilização do microclima regional, entre outros. Até as últimas décadas do século passado, a economia da região, baseada principalmente na pesca e na pecuária, veio se desenvolvendo de forma sustentável. A recente perda da sustentabilidade econômica dessas atividades e o desmatamento que vem ocorrendo no Pantanal Sul (carvoarias), associado a ações antrópicas realizadas no entorno da planície alagável (derivadas da agricultura empresarial) e à contaminação dessa planície por detritos urbanos oriundos do entorno, têm causado enorme preocupação quanto ao futuro da região. Dessa forma, o desenvolvimento de metodologias para monitoramento dos impactos ambientais e produção de conhecimentos científicos e tecnológicos inovadores que garantam a sustentabilidade econômica e socioambiental, são necessidades prementes e inadiáveis, para as quais o MPEG passa a colaborar, através desse Campus Avançado.

O MPEG tem como finalidade regimental realizar pesquisas, promover a inovação científica, formar recursos humanos, conservar acervos e comunicar conhecimentos nas áreas de ciências naturais e humanas relacionadas à Amazônia, competindo-lhe, ainda:

I- elaborar e executar programas, projetos e atividades de pesquisa e desenvolvimento técnico-científico, no âmbito de suas finalidades;

II - comunicar conhecimento científico e tecnológico;

III - formar recursos humanos no âmbito de suas finalidades;

IV - desenvolver e disponibilizar serviços decorrentes de suas pesquisas, contratos, convênios, acordos e ajustes, resguardados os direitos relativos à propriedade intelectual;

V - promover, patrocinar e realizar cursos, conferências, seminários e outros conclaves de caráter técnico-científico;

VI - formar, manter e custodiar acervos científicos e documentais; e

VII - fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento de projetos estratégicos para a Amazônia.

De acordo com Art. 6º do seu Regimento Interno, o MPEG, atualmente, apresenta a seguinte estrutura organizacional:

I - Diretoria;

II - Conselho Técnico-Científico;

III - Coordenação de Planejamento e Acompanhamento;

a) Serviço de Tecnologia da Informação.

b) Núcleo de Inovação e Transferência Tecnológica

IV - Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação;

a) Serviço da Estação Científica Ferreira Penna.

b) Serviço de Campo da Estação Científica Ferreira Penna.

V - Coordenação de Ciências Humanas;

VI - Coordenação de Botânica;

VII - Coordenação de Ciências da Terra e Ecologia;

VIII - Coordenação de Zoologia;

IX - Coordenação de Comunicação e Extensão;

a) Serviço de Parque Zoobotânico.

b) Serviço de Comunicação Social.

X - Coordenação de Museologia

a) Serviço de Educação.

XI - Coordenação de Informação e Documentação

a) Serviço de Biblioteca.

XII - Coordenação de Administração;

a) Serviço de Orçamento e Finanças.

b) Serviço de Recursos Humanos.

c) Serviço de Material e Patrimônio.

d) Serviços Gerais.

e) Serviço de Campus de Pesquisa.

As competências essenciais do MPEG estão concentradas em três grandes áreas: Pesquisa e Inovação, Comunicação e Extensão e Formação de Recursos Humanos.

PESQUISA E INOVAÇÃO

A competência científica da instituição está dividida em quatro Coordenações de Pesquisa: Botânica, Zoologia, Ciências da Terra e Ecologia e Ciências Humanas.

A Coordenação de Botânica – CBO pesquisa a diversidade da flora amazônica e possui quatro linhas de pesquisa: 1. *Sistemática Vegetal e Micologia* – sistematização e identificação das plantas, sendo básicos e essenciais nos estudos dos táxons, na elaboração de floras, estudos de florísticas e em todo e qualquer estudo que necessite da identificação precisa das famílias, gêneros e espécies amazônicas; 2. *Morfologia e Anatomia Vegetal* – morfologia interna de órgãos vegetativos e reprodutivos visando subsidiar estudos taxonômicos, fisiológicos, etnobotânicos e ecológicos ambientais racionais; morfologia de madeiras visando a identificação e o aproveitamento do estoque madeireiro e industrial da flora amazônica; e morfologia polínica atual; 3. *Botânica Econômica, Etnobotânica e Fitoquímica* – espécies de uso potencial e com as quais se podem gerar tecnologia regional e nacional na questão alimentar, medicinal, industrial (aromáticas, fibrosas/têxteis, turística/ecológica); e 4. *Ecologia Vegetal, Manejo e Conservação* – estudos integrados em ecossistemas amazônicos com a finalidade de descrever as associações entre espécies, os padrões de distribuição geográfica e a estrutura e dinâmica de populações de plantas em escala local em áreas de conservação e parcelas permanentes, visando subsidiar ações

conservacionistas e de manejo. A CBO atua, também, destacadamente na formação de novos pesquisadores, desde os níveis de iniciação até a pós-graduação, com destaque para a formação de mestres em Botânica Tropical, ação feita em convênio com a Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA. Os laboratórios e as coleções, são utilizados tanto em projetos de pesquisa quanto na formação de recursos humanos, através de estágios e cursos de graduação e pós-graduação.

A Coordenação de Zoologia – CZO desenvolve pesquisas sobre a fauna amazônica, abrangendo o inventário taxonômico e a reconstrução do parentesco evolutivo entre linhagens de animais, análises de sua distribuição geográfica, das relações ecológicas e do comportamento, entre outros aspectos. Nos laboratórios associados às coleções zoológicas, são, também, realizados estudos voltados para conservação da fauna, tendo como metas a determinação da prioridade de conservação de áreas naturais e o estabelecimento de listas de espécies ameaçadas. Todas as atividades são agrupadas em duas grandes linhas de pesquisa: 1. *Sistemática Zoológica e Biogeografia* – estudos sistemáticos, genéticos e biogeográficos da fauna neotropical, com ênfase na Amazônia, para servirem de base para área construção da história evolutiva da biota da região; além de identificação e quantificação da fauna neotropical, avaliação de padrões locais e regionais de riqueza e diversidade, e estabelecimento de padrões de distribuição de biodiversidade; 2. *Ecologia e Conservação da Fauna* – estudos sobre a manutenção da diversidade e o papel da fauna no funcionamento dos Ecossistemas. São avaliados os status de conservação e ecologia de espécies e comunidades. Além, dos estudos de genética e zoogeografia aplicada à conservação. Estudo de populações e dinâmica dos ecossistemas, objetivando o manejo e o monitoramento da fauna. Gerenciamento de estoques pesqueiros; ecologia de animais de interesses econômicos e monitoramento. A CZO atua, também, destacadamente na formação de novos pesquisadores, desde os níveis de iniciação científica até a pós-graduação, com destaque para a formação de mestres e doutores em Zoologia, em convênio com a Universidade Federal do Pará – UFPA. Os laboratórios e as coleções, são utilizados tanto em projetos de pesquisa quanto na formação de recursos humanos.

A Coordenação de Ciências da Terra e Ecologia – CCTE estuda o meio natural e a ecologia de ambientes amazônicos, com ênfase em processos pedológicos, geológicos e geomorfológicos, as interações entre modelado/solos/vegetação, além das relações entre Terra/Oceano/Atmosfera no referente à dinâmica costeira e às modificações da linha da costa. Na CCTE são desenvolvidas duas linhas de pesquisas: 1. *Estrutura, Funcionamento e*

Evolução de Ecossistemas Amazônicos – estudos relacionados aos ecossistemas costeiros e terrestres, com foco nas características e processos do meio físico, ecologia de paisagem, gênese e classificação de solos, entre outros. 2. *Uso da Terra e Sustentabilidade Ambiental* – dinâmica da matéria orgânica, uso e manejo do solo em sistemas florestais e agroflorestais, além de modelagem ambiental e geoprocessamento. Os laboratórios e as coleções, são utilizados tanto em projetos de pesquisa quanto na formação de recursos humanos, através de estágios, iniciação científica e pós-graduação.

A Coordenação de Ciências Humanas – CCH realiza pesquisas antropológicas, arqueológicas e linguísticas, sobre populações contemporâneas e pretéritas da Amazônia e a diversidade linguística e sociocultural da Região. Desenvolve quatro linhas de pesquisa: 1. *Antropologia das Sociedades Amazônicas e Antropologia da História e Conhecimento sobre a Amazônia* – estudos sobre as populações tradicionais aprimorando o conhecimento sobre o uso dos recursos naturais; análise das políticas de diferentes populações da região; e avaliação das dinâmicas socioeconômicas dos novos movimentos de população contribuindo para a elaboração de indicadores de desenvolvimento sustentável. 2. *Arqueologia da Pré-história da Amazônia e Arqueologia Histórica* – estudo do material cerâmico e lítico; iconografia rupestre; arqueologia da paisagem; arqueologia histórica; e educação patrimonial; a zooarqueologia e a geoarqueologia; além de pesquisas em áreas geográficas específicas no âmbito da Arqueologia preventiva e da relação entre Turismo e Arqueologia. 3. *Linguística Indígena na Amazônia* – pesquisas descritivas e teóricas, incluindo fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, semântica, pragmática, linguística histórica e suas implicações para a compreensão da Pré-história amazônica; e relações entre linguagem, sociedade e cultura. Os laboratórios e as coleções, são utilizados tanto em projetos de pesquisa quanto na formação de recursos humanos, através de estágios e cursos de graduação e pós-graduação, este último em conjunto com a UFPA.

A Estação Científica Ferreira Penna (ECFPn) está localizada na Floresta Nacional de Caxiuanã, no Pará. Foi construída em 1993 com apoio do Reino Unido e é gerenciada pelo MPEG, em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Funciona como laboratório compartilhado para programas de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, recebendo cientistas do MPEG e de outras instituições, inclusive internacionais. A ECFPn tem se constituído como um centro de formação de recursos humanos para pesquisa e conservação de florestas tropicais, sediando seminários, cursos e oficinas para pesquisadores, técnicos, estudantes e agentes comunitários. Oferece excelentes condições para a

execução de pesquisas de longo prazo, projetos experimentais, dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de atividades de comunicação e extensão junto às comunidades da área de influência da Estação. O estabelecimento de um sítio PELD (aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq) e programas e projetos como o PPBio, LBA e TEAM têm promovido, o conhecimento sobre a biota e a dinâmica dos ecossistemas na região.

O Campus Avançado do Pantanal, futuro Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, - INPP, localizado em Cuiabá/MT, foi instituído pela Portaria nº 594/2013-MCTI, a qual incumbe o Museu Goeldi como responsável por integrar e articular ações de pesquisa na região do Pantanal. O futuro Instituto enquadra-se, também, no conceito de Instituição Científica e Tecnológica (ICT), conforme definição dada pela Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

O Núcleo de Proteção ao Conhecimento, Inovação e Transferência de Tecnologia - NITT do Museu Paraense Emílio Goeldi, foi criado em 2006. Apoiado pelas diretrizes da Lei da Inovação, com vistas à proteção dos resultados de pesquisas desenvolvidas na instituição. Entre seus principais objetivos, estão a administração dos direitos de propriedade intelectual e transferência de tecnologia, voltados para a constituição de políticas de proteção ao conhecimento e inovação tecnológica; o estabelecimento de parcerias estratégicas entre o MPEG, a sociedade e os setores produtivos para, também, desenvolver comercialmente as tecnologias; e a integração entre as Instituições de Ciência e Tecnologia da Amazônia Oriental. O NITT do Museu Goeldi, coordena, atualmente, a Rede dos Núcleos de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental (REDENAMOR).

COMUNICAÇÃO E EXTENSÃO

As atividades de comunicação e extensão são executadas no âmbito das Coordenações de Museologia – CMU e Informação e Documentação – CID, dos Serviços do Parque Zoobotânico – SPZ e de Comunicação Social – SCS e do Núcleo Editorial de Livros – NED Livros.

A Coordenação de Museologia tem como atribuições a *concepção, desenvolvimento de exposições*, de longa duração, temporária e itinerantes para o público em geral, assim como manutenção e conservação do acervo científico exposto. Disponibiliza *serviços educativos*, na capital e interior, voltados para a demanda do ensino fundamental, médio e da 3ª idade,

incluindo a disponibilidade do acervo da *Biblioteca Clara Maria Galvão*. Tratam-se de atividades estratégicas e de responsabilidade social, contribuindo para a divulgação e educação científica, para a inclusão social e no fortalecimento da cidadania. A maior parte das ações educativas e museológicas ocorrem no Parque Zoobotânico, base física mais antiga da instituição, criada em 1895.

A Coordenação de Informação e Documentação composta pela Biblioteca *Domingos Soares Ferreira Penna* e o Arquivo *Guilherme de La Penha*, cumpre a função estratégica de reunir, conservar e preservar coleções; disponibilizar acervos bibliográfico e arquivístico, treinamentos técnicos, divulgando e disseminando conhecimentos por meio de variados suportes.

O Serviço do Parque Zoobotânico é responsável pela preservação e manejo das coleções vivas de fauna e flora mantidas nesse espaço, com atuação, também, em projetos educativos e ações contra o tráfico de animais silvestres.

O Serviço de Comunicação Social atua na divulgação científica e institucional por meio de serviços de notícias, instrumentos de comunicação e jornalismo científico. É responsável pela publicação do jornal “Destaque Amazônia”, e pelas atividades desenvolvidas pelo Laboratório de Comunicação, que tem objetivo de desenvolver atividades de comunicação que aliam mídias digitais portáteis e mídias tradicionais, proporcionando maior mobilidade à divulgação científica do MPEG.

O Núcleo Editorial de Livros é responsável pela edição de livros técnicos e científicos, além de materiais didáticos. “Cabe ressaltar que o Museu Goeldi, ainda, edita e disponibiliza os Boletins de Ciências Humanas e de Ciências Naturais”, ambos indexados em plataformas nacionais e internacionais.

FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Aprender ciência fazendo ciência é muito importante para o despertar da vocação científica de jovens. No Museu Goeldi, esse percurso começa através do Clube do Pesquisador Mirim, se estende aos Programas de estágios e de Iniciação Científica - PIBIC. A nível de Pós-Graduação, são disponibilizados os Programas de Capacitação Institucional – PCI e os de Pós-Graduação (mestrado e doutorado).

Os estudantes dos níveis fundamental e médio, iniciam sua formação no mundo da ciência participando do Clube do Pesquisador Mirim, despertando a vocação pela pesquisa científica, nas pelas ciências naturais e humanas.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, atende estudante de graduação, possibilitando desenvolvimento de atividades de pesquisa nos projetos, laboratórios, e grupos de pesquisa ligados às diversas coordenações. A compreensão do método e das práticas técnico-científicas que permeiam o processo de construção do conhecimento é o elemento central e estruturante dessa linha de ação.

O Museu Goeldi, também disponibiliza, o programa de estágios remunerados e supervisionados, ofertando vagas nas áreas de pesquisa, de comunicação e administração, em consonância com a Lei 8.788/08.

A pós-graduação é destinada a dar suporte para a formação de pesquisadores e fomentar a produção e divulgação de conhecimento. A sua existência, em qualquer instituição de qualquer país, revela, por aquele que a oferta, um avanço científico extraordinário.

Na Amazônia, a intensidade na formação de recursos humanos para pesquisa, em nível de pós-graduação, tem aumentado nos últimos anos, porém, ainda está muito abaixo dos índices do resto do país. O adensamento de pessoal qualificado nas instituições da região é um passo importante a ser dado para alavancar o conhecimento dessa vasta e complexa região.

Desde 1985, o Museu formaliza parcerias com Instituições de Ensino Superior (IES) para a implantação de cursos de pós-graduação no estado do Pará. O esforço empreendido nos últimos anos tem levado à diversificação de ações e ao estabelecimento de parcerias para a formação de pessoal. O Museu Goeldi oferece quatro programas de pós-graduação: 1. Botânica, 2. Zoologia, 3. Ciências Sociais e 4. Ciências Ambientais, mantidos em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). A instituição também apoia o curso de Bacharelado em Museologia da UFPA e mantém a coordenação do Programa de Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia (PPG-BIONORTE- Polo Pará). A partir de 2015, o MPEG, de maneira autônoma, implantou o Curso de Pós-Graduação em Biodiversidade e Evolução, aprovado pela CAPES com conceito 4.

Apesar desse conjunto de cursos, ainda é necessário consolidar a instituição como um polo de formação de pessoal, com qualidade e quantidade necessárias para o atendimento das

demandas e das questões socioambientais da Amazônia. Aumentar o conceito desses cursos na CAPES é uma maneira de promover essa consolidação.

2.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

O arcabouço normativo relacionado à criação, bem como o conjunto de normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da UPC está sumarizada no Quadro 2.

Quadro 2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade
<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº. 713 – de 12 de abril de 1872 - Aprova a criação do Museu de História Natural (primeiro nome dado ao atual Museu Paraense Emílio Goeldi) • Até agosto de 2000 o MPEG mantinha-se vinculado ao CNPq. A sua transferência ao MCTI se deu por meio do Decreto 3.567, de 17 de agosto de 2000. • A última alteração da estrutura organizacional do Museu Goeldi foi aprovada pela Portaria MCTI nº 803/2006.
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
<ul style="list-style-type: none"> • PO 407/2006 do MCT que delega competência aos titulares das Unidades de Pesquisa do MCTI.
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada
<ul style="list-style-type: none"> • Regimento Interno do MPEG • Regimento Interno do CTC • Boletim de Informações Administrativas - BIA • Ordens Internas • Portarias • Manual de Administração Patrimonial • Manual de Segurança da ECFPn • Normas de Conduta da ECFPn • Guia do Parque Zoobotânico • Folder Institucional • Portfólio de Serviços • Normas de Funcionamento do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia • Normas de Funcionamento do Núcleo de Licitações, Contratos e Convênios • Norma de Uso de Recursos Computacionais

- Relatórios de Compromissos de Gestão – TCG
- Relatórios de Gestão – RG/TCU
- Plano de Manejo do Parque Zoobotânico
- Plano Diretor do Campus de Pesquisa
- Plano Diretor do MPEG 2006-2010
- Plano Diretor do MPEG 2011-2015
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2010-2014
- Manual de Racionalização de Energia
- Manual de Uso e Conservação das Coleções
- Regimento Interno do Programa de Estudos Costeiros - PEC
- Manual de Organização da Pesquisa do MPEG
- Política Editorial do MPEG

2.4 Breve histórico do órgão ou entidade

A fundação do MPEG remonta ao ano de 1866, quando, por iniciativa do naturalista Domingos Soares Ferreira Penna e de um grupo de cientistas, foi criada a Associação Philomática. Em 6 de outubro de 1866, o Museu Paraense foi oficialmente vinculado a então Província do Grão-Pará. Durante o período monárquico, enfrenta falta de recursos e profissionais, as coleções existentes acabaram se perdendo pelas más condições de conservação e a produção científica praticamente se resumiu aos próprios trabalhos de Ferreira Penna, situações essas que acabaram por levar ao fechamento, em 1889. Sob o regime republicano, são empreendidos trabalhos de recuperação do Museu, culminando com sua reinauguração em 1891.

Em 1884, o zoólogo suíço Emílio Goeldi (1859 - 1917) assume a diretoria do Museu com a missão de transformá-lo em um grande centro de pesquisa sobre a região amazônica. Sua estrutura foi modificada para enquadrá-lo às normas de museus de história natural e contratada uma produtiva equipe de cientistas e técnicos europeus e locais. Nesse contexto foram criados os setores de zoologia, botânica, etnologia, arqueologia, geologia e o Parque Zoobotânico, este último para funcionar como uma mostra da fauna e flora regionais para educação e lazer da população. Nesse período também tem início a publicação do *Boletim do Museu Paraense*.

Durante a gestão de Emílio Goeldi, o Museu ganhou respeito internacional, sendo desenvolvidas pesquisas geográficas, geológicas, climatológicas, agrícolas, faunísticas,

florísticas, arqueológicas, etnológicas e museológicas. O papel educacional do Museu foi reforçado com o Parque Zoobotânico, publicações, conferências e exposições.

Em 1907 a instituição atravessa nova fase desfavorável, com a interrupção de suas atividades até o período do Estado Novo (1937-1945), quando são investidos recursos para ampliar e equipar o Museu, principalmente o Parque Zoobotânico. Nesse período foi alterado novamente o nome da instituição, para Museu Paraense Emílio Goeldi, em homenagem ao zoólogo falecido em 1917.

Em 1950, durante o governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra vincula-se à instância federal e, em 1954, passa a ser administrado pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA, ligando-se ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, situação que perdurou até 1994. Ao longo desses anos consolidaram-se as pesquisas científicas sobre a Amazônia e as coleções científicas foram largamente ampliadas.

Na década de 70, a limitação do espaço do Parque Zoobotânico impedia o crescimento do MPEG e esse foi o principal motivo para a instalação de um Campus de Pesquisa, na periferia da cidade, para onde foram transferidos os departamentos de pesquisa, biblioteca e as coleções científicas. O Parque Zoobotânico permaneceu como uma mostra viva da natureza amazônica, ponto de referência para o programa de educação científica do Museu Goeldi, mas abrangendo também o staff administrativo.

Em 1988 foi criado o primeiro curso de pós-graduação no MPEG, na área de zoologia, por meio de um convênio com a Universidade Federal do Pará - UFPA. Na década de 1990, reconhecido como centro de referência internacional, o MPEG amplia parcerias com a Inglaterra, Canadá, Japão, Alemanha, França Holanda e Estados Unidos.

Desde o ano 2000, o Museu Paraense Emílio Goeldi saiu do âmbito do CNPq, ficando subordinado, diretamente, ao MCTI. No ano seguinte foi criado em convênio com a Universidade Federal Rural da Amazônia o segundo curso de pós-graduação, na área de botânica tropical. Consolidam-se diversos programas científicos institucionais, como o Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBIO) e Programa de Estudos Costeiros (PEC), e o MPEG ingressa em importantes redes científicas e tecnológicas nacionais e internacionais.

Em 2005, em parceria com a UFPA, UFRA e EMBRAPA, cria o Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), um programa de natureza interdisciplinar centrado nas questões ambientais da Amazônia, aberto às demandas da sociedade. Mais recentemente (2015), de maneira autônoma criou o Curso de Pós-Graduação em Evolução e Biodiversidade.

Atualmente, o MPEG possui três bases físicas. A mais antiga, instalada em 1895, em uma área de 5,2 ha, atualmente conhecida como Parque Zoobotânico. O Campus de Pesquisa, com 12 ha, para onde foram transferidas as coordenações científicas (Botânica, Zoologia, Ciências Humanas, Ciências da Terra e Ecologia), a Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna, o Arquivo Guilherme de La Penha, o Horto Botânico Jacques Huber e vários laboratórios institucionais. A mais recente base física, a Estação Científica Ferreira Penna (ECFPn), foi inaugurada em 1993, em 33.000 ha da Floresta Nacional de Caxiuanã, no município de Melgaço, a aproximadamente 400 km de Belém. A área foi cedida pelo IBAMA e a base foi construída com recursos da Overseas Development Administration (ODA). A ECFPn destina-se à execução de programas de pesquisa e ações de desenvolvimento comunitário nas diversas áreas do conhecimento (há aproximadamente 200 famílias vivendo no interior da floresta e arredores), possuindo excelente infraestrutura para o desenvolvimento de pesquisas em ambientes de floresta primária, sendo muito visitada por cientistas de instituições nacionais e estrangeiras.

2.5 Ambiente de Atuação

Desde sua origem, o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) se constituiu como um centro de produção e comunicação do conhecimento científico sobre a Amazônia. Os criadores e consolidadores do MPEG, conscientes do papel social da instituição no desenvolvimento regional, procuraram estruturá-la dentro dos parâmetros internacionais da ciência.

Em suma, o ambiente de atuação da UPC está relacionado à realização de pesquisas técnico-científicas, promoção da inovação científica, formação de recursos humanos, conservação de acervos e comunicação de conhecimentos nas áreas de ciências naturais e humanas relacionados à Amazônia.

Adicionalmente, o MPEG tem consolidado profundos vínculos com a sociedade por meio da promoção de conferências públicas, organização de exposições, do Parque Zoobotânico, da biblioteca de referência em história natural e antropologia, da publicação de livros, periódicos e artigos jornalísticos, da Estação Científica Ferreira Penna – ECFPn, e mais recentemente, do Campus Avançado de Cuiabá-MT, futuro Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal - INPP.

No ambiente de atuação da UPC, no que concerne a produção científica, os Institutos de Ensino e Pesquisa (públicos federais e estaduais, privados, universidades) – UFPA, UFRA, EMBRAPA, UEPA, CESUPA, entre outros, disponibilizam produtos e serviços similares. O mesmo acontece com a comunicação científica, onde as instituições congêneres dispõem de assessoria de imprensa e bibliotecas. Especificamente relacionadas às ações museológicas, destacam-se a similaridades das atividades e serviços prestados pelo Museu da Universidade Federal do Pará (UFPA), Museu do Estado do Pará (MEPH), Museu de Arte de Belém (MABE), Museu de Arte Sacra (MAS), Museu do Forte do Presépio, Museu de Gemas – São José Liberto, Museu do Marajó e Planetário.

Produtos e serviços destinados às atividades educativas e mostras de fauna e flora amazônicas, em espaço aberto oferecidos pelo MPEG, através do Parque Zoobotânico, encontram similaridade àqueles disponibilizados pelo Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves; Parque Zoobotânico Vale – Parauapebas; Mangal da Garças; Parque Estadual do Utinga (PEUT); Parque Ecológico Gunnar Virgren; Parque Ambiental Antônio Danúbio de Oliveira – Ananindeua – PA; Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira.

No que tange a Proteção das Criações, Licenciamento, Inovação e demais formas de Transferência de Tecnologia, o NITT-MPEG, encontra similaridade aos NITTs do Instituto Federal do Pará (IFPA), UFPA, EMBRAPA, CESUPA, UEPA e UFRA, todos integrantes da Rede NAMOR, coordenada, atualmente, pelo NITT-MPEG.

A UPC também atua no ambiente de formação de recursos humanos, notadamente a nível de Pós-Graduação, participando em parceria com IES Federais, nos Programas de Mestrado em Botânica Tropical (MPEG e UFRA), Mestrado e Doutorado em Zoologia (MPEG e UFPA), Mestrado e Doutorado em Ciências Ambientais (MPEG, EMBRAPA e UFPA), Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais (MPEG e UFPA) e Mestrado e Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia (Colegiado Estadual do Pará – MPEG, UFPA, UFOPA, CPATU e UFRA). De forma autônoma, desde 2015 o MPEG disponibiliza à comunidade acadêmica o Curso de Pós-Graduação em Biodiversidade e Evolução.

A nível de graduação, o Museu desenvolve o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, similarmente aos programas PIBICs da IES Públicas.

As principais ameaças no ambiente de atuação da UPC correspondem à dotação orçamentária insuficiente para atender as demandas das atividades fins do MPEG, ausência de autonomia orçamentária e financeira, reposição insuficiente de recursos humanos, cultura de

inovação tecnológica incipiente tanto na UPC, como nas empresas regionais. Em contraponto, as oportunidades vislumbradas dizem respeito à disponibilidade de recursos descentralizados pelo MCTI para o fortalecimento institucional, captação de recursos para a pesquisa científica em editais nacionais e internacionais, intercâmbios científicos com instituições nacionais e internacionais, intermediação de fundação de apoio para captação de recursos públicos e privados e as novas diretrizes do MCTI para a área de inovação e transferência de tecnologia.

O relacionamento da UPC com seus principais clientes e parceiros é estabelecido por meios de instrumentos de cooperação técnico-científica (Convênios, Acordos de Cooperação Técnica) e contratos através do NITT/MPEG.

Mudanças no cenário econômico global e, sobretudo, nacional, nos últimos três exercícios, vêm oferecendo riscos progressivos, notadamente, na redução de recursos públicos destinados à pesquisa, desenvolvimento e inovação. Nesse contexto, a UPC, apoiada na Lei de Inovação, tem buscado interface, entre a sua produção científica tecnológica com a demanda do setor privado, notadamente no campo da biotecnologia.

2.6 Organograma

O MPEG tem uma estrutura organizacional simplificada. Além do cargo de Diretor, conta com dez (10) cargos de coordenação para gestão de suas atividades meio e fim (Figura 1) e implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pela Diretoria. Além disso, possui uma Assessoria e o Conselho Técnico-Científico, ligados diretamente à Diretoria.

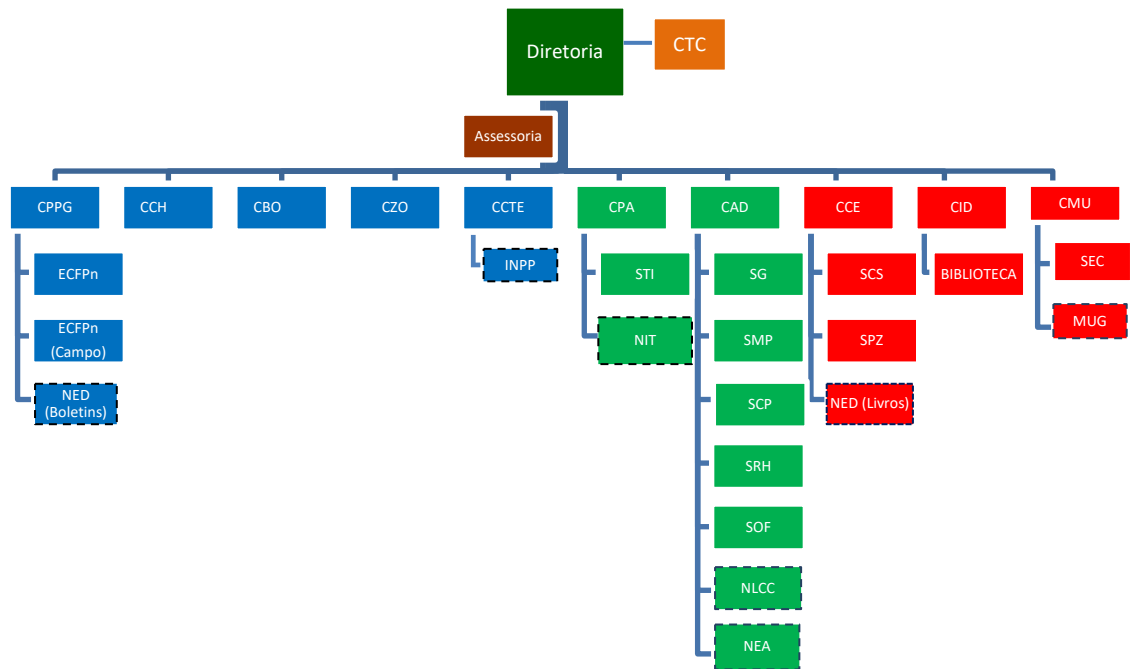


Figura 1: Organograma Funcional do MPEG (As células azuis representam as unidades da área de atuação da pesquisa; as vermelhas, as da comunicação e extensão; e as verdes, de gestão)

As informações referentes às competências das áreas ou subunidades estratégicas que integram a estrutura da UPC estão sumarizadas no quadro a seguir.

Quadro 3. Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria -Dir	Planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades do MPEG; exercer a representação do MPEG; convocar e presidir as reuniões do Conselho Técnico-Científico – CTC e executar as demais atribuições que lhe forem conferidas em ato específico de delegação de competência.	Nilson Gabas Junior	Pesquisador Titular III Diretor	04/12/2013 a atualmente
Coordenação de Pesquisa e Pós Graduação – CPPG.	Dirigir, coordenar e supervisionar as ações concernentes as atividades de Pesquisa e Pós-graduação, a Estação Científica, Laboratórios Institucionais e conselhos científicos.	Ana Vilacy Galúcio	Pesquisador Titular III Coordenadora	30/03/2015 a atualmente
Coordenação de Planejamento e Acompanhamento - CPA	Coordenar o planejamento institucional, o serviço de tecnologia da informação e as atividades de inovação e transferência da tecnologia, visando o desenvolvimento de programas, projetos e ações do MPEG.	Amilcar Carvalho Mendes	Pesquisador Adjunto III Coordenador	09/10/2014 a atualmente
Coordenação de Comunicação e Extensão - CCE	Coordenar assuntos pertinentes à comunicação da ciência de conhecimentos e à divulgação de acervos científicos nas áreas de atuação do MPEG e sobre a Amazônia.	Maria Emília da Cruz Sales	Tecnologista Sênior III Coordenadora	18/02/2014 a atualmente
Coordenação de Administração - CAD	Coordenar a execução das atividades relativas as áreas de gestão de pessoas, orçamento e finanças, compras, patrimônio e almoxarifado, protocolo, importação, serviços de terceirização de vigilância, limpeza, manutenção e operacionalização, obras, contratos e convênios, a fim de atender as demandas das bases físicas do MPEG.	Roseny Rodrigues Mendes de Mendonça	Tecnologista Pleno – 3 III/ Coordenadora	18/02/2014 a atualmente

O atual Regimento Interno do MPEG foi alterado e aprovado pelo Exm^o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio da Portaria N^o 594-MCTI, em 30 de junho de 2013. No entanto, tanto o novo Regimento quanto a estrutura organizacional do MPEG continuam inadequados e subdimensionados, apesar dos vários estudos e das propostas apresentadas pelo MPEG à administração central do MCTI. Essa é uma das principais causas dos atuais problemas gerenciais da instituição, que perdura há mais de 10 anos, que fere o princípio da isonomia entre os institutos de pesquisa do MCTI, pois remunera de maneira desigual cargos com responsabilidade semelhante; sobrecarrega os responsáveis pela gestão da unidade em razão da inexistência de cargos fundamentais, como os de Vice-Diretor, Chefe de Gabinete, Coordenador Geral de Pesquisa e Pós-Graduação, Coordenador-Geral de Comunicação e Extensão, entre outros; fragiliza os fluxos administrativos, pois as hierarquias não são formalizadas e a autoridade de alguns cargos é simbólica, como nos casos dos Coordenadores de Pesquisa e Pós-Graduação e de Comunicação e Extensão; impede a institucionalização de setores vitais para o instituto como os Núcleos Editoriais, de Engenharia e Arquitetura, de Inovação e Transferência de Tecnologia, de Licitações, Contratos e Convênios, e o Núcleo de Museografia ou de setores que se mostraram importantes para seu bom funcionamento, como vários serviços administrativos, e desmotiva potenciais líderes da instituição pela não remuneração dos cargos mais elevados.

Uma estrutura organizacional inadequada e insuficiente também inviabiliza o aperfeiçoamento de unidades administrativas internas e compromete o esforço da instituição para a melhoria de seu desempenho, influenciando no atendimento de planos, metas e demandas governamentais. Inúmeros estudos e propostas apresentados pela direção do MPEG à administração central do MCTI demonstram a necessidade premente de reestruturar a instituição e o grave problema da falta de coerência entre o Regimento Interno e os fluxos operacionais.

No período, a estrutura gerencial do MPEG também seguiu sem avanços no que se refere à recomposição do quadro de pessoal, principalmente dos profissionais de nível superior. O número de servidores com idade para aposentadoria cresce a cada ano, sem reposição por parte do Governo Federal. Em 2014, 4,8% dos servidores que compunham o quadro de efetivos aposentaram-se. Em 2015, este contingente subiu para 6,7% (9 Pesquisadores, 3 Técnicos e 5 Assistentes em C&T). Atualmente, o quadro funcional do MPEG é composto por 254 servidores, assim distribuídos 61 pesquisadores, 25 tecnologistas, 30 técnicos de nível superior (27 analistas em C&T e 3 ocupantes de cargo em comissão sem

vínculo efetivo), 138 técnicos de nível médio (90 assistentes em C&T e 48 técnicos). Cabe ressaltar que, no início da década de 1990, o quadro de efetivos da UPC era composto de 333 servidores, 72 dos quais pertencentes à carreira de pesquisa.

Este é um quadro preocupante tendo em vista que a demanda regional supera, em muito, a capacidade instalada de pessoal nas instituições, em especial o MPEG. A título de exemplo, a questão científica de maior visibilidade nestes últimos anos, sem dúvida refere-se à alta taxa de perda da biodiversidade e dos ecossistemas naturais, além dos temas como gestão territorial, estudos antropológicos e linguísticos, identificação da origem e funcionamento dos ecossistemas amazônicos naturais e alterados, estudos sobre mitigação de grandes impactos ambientais, principalmente advindos da construção de usinas hidrelétricas e grandes rodovias, de empresas de mineração, entre outros. Portanto, como instituição de pesquisa voltada para o conhecimento da sociobiodiversidade da amazônica, o Museu Goeldi deve manter-se como instituição de ponta na produção de estudos amazônicos, na formação de recursos humanos qualificados, na manutenção de coleções científicas, e na comunicação de conhecimento científico especializado. Para tal, necessita minimamente recompor seus quadros de pesquisadores e administrativos.

2.7 Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos foram denominados de Negócios Fundamentais, enquanto os de apoio, denominados Processos de Suporte. Seus principais produtos e/ou serviços em suas áreas estratégicas de atuação são:

- *Pesquisa e Pós-graduação* - Produtos: acervo científico; dissertações e teses; programas, projetos e ações de pesquisa; publicações científicas, mídias digitais; recursos humanos especializados (Mestres e Doutores). Serviços: Análises laboratoriais; cursos de pós-graduação ao nível de mestrado (Botânica Tropical, Zoologia, Ciências Sociais, Ciências Ambientais) e doutorado (Zoologia, Ciências Sociais e Biodiversidade e Evolução); diagnósticos socioambientais; eventos técnico-científicos; identificação de espécies; manutenção de acervos e laboratórios de pesquisa; pareceres *Ad Hoc*; laudos técnicos; participação de pesquisadores em bancas examinadoras e concursos públicos.
- *Comunicação e Extensão* - Produtos: Base de dados; eventos; exposições; intercâmbio de animais silvestres reproduzidos em cativeiro; manutenção de canais de divulgação;

portais, sites e blogs; projetos de educação e inclusão social; publicações didático-pedagógicas. Serviços: Assessoria de imprensa; serviços museográficos; elaboração de materiais didático-científicos; disseminação da informação; educação e divulgação científica, ambiental e patrimonial; conservação e reprodução de animais silvestres em cativeiro.

- *Inovação*: Produtos: Marcas e patentes do MPEG, de instituições parceiras e inventores independentes. Serviços: assessoria para proteção ao conhecimento, encaminhamento e acompanhamento de processo de patentes e marcas; cursos e treinamentos na área de propriedade intelectual.
- *Gestão* - Produtos: Relatórios de TCG de Avaliação semestral e anual; Plano Diretor da Unidade; Relatório Anual de Gestão, Relatório de Avaliação de Ativos; Relatório de Bens Móveis e Imóveis; Serviços: Administração e Finanças; Banco de dados institucionais; Gestão de Pessoas; e TI.

A caracterização dos macroprocessos finalísticos da UPC, produtos e serviços vinculados, subunidades responsáveis e principais clientes está sumarizada no quadro a seguir

Quadro 4. Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Pesquisa Relacionada à Amazônia.	Desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa, manutenção e incremento de acervos científicos.	Projeto de Pesquisa, diagnóstico Socioambientais; acervos científicos, publicações técnico-científicas e em mídias digitais; banco de dados, Pareceres Ad Hoc; Laudos e manifestações técnicos; Participação em bancas examinadoras, Análises laboratoriais,	Comunidade acadêmica, setor produtivo (público e privado),.	CPPG, CBO, CZO, CCTE, CCH
Inovação Científica.	Proteger o conhecimento gerado no Museu Paraense Emílio Goeldi, promovendo a transferência para o setor produtivo, visando a geração de negócios sustentáveis	Registro de marcas e patentes do MPEG. Adoção de inventor independente. Assessoria para proteção ao conhecimento, encaminhamento e acompanhamento de	Comunidade acadêmica, setor produtivo (público e privado), Redes de Inovação Tecnológica.	CPA/NITT

	para a Amazônia e para o Brasil.	processo de patentes e marcas		
Formação de Recursos Humanos.	Formar e capacitar recursos humanos a nível de iniciação científica e pós-graduação.	Programas de Iniciação Científica – PIBIC, Capacitação Institucional – PCI, Programas de Pós-Graduação (Mestrado em Botânica Tropical, Zoologia, Ciências Sociais, Ciências Ambientais; e Doutorado em Zoologia, Ciências Sociais e Biodiversidade e Biotecnologia).	Comunidade acadêmica	CPPG, CBO, CZO, CCTE, CCH
Comunicação de Conhecimentos.	Difundir e disseminar a produção técnico-científica Institucional.	Publicações técnico-científicas, material didático, exposições, banco de dados; Programas de Educação ambiental e patrimonial; mídias de divulgação.	Sociedade em geral.	CPPG e CCE
Manutenção de Acervos	Conservação e incremento de acervos científicos e bibliográficos.	Coleções e acervos científicos e bibliográficos. Coleção viva de fauna e flora.	Comunidade acadêmica e sociedade geral.	Conselho de Curadoria, CPPG e CCE.
Gestão	Gestão de pessoas, de Tecnologia da Informação, Administrativa e financeira	Plano Diretor da Unidade; Relatório Anual de Gestor, Relatório TCG; elaboração do PLOA e PPA; alimentação de banco de dados dos sistemas corporativos da União.	Sociedade em Geral, Órgãos de Controle Interno e Externo.	DIRETORIA, CPA, CAD

Semestralmente a UPC apresenta o relatório de desempenho institucional, em cumprimento ao estabelecido no Termo de Compromisso de Gestão (TCG), pactuado com o MCTI, onde a mensuração desse desempenho se dá por meio de indicadores físicos e operacionais, administrativos e financeiros, de recursos humanos e de inclusão social. Além disso, é apresentado o monitoramento das metas do PDU, estabelecidos nos Eixos Estratégicos, que correspondem aos Eixos de Sustentação da ENCTI do MCTI, para a região amazônica.

No que pese as restrições orçamentárias e diminuição do quadro funcional no exercício em análise, a UPC apresentou desempenho bastante positivo em todos os indicadores pactuados com o MCTI, tanto os relativos aos Negócios Essenciais (pesquisa, comunicação e extensão, formação de recursos humanos), quanto aos Processos de Suporte, conforme pode ser acompanhado no quadro a seguir.

Quadro 5 – Indicadores de desempenho da UPC em 2015

Indicadores	Unidade	Peso	Ano 2015		(%)
			Pactuado	Realizado	
Físicos e Operacionais					
IPUB - Índice de Publicações	Nº/TNSE	3	0,75	1,01	135
IGPUB - Índice Geral de Publicações	Nº/TNSE	3	2,7	2,86	106
PPACI - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional	Nº	2	55	89	162
PPACN - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional	Nº	3	160	206	129
PPBD - Projeto de Pesquisa Básica Desenvolvidos	Nº/TNSE	3	1,20	1,15	96
IODT - Índice de Orientação de Dissertações e Teses Defendidas	Nº/TNSE	3	2,5	2,7	108
PD - Numero de Pós - Docs.	Nº	2	18	18	100
IEVIC - Índice de Estudantes de Vocação e Iniciação Científica	Nº/TNSE-B	2	3,3	3,7	112
ETCO - Número de Eventos Técnico-Científicos Organizados	Nº	3	182	184	101
MDC - Número de Materiais Didático-Científicos Produzidos	Nº	3	280	285	102
ICE - Índice de Comunicação e Extensão	Nº/FBC	3	3	3,08	103
IMCC - Índice de Incremento Médio das Coleções Científicas	Nº	3	2	3	150
IEIC - Índice de Espécimes Incorporadas, Identificadas às Coleções	Nº	1	1	1	100
Administrativos e Financeiros					
APD - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	%	2	12	19	158
RRP - Relação entre Receita Própria e OCC	%	2	30	70	233
IEO - Índice de Execução Orçamentária	%	3	100	97	97
Recursos Humanos					
ICT - Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento	%	2	2	2	100
PRB - Participação Relativa de Bolsistas	%	-	49	49	100
PRPT - Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	%	-	36	31	86
Inclusão Social					
IIS - Indicador de Inclusão Social	Nº	2	220	252	114

Conforme mencionado anteriormente, todos os indicadores pactuados possuem índices numéricos estabelecidos para o semestre e para o exercício como um todo. Tais índices refletem diretamente o desenvolvimento dos macroprocessos finalísticos e acabam funcionando como excelente ferramenta de gestão (monitoramento/acompanhamento) dos mesmos. Esses indicadores são monitorados pela CPA-MPEG, através do Sistema de

Informações Gerenciais e Tecnológicas (SIGTEC) e relatórios de acompanhamento, elaborados pelas unidades responsáveis por cada indicador.

Cabe ressaltar que, em 2015 o orçamento da UPC, foi consideravelmente, contingenciado, levando a direção adotar algumas medidas administrativas, para o fechamento do ano fiscal, tais como: redução dos contratos de terceirização em 20%, restrição de usos de ar-condicionados, computadores, restrição da permanência de servidores após o horário de encerramento do expediente, restrição de viagens dentro e fora do estado, entre outros. Ainda assim, o Museu Goeldi, fechou o ano fiscal, satisfatoriamente, além de superar o índice pactuado.

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1 Planejamento Organizacional

3.1.1 Informações sobre o programa de trabalho e as estratégias de execução

A gestão do conhecimento e do capital intelectual tem sido fator de sucesso nas organizações modernas. Dentro dessa ótica, o planejamento estratégico representa uma ferramenta indispensável na gestão das organizações a fim de precaverem-se das incertezas com técnicas e processos administrativos que permitam o planejamento de seu futuro, a

elaboração de objetivos, estratégias, métodos e ações. Metodologias que possam ser aplicadas na análise e sistematização de informações e nos planejamentos, certamente contribuem para que os objetivos estratégicos e metas sejam alcançados. O aprimoramento de sistemas informatizados, que possibilitem às instituições, avaliar e mensurar os impactos decorrentes de iniciativas definidas pelas e para as áreas executivas, certamente traduzem-se em contributo fundamental para uma gestão moderna, célere, eficiente e eficaz.

Submetidas a uma grande pressão pela modernização e adequação às exigências legais, sociais, políticas, científicas e econômicas, as instituições públicas precisam entrar em sintonia permanente com o ambiente externo (o desafio da efetividade com legitimação social), organizar seus ambientes internos na busca da qualidade, alcance e inovação no portfólio de produtos e serviços (o desafio da eficácia organizacional) e, finalmente, o melhor uso possível dos seus recursos (o desafio da eficiência).

Ao refletir sobre tal abordagem, o planejamento estratégico torna-se fundamental na medida em que favorece a discussão da missão, das competências, dos objetivos, das estratégias, das diretrizes e dos mecanismos de controle e avaliação. Com base nesses pressupostos, o Museu Paraense Emílio Goeldi investiu na modernização de seu planejamento estratégico, contratando, em 2014, consultoria técnica especializada para o levantamento e sistematização de dados, bem como estruturação em ambiente online, de um sistema de planejamento estratégico (SISPEN), cujos resultados podem ser acompanhados acessando o site www.sispen.com.br, por meio do login: mpeg e senha: consulta.

Em termos estruturais, o planejamento do MPEG está organizado em nível estratégico, tático e operacional, abrangendo os diferentes níveis organizacionais hierárquicos da instituição (Figura 2). Embora com objetivos e produtos diferenciados, todos os níveis de planejamento convergem para o propósito de elaborar e monitorar, de forma constante e permanente, as ações, quer estratégicas ou tático-operacionais



Figura 2 - Arcabouço estrutural do planejamento estratégico da UPC

O exercício prospectivo e a discussão estratégica realizados pela UPC ao longo do segundo semestre de 2010 se basearam em cenários para a Amazônia e trajetórias institucionais e em um quadro de desafios e oportunidades impostas para uma instituição centenária, que é estratégica para o Brasil. O resultado deste esforço foi o Plano Diretor para o período de 2011 a 2015, cujos objetivos estratégicos relacionados às diferentes áreas estratégicas de atuação, assim como as iniciativas estratégicas e ações táticas vem sendo monitoradas anualmente através do SISPEN, cuja a síntese do controle pode ser acompanhada no Anexo 1.

3.1.2 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os objetivos estratégicos traçados no PDU do MPEG obedecem a um horizonte cronológico de cinco (05) anos, com metas escalonadas a cada ano. Assim, no quadro abaixo são apresentados os objetivos estratégicos, as metas para o exercício em referência, as unidades técnicas afetas ao seu desenvolvimento e a análise situacional/riscos envolvidos.

Quadro 6 – Objetivos e Metas estabelecidas para o Exercício 2015

OBJETIVO • Metas	UNIDADES AFETAS	ANÁLISE SITUACIONAL E RISCOS ENVOLVIDOS
Consolidar e ampliar competências em CT&I relacionadas à bio e sociodiversidade e às transformações da Amazônia continental e costeira.		Meta atingida em 2015. Sistema implementado e centralizado na Coordenação de Planejamento e Acompanhamento (CPA), unidade responsável por recolher as informações encaminhadas pelas coordenações de pesquisa, através de relatórios semestrais, e

<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar e implementar um sistema de planejamento, controle e acompanhamento da produtividade científica até 2015. 	<p>CPPG, CPA, CID</p>	<p>pela Coordenação de Informação e Documentação (CID), através do repositório institucional. O acompanhamento é realizado em conjunto com a Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG), tendo como base os indicadores IPUB e IGPUB pactuados no TCG anual. Em agosto de 2015 foi inserida no SISPEN a produção científica relativa ao primeiro semestre de cada coordenação de pesquisa. Na segunda quinzena de fevereiro estará sendo inserida a produção científica do segundo semestre de 2015, o que permitirá, a partir de 2016, o monitoramento da produção técnico-científica e extração de informações para composição dos indicadores de desempenho institucional, no que concerne às ações finalísticas (pesquisa, comunicação).</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer uma política de apoio e incentivo aos grupos de pesquisa em consonância com a política científica da instituição. 	<p>CPPG, CZO, CBO, CCH, CCTE</p>	<p><u>Meta não atingida em 2015.</u> Considerando o corte de aproximadamente 18,34% no orçamento e o limite de empenho dos recursos para o ano de 2015, a UPC enfrentou sérias dificuldades para garantir atendimento das demandas da atividade-meio. Em suma, o incentivo aos grupos de pesquisa foi restrito à viabilização de infraestrutura mínima necessária à sua atuação, e o custeio tem sido, em grande parte, através de recursos de descentralização da SCUP. Recomenda-se a revisão e possível reinserção da meta para o novo PDU 2016-2020.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a participação em projetos em rede e em programas de cooperação nacional e internacional até 2015. 	<p>CCTE, CBO, CCH, CPA (NIT)</p>	<p><u>Meta atingida.</u> No contexto cronológico em análise a participação institucional em projetos em cooperação internacional teve um acréscimo de 48,64% (37 projetos em 2011 - 55 projetos em 2015), ao passo que em projetos de cooperação nacional a participação institucional aumentou em 16,78% (137 projetos em 2011 - 160 projetos em 2015).</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Inserir no MPEG pelo menos três técnicas avançadas de pesquisa nas áreas de biodiversidade, sociodiversidade e inovação. 	<p>CPPG</p>	<p><u>Meta não atingida em 2015.</u> Instalada a técnica “Sequencing New Generation (SNG). As técnicas de Espectrometria de Massas com Plasma Indutivamente Acoplado e Cromatografia Gasosa Bidimensional Abrangente, embora agendadas para 2015, não foram implementadas devido restrições orçamentárias.</p> <p><u>Meta encerrada em 2014</u> - O Museu Paraense Emilio Goeldi é uma das Instituições que compõem o Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais em parceria com a Universidade Federal do Pará e Embrapa Amazônia Oriental. Entre</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer um programa de pesquisa multidisciplinar em áreas estratégicas que abranjam a história de longa duração da ocupação social da Amazônia 	CCH/CCTE	<p>as ações de 2015, podemos citar a parceria do Museu Goeldi no Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (PELD) que tem atuado em atividades de pesquisas multidisciplinares e também na formação de profissionais em nível de mestrado (2 alunos) e doutorado (um aluno). O Museu Goeldi também participa dos protocolos de fauna, flora e processos físicos e climatológicos dos Programas de Pesquisas Seca Floresta (ESECAFLOR), Programa TEAM e Programa PPBio. As parcelas de monitoramento de vegetação estão agregadas a dois projetos internacionais o que permitirá a comparação da dinâmica florestal de Caxiuanã com diversos sítios no mundo. O Museu Goeldi mantém seu protagonismo no cenário internacional na produção de conhecimento sobre a ocupação humana da Amazônia, a exemplo da Oficina Internacional “Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese”, sediado no Museu e dos projetos de pesquisa em andamento.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Participar de ações de inventário e documentação sociocultural nacional e internacional. 	CPPG	<p>Meta atingida em 2014 – A UPC participa como membro do Conselho Técnico, responsável pela coordenação do Inventário Linguístico Nacional. Em 2014, foi realizado um filme institucional sobre a Estação e também foram apoiados três disciplinas em nível de mestrado e doutorado dos Programas de Pós-graduação: Ecologia da Floresta Amazônia - Mestrado em botânica; Inventário da biodiversidade - Mestrado e Doutorado em Ciências Ambientais; e Ecologia de Campo - Mestrado e Doutorado em Zoologia.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer Plano de Ação da ECFPn atualizado e consolidado. 	CPPG, CZO, CBO	<p>Plano de Ação da ECFPn elaborado. Aguardando reativação do Comitê Técnico-Científico da FLONA de Caxiuanã. Em 2015 o Plano de ação foi atualizado.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer parcelas permanentes de referência e elaborar guias de flora e fauna para a Floresta Nacional de Caxiuanã. 	CPPG	<p>Meta de estabelecimento de parcelas concluídas. A UPC mantém parcelas permanentes no âmbito dos Projetos TEAM, RAINFOR, ESECAFLOR, PPBio, PELD. Apesar do esforço na organização de informações e imagens de Caxiuanã, os guias de fauna e flora da FLONA ainda não foram publicados, por falta de recursos financeiros. Recomenda-se a revisão e possível reinserção da meta para o novo PDU 2016-2020.</p> <p><u>Meta não atingida em 2015.</u> Modelos de gestão vêm sendo estudados para subsidiar a elaboração de uma proposta para a UPC,</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer um novo modelo gerencial para viabilizar a continuidade dos programas de residência e de apoio a teses e dissertações na ECFPn. • Implementar pesquisas e ações colaborativas em todos os projetos institucionais que envolvam povos indígenas e outras sociedades tradicionais. • Criar um Núcleo Estratégico Institucional para identificar oportunidades e viabilizar a participação institucional em ações estratégicas que visem subsidiar políticas públicas. • Realizar oito expedições biológicas em áreas remotas e sub-amostradas da Amazônia até 2015. 	<p>CPPG, CCH</p> <p>DIR, CPPG</p> <p>CPPG, CZO, CBO</p> <p>CBO/CCH/CZO/ CCTE</p>	<p>que leve em consideração o Plano de Manejo da FLONA, aprovado em 2014. Recomenda-se a revisão e possível reinserção da meta para o novo PDU 2016-2020.</p> <p>Em 2011 implementadas ações colaborativas em 12 projetos, equivalente a 26%, do total de 45 projetos. Em 2012, foram implementados pesquisas e ações colaborativas envolvendo povos indígenas e populações tradicionais, em 18 projetos, equivalente a 24%, do total de 74 projetos. Em 2013, foram desenvolvidos 72 projetos, sendo que apenas 16 projetos estão sendo desenvolvidas ações colaborativas, e 7 são novos projetos, equivalente a 22% do total. Em 2014-2015 estão sendo desenvolvidos 56 projetos com ações colaborativas, e apenas 28 projetos desenvolvem ações colaborativas com povos indígenas e populações tradicionais, desses 11 são novos projetos, equivalente a 50% do total:</p> <p><u>Meta não atingida.</u> Nenhuma ação específica no exercício. O Núcleo Estratégico Institucional foi idealizado pela ex coordenadora de pesquisa e pós-graduação, Dra Marlúcia Martins, para identificar oportunidades de participação institucional em ações de políticas públicas regionais. No entanto, com sua saída da CPPG, a implantação desse núcleo não ocorreu e todas as ações dessa natureza estão sendo feitas pela CPPG, que já vinha organizando as demandas de políticas públicas e formação de parcerias voltadas para tal fim.</p> <p>Meta atingida em 2015. Expedições realizadas entre 2011 e 2015, tendo como objetivos o inventário das áreas e, em alguns casos, compor o plano de manejo ou avaliar riscos de impacto ambiental: (1) Parque Estadual Serra dos Martírios-Andorinhas, PA, PPBIO Amazônia orientada – Sisbiota Herpeto-Helmintos. (2) Parque Nacional da Serra do Pardo, PA, PPBIO Amazônia oriental e Sisbiota Herpeto-Helmintos. (3) Região de Curuçá, PA, (diversas expedições), MPEG–UFPA—Instituto Peabiru. (4) Santa Isabel do Rio Negro, AM, Sisbiota Herpeto-Helmintos. (5) São Gabriel da Cachoeira, AM, ornitofauna. (6) Reserva Biológica do Gurupi, MA, (diversas expedições), INCT Biodiversidade e Uso da Terra na Amazônia–Sisbiota Herpeto-Helmintos. (7) Região de Oriximiná, PRONEM. (8) Floresta Nacional de Carajás, PA, Sisbiota Herpeto-Helmintos. (9) Ilha do Marajó, diversos municípios, PA, (4</p>
--	--	---

<ul style="list-style-type: none"> • Anotar e catalogar o conteúdo do acervo digital, seguindo metodologia estabelecida na fase 2009-2010 e Indexação do Acervo Linguístico da Coleção Científica do Museu Goeldi. • Produzir CDs e DVDs de documentação linguístico-cultural, com gravações realizadas em campo nas aldeias indígenas. • Organizar um número especial em revista indexada sobre ecossistemas costeiros amazônicos e políticas públicas. 	<p>CCH</p> <p>CPPG/CCH</p> <p>CPPG/CCH</p>	<p>expedições), para avaliar os possíveis efeitos da linha de transmissão do Projeto de Interligação da Ilha do Marajó pela CELPA. Uma outra expedição do PPBIO Amazônia oriental, ao Parque Estadual do Cantão-TO, programada para 2015, deverá ocorrer apenas em 2016.</p> <p><u>Meta não atingida em 2015.</u> A anotação dos metadados sobre o conteúdo na Área de Lingüística foi concluída. Devido a problemas técnicos com o servidor virtual, houve atraso no desenvolvimento das atividades. Recomenda-se a revisão e possível reinserção da meta para o novo PDU 2016-2020.</p> <p>Meta atingida em 2014. Em 2012 foram 07 produtos de documentação linguístico-cultural. Em 2013, foram 10 produtos documentários (DVDs): Amostra de Vídeos – Palikur; Amostra de Vídeos - Oficinas de vídeo documentação; Coleta de dados em língua natural Sakurabiat; Amostra LanguagesToday (versão inglês), etc. Para cada material produzido entre 10 e 20 cópias são distribuídas para as aldeias envolvidas. No exercício de 2014, a UJ produziu a mídia digital “<i>Lista de palavras na língua Tembé</i>”, para ser utilizadas em processo de (re)aprendizagem da língua por membros da etnia Tembé.</p> <p><u>Meta não atingida em 2015.</u> Foram mantidos entendimentos com duas revistas indexadas para organização do nº especial. No entanto, essa ação referente ao número especial em revista não foi cumprida, uma vez que a agenda para 2015 dos referidos periódicos estava finalizada. Recomenda-se a revisão e possível reinserção da meta para o novo PDU 2016-2020.</p> <p>Meta atingida em 2015. Através da OI-004/2014, foi criado o Núcleo de Cooperação Internacional (NCI). No exercício foram mantidas a cooperação técnica com instituições da Europa, mais especificamente com a França, através do Projeto OSE GUYAMAPA: Observação por satélite do Meio Ambiente transfronteiriça Guiana - Amapá, coordenado pelo Instituto Francês IRD-Cayenne e o INPE, com a participação do MPEG. A cooperação com a África está mantida através do Acordo de Cooperação internacional com a</p>
---	--	--

<ul style="list-style-type: none"> • Manter a Cooperação Internacional para o desenvolvimento de pesquisas em áreas costeiras com os países africanos e europeus. 	CBO/CCTE	<p>Universidade Aberta (Portugal) e Universidade de Lúrio (Moçambique-África), com base no Projeto Tripartite: Uso e Gestão de Territórios e Recursos Biodiversos em Comunidades Haliêuticas no Brasil, em Moçambique e Portugal. Articulação institucional junto ao CNPq, sobre complementação de documentação referente ao acordo. O presente Acordo deriva e se insere no marco do projeto de cooperação internacional – CPLP, desenvolvido no período de 2008-2012, com recursos do CNPq – Programa de Ciências Sociais – CPL. Através da OI-004/2014, foi criado o Núcleo de Cooperação Internacional (NCI), que deverá definir e apresentar o Manual para celebração de Convênios/Acordos Internacionais, que servirá de base de referência para o funcionamento das atividades desenvolvidas pelo NCI. Em visita ao Museu, o embaixador da Bélgica, Jozef Smets, apontou a possibilidade de criar uma cooperação com o MPEG, e de uma iniciativa trilateral, unindo Bélgica, Brasil – através do Museu Goeldi e África, onde está localizado o Estuário do Congo. Em 2015, o MPEG sediou a reunião com potenciais co-financiadores do Fundo Newton, iniciativa britânica para investimento em ciência e tecnologia, visando prospectar pontos de interesse para futura cooperação, para capacitar pessoas e investir em programas de ciência e inovação. O encontro reuniu a comunidade acadêmica e possíveis parceiros patrocinadores no Museu Goeldi. Na ocasião, apresentaram o funcionamento do fundo para beneficiários em potencial e financiar pesquisa, promover inovação e formação de especialistas em países emergentes. Pesquisadores do MPEG debateram com a The Nature Conservancy – TNC, uma das maiores organizações mundiais com atuação na área de conservação ambiental, para uma possível parceria.</p>
<p>Consolidar o Museu Goeldi como um polo de pós-graduação na Amazônia.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidar parcerias existentes e novas. 	CPPG	<p>No exercício a UPC, através da CPPG, consolidou parcerias como a Global Plants Initiative (GPI), African Plants Initiative (API) e a Latin American Plants Initiative (LAPI). A UPC assinou Carta de Intenção para celebração de Acordo de Cooperação com a Universidade de Oslo (Noruega). Celebração de Acordo de Cooperação técnico científico entre a Fiocruz, UFPA e MPEG para o desenvolvimento da Rede de Tecnologias Sociais em Plantas Medicinais e Fitoterápicos no Bioma Amazônico (RTSPMFBA). Acordos de cooperação com</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Publicar artigos em periódicos com avaliação A1 e B2 no Qualis CAPES. • Implementar Programa de Pós-doutorado 	<p>CPPG, CZO, CCH, CBO, CCTE</p> <p>CPPG</p>	<p>a SEMAS e ICMBio, para realização de pesquisas em áreas de conservação visando principalmente a elaboração de planos de manejo. Mantidas a cooperação técnica com instituições africanas (Moçambique) e europeias (Guiana Francesa /França) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).</p> <p>Meta atingida em 2015. Foram publicados 144 artigos em periódicos indexados no Science Citation Index.</p> <p><u>Meta não atingida em 2015.</u> Em 2011 esse Programa estava em processo de implementação. Em 2012, o programa não avançou. O objetivo do MPEG é possibilitar o intercâmbio de pesquisadores em todos os níveis, incluindo pós-doutorado, sem necessidade de formalização de um programa de pós-doutorado. Diante disso, o Museu continuou a agregar pesquisadores doutores vinculado às coordenações científicas, junto a Programa de Fixação de Recursos Humanos do CNPq, FAPESPA. Para as bolsas PCI, tem sido prioridade os pesquisadores doutores. Em 2014, o MPEG abrigou 20 Pós-Docs. Em 2015, foram 18 Pós-Docs. Recomenda-se a revisão e possível exclusão da meta para o novo PDU 2016-2020.</p>
<p>Fortalecer a ação educativa do MPEG no despertar da vocação científica.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar projeto pedagógico de educação para o fortalecimento dos programas e serviços. • Formular a Política de Ética e Segurança nas atividades dos programas de pesquisa e educação da instituição. 	<p>SEC</p> <p>CPPG, CCE, CPA</p>	<p>O SEC/MPEG está elaborando o projeto Pedagógico, com previsão de finalização em agosto de 2016. A discussão envolve a reestruturação do SEC quanto às linhas de ações educativas, organização das atividades realizadas, priorizando a abertura da Biblioteca de Ciência Clara Galvão.</p> <p>Meta não atingida em 2015. Através da OI-012/2014, foi constituído o Comitê da Segurança da Informação, com a responsabilidade de definir, priorizar e avaliar estratégias institucionais da Segurança da Informação do MPEG. Em discussão a nova Política do uso de Redes do Museu Goeldi. Através da OI 036/2014, a UPC fez cumprir a Portaria no. 38, de 11 de junho de 2012, do Conselho de Defesa Nacional, que estabelece as diretrizes de Segurança da Informação e Comunicações para o uso das redes sociais, nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Criada a Comissão para revisar e implementar o Plano de Segurança Institucional do MCTI/MPEG (OI 044/2014). Através da Ordem Interna 066/2014, a UPC instituiu a Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA), com</p>

		objetivo de cumprir as Resoluções Normativas do CONCEA, em especial aquelas relativas aos protocolos experimentais ou pedagógicos aplicáveis aos procedimentos de ensino e projetos de pesquisa científica a serem realizados na instituição, para determinar sua compatibilidade com a legislação aplicável.
<p>Fortalecer o acervo do MPEG como referência sobre a bio-sociodiversidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> Organizar e/ou editar instrumentos de divulgação para todas as coleções. 	<p>CPPG, CBO, CZO, CCH, CCTE</p>	<p>Meta atingida. Em 2015, o acervo do Herbário João Murça Pires – MG foi totalmente digitalizado no BRAHMS. O projeto Censo da Biodiversidade já funciona em plataforma própria e pode ser parcialmente integrado a outras iniciativas institucionais, como as publicações de dados de coleções (Plataforma Specify) e de inventários biológicos (SinBio), representando certo avanço tecnológico na área de Tecnologia da Informação. Ainda em 2015 foi lançado o livro “Palmeiras do Distrito Florestal Sustentável da BR-163”. A publicação é um guia com 57 espécies dessas plantas identificadas e mapeadas na região; O linguista Sergio Meira do MPEG está entre os responsáveis pela coleta do material, que será reunido no livro “Narrativas Tembé sobre a Biodiversidade”, que compõem o II Volume da Série Conhecimento Indígena; Lançado o Anuário do Pará 2014/2015, publicação editada pelo jornal impresso Diário do Pará. A edição conta com dois capítulos produzidos por pesquisadores do Museu Goeldi, que inclui informações sobre a fauna e a flora do Pará. Em dezembro de 2015, nova Edição do Anuário do Pará (2015-2016), onde o MPEG organizou ampla divulgação sobre a Diversidade Sociocultural do estado, incluindo artigos abrangendo as suas Coleções Biológicas e Coleção Etnográfica, além de informações atualizadas da Diversidade Biológica, Étnica, Linguística, Cultural e do Patrimônio Arqueológico. Essa meta deverá ser mantida para o PDU 2016-2020.</p> <p>Meta atingida em 2015. As normas de acesso vêm sendo revisadas e o Conselho de Curadores reformulado. Em 2014, reorganizado o Conselho de Curadoria das Coleções Científicas do MPEG, que atuará em conformidade com as Normas Gerais de Uso e Gerenciamento das Coleções do MCTI/MPEG (OI-015/2014), tendo como presidente o coordenador da CPPG e vice-presidente o coordenador substituto. Também foram criadas duas câmaras técnicas, dentro do conselho de curadoria: câmara de biodiversidade e ciências da terra</p>
<ul style="list-style-type: none"> Reorganizar em todas as curadorias, incluindo a reformulação do Conselho de 	<p>CPPG, CBO, CZO, CCH, CCTE</p>	

<p>Curadores e a revisão das normas de acesso.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar cinco coleções do acervo em um único sistema integrado. • Aumentar as amostras das coleções (incremento médio). • Promover visitas técnicas de especialistas em taxonomia. • Promover a formação de 10 técnicos de curadoria, até 2015 e qualificar 3 técnicos do quadro por ano. 	<p>CPPG, CPA</p> <p>CZO, CBO, CCTE</p> <p>CPPG, CZO, CBO</p> <p>CPPG, CCH</p>	<p>e câmara de ciências humanas e documentação. Através da OI-016/2014, designado para a presidência da coordenação da Câmara de Biodiversidade e Ciências da Terra, Cleverson Ranieri e Wolmar Wosiacki; e para coordenação da Câmara de Ciências Humanas e Documentação, Cláudia López e Doralice Romeiro. As curadorias dos acervos biológicos receberam novos computadores e outros equipamentos para gestão dos acervos. Em algumas coleções a infraestrutura vem sendo melhorada com aquisição de ar-condicionado ou outros equipamentos para a manutenção dos acervos.</p> <p>Meta atingida em 2015. O projeto Censo da Biodiversidade funciona em plataforma própria e está integrado às demais iniciativas institucionais, como as publicações de dados de coleções (plataforma Specify), o SinBio, e o aprimoramento da informatização e divulgação dos acervos biológicos do MPEG no SIBBr, representando significativo avanço tecnológico na área de TI. Atualmente, o Museu Goeldi disponibilizou 14 coleções no SIBBr, com mais de cem mil registros. Meta atingida em 2015. Para a área de Zoologia, estão disponíveis 5 coleções online dentro do sistema Specify: Invertebrados, Herpetologia, Ictiologia, Ornitologia e Mastozoologia</p> <p>O incremento é dependente de uma série de fatores exclusivos a cada acervo, sendo impossível ter um incremento médio. No geral todas as coleções biológicas adquiriram novos registros, ou seja, houve um incremento médio de amostras das coleções de aprox.1%, atingindo assim a meta pactuada (1%) do TCG.</p> <p>Em 2015 foram promovidas a visita de quinze (15) especialistas em taxonomia, do Brasil e do exterior, às coleções científicas da UJ.</p> <p>Meta concluída em 2014, com a visita da Dra. Silvia Cunha Lima, conservadora de acervos arqueológicos e etnográficos, especialista em material cerâmico, que colaborou junto às reservas técnicas de arqueologia e antropologia na formação de recursos humanos (palestra e workshop) sobre conservação preventiva. Participaram 15 pessoas, sendo que 7 são servidores da UPC.</p>
--	---	---

<ul style="list-style-type: none"> • Implantar e colocar em funcionamento Programa Institucional de Conservação Preventiva, até 2015. 	CPPG	<p><u>Meta não atingida.</u> A Comissão se incumbirá de elaborar o Plano Operacional de Segurança Institucional no que diz respeito às instalações adequadas, e as normas e procedimentos de segurança a serem seguidos pelas pessoas que transitam no MPEG; Identificar riscos, ameaças e problemas de segurança em Geral na Instituição, sobretudo os que podem afetar as coleções científicas, bibliográficas e arquivística, o patrimônio construído, principalmente no PZB, o plantel e o acervo florístico e o público visitante do Parque. Cortes orçamentários ocorridos, sobretudo em 2014 e 2015, dificultaram o avanço das ações referentes a essa meta. Recomenda-se a revisão e possível reinserção da meta para o novo PDU 2016-2020.</p>
<p>Fortalecer o Núcleo de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental (NAMOR) na promoção de estudos e práticas que viabilizem a participação das Instituições Científicas Tecnológicas no processo de inovação.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenar a Prospecção Tecnológica em ICTs. • Elaborar Manual de Acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado. • Coordenar o Processo de Certificação de laboratórios das ICTs da Rede NIT- Amazônia Oriental, incluindo o do Museu Goeldi. • Coordenar o processo de disponibilização ao mercado de 	<p>NIT/CPA</p> <p>NIT/CPA</p> <p>NIT/CPA</p>	<p>Meta atingida em 2014. Em 2013, a prospecção tecnológica foi um dos módulos do Curso de Especialização Gestão da Inovação e Propriedade Intelectual, promovido pela REDENAMOR. Foram capacitados (520 horas) 35 alunos, cujos trabalhos de conclusão foram, necessariamente, demandas dos Núcleos de Inovação, aos quais esses alunos estão vinculados. Realizada uma vitrine tecnológica (Dez/2014) com 30 tecnologias oriundas de ICTs da Amazônia Oriental.</p> <p>Meta atingida em 2014. Manual elaborado. Em fase de captação de recursos para a editoração e produção. Será feita uma tiragem para o MPEG e disponibilizado no site da REDENAMOR, acoplado ao Portal do MPEG.</p> <p><u>Meta não atingida.</u> Em 2014 o NIT-MPEG trouxe um consultor especializado, que elaborou um relatório reservado sobre a situação dos laboratórios científicos da UJ e indicou as exigências a serem cumpridas para a certificação. O NIT cumpriu a parte técnica, sendo que a decisão de como prosseguir, a partir das recomendações do especialista, é uma decisão política de competência da Direção do MPEG. Recomenda-se a revisão e possível reinserção da meta para o novo PDU 2016-2020.</p> <p>Meta atingida. Em 2014 mais uma patente em Co-Titularidade foi registrada no INPI, relativa à tecnologia para a confecção de ecopainéis com a fibra de açaí.</p>

tecnologias das ICTs da rede NIT Amazônia Oriental.	NIT/CPA	
<p>Consolidar e ampliar as ações de comunicação e os serviços educativos e de informação, fortalecendo o MPEG como instituição estratégica para a CT&I</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar proposta do Programa de Comunicação. • Elaborar a minuta de reformulação da Política Editorial. • Adequar a estrutura da Comunicação Social. • Definir assuntos/eventos estratégicos da Instituição. • Revitalizar e colocar em funcionamento o Aquário. • Elaborar o Plano de Gestão 	<p>NIT/CPA</p> <p>SCS</p> <p>CPPG, CCE</p> <p>SCS</p> <p>SCS</p> <p>CMU</p> <p>CAD/SG/NLCC</p>	<p>O Programa de Comunicação está sendo construído em função das comemorações pelos 150 anos do Museu Goeldi, que ocorrerá em 2016. O Plano já está em elaboração e parcialmente estruturado, após a revisão do PDU será finalizado. Delegado ao Serviço de Comunicação Social a responsabilidade pela análise dos pedidos de autorização de imagem e pela elaboração dos Termos de Autorização de Imagem do MPEG (OI-053/2014).</p> <p>Delegada competência a CPPG a responsabilidade pelos trâmites administrativos do Núcleo Editorial Boletim e delegado competência ao coordenador da CCE, a responsabilidade pelos trâmites administrativos do Núcleo Editoria Livros. (OI-031/2014).</p> <p>Reestruturada a equipe de comunicação social com apoio de bolsas vinculadas a projetos de pesquisa e de capacitação institucional.</p> <p>Estabelecida rotina para definir periodicamente em conjunto com as coordenações de pesquisa e comunicação os assuntos e eventos estratégicos do MPEG.</p> <p>Em 2014, foi constituída Comissão com a responsabilidade de coordenar as atividades e ações necessárias para a reabertura do Aquário, localizada no Parque Zoobotânico (OI-019/2014), previsto para ser inaugurado em outubro de 2014, mas que devido a ajustes técnicos e operacionais foi reprogramada para 2015, mas também não foi possível colocar o aquário em funcionamento em decorrência de restrições orçamentárias e pendências burocráticas junto ao IBAMA.</p> <p><u>Meta não atingida.</u> Termo de Referência concluído, com a finalidade de contratar firma, especializada do ramo, para a elaboração de projeto executivo do Sistema de Gestão Ambiental do Parque Zoobotânico, mas no presente exercício não há recursos financeiros para consecução dessa meta. Há a necessidade de redefinir o grupo, uma vez que há antagonismo operacional e metodológico entre a atual rotina dentro de Reserva Técnica e as demandas da presente Área Estratégica.</p>

<p>Ambiental do Parque Zoobotânico.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar online os documentos e coleções bibliográficas. 	<p>CID</p>	<p>Recomenda-se a revisão e possível reinserção da meta para o novo PDU 2016-2020.</p> <p>O Repositório Institucional do Museu Goeldi disponibiliza a produção técnico-científica da instituição em formato digital. Está indexado no Diretório Luso-Brasileiro de Repositórios e Revistas de Acesso Aberto. No período de 2011 a 2015, o Repositório contou com 819 trabalhos disponíveis para consulta e download. No geral foram 42% dos documentos disponibilizados no Repositório Institucional do Museu Goeldi.</p>
<p>Assegurar TI alinhada à política nacional de CT&I e à gestão institucional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modernizar em 25% ao ano a rede de computadores do MPEG. • Implantar Modelo de Governança de TI. 	<p>STI/CPA</p> <p>STI/CPA</p>	<p>A meta não foi cumprida em decorrência das limitações orçamentárias do Museu. Anualmente tem sido realizada ações de expansão da rede, o que depende dos recursos disponibilizados em orçamento. Em 2015, estava prevista nova aquisição de computadores para modernização do parque computacional. No entanto, o volume de recursos disponibilizado em orçamento permitiu a substituição de cerca de 8% do parque instalado. A meta de 25% foi então redimensionada para 15% devido ao contingenciamento orçamentário. Ao todo foram adquiridos 96 computadores, sendo 57 adquiridos com recursos do orçamento do Museu Goeldi, 7 com recursos do orçamento do projeto do NIT (via FADESP) e 32 adquiridos no âmbito do projeto do SIBBR/CNPQ/MCTI. Recomenda-se a revisão e possível reinserção da meta para o novo PDU 2016-2020.</p> <p>Meta atingida em 2014. O Comitê de TI, principal órgão de governança de TI da UPC, realizou reuniões mensais, onde foram estabelecidos os principais focos de ação para o STI em 2015, assim como os respectivos volumes de recursos a serem despendidos nestas ações. Os principais processos do modelo de governança foram discutidos e aprovados pelo comitê de TI, e atualmente devidamente implantados.</p> <p>O Datacenter foi implantado, com infraestrutura de piso elevado, sistemas de climatização com redundância, e sistemas de proteção elétrica com nobreak de grande porte e grupo gerador. O Datacenter hospeda um sistema integrado de processamento, armazenamento e backup de dados, denominado Blade/Storage que centraliza os serviços de TI do MPEG. O Datacenter também hospeda os switches centrais de rede e acesso à internet. No</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Implantar Datacenter, até 2015. 	STI/CPA	<p>entanto, cabe observar que as normas mais recentes de segurança para Datacenters são bastante estritas, para garantir níveis altíssimos de disponibilidade da infraestrutura. Neste caso, tornar-se-ia necessária a reconstrução total do prédio e investimentos de ordem bastante elevada o que não foi possível dentro das restrições orçamentárias correntes no MPEG. Recomenda-se a revisão e possível reinserção da meta para o novo PDU 2016-2020.</p>
<p>Assegurar modelo de excelência na Gestão do MPEG</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programa Desenvolvimento de Pessoas. • Programa Saúde e Qualidade de Vida. 	<p>SRH/CAD</p> <p>SRH/CAD</p>	<p>A consultora/bolsista Elisenda Libonati, comandou a equipe para a elaboração e implementação da <i>Política de Gestão de Pessoas</i>. Iniciou suas atividades e apresentou a sistematização da Política, definindo-se um plano de ação, o qual começou a ser implementado. Dentre as ações propostas, algumas já vinham sendo realizadas pelo MPEG, como por exemplo, a homenagem aos aposentados, capacitação do quadro funcional. Novas propostas foram apresentadas, como por exemplo, realizar a análise e descrição de cargos, o mapeamento de competências, elaborar o plano de desenvolvimento dos servidores, o programa de formação gerencial, projetos de saúde e segurança no trabalho, diagnóstico do clima organizacional, palestras educativas e informativas aos servidores, homenagens aos aniversariantes do mês, acolhimento dos novos servidores, reestruturar a área de gestão de pessoas, com novo organograma, elaboração do fluxo de processos, regimento interno, produção de cartilhas para os servidores e diagnóstico de quadro de servidores necessários para a implementação da política de gestão de pessoas, dentre outras propostas. Ressalta-se que por questões orçamentárias, bem como de pessoal, somente poucas ações puderam ser implementadas, como o programa de formação gerencial, a análise e descrição dos cargos, o diagnóstico do clima organizacional, a homenagem ao dia do servidor público. Devido a questões orçamentárias também se encerrou o contrato da consultora que vinha realizando o trabalho da implementação da política proposta. Recomenda-se a revisão e possível reinserção da meta para o novo PDU 2016-2020.</p> <p>Em 2015, o SRH/MPEG programou ações com prevenção e recuperação da saúde física e emocional do servidor, através de ações como vacina no combate a gripe, campanhas educativas, divulgadas no</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Programa Formação Gerencial • Programa Valorização do Servidor • Programa de Avaliação de Desempenho. • Realizar diagnóstico do sistema SIGTEC implantado no MPEG. 	<p>SRH/CAD</p> <p>SRH/CAD</p> <p>SRH/CAD</p> <p>CAD, SPZ, SG, SCP, CPA, ECFPn</p>	<p>usuário@, através do Boletim de Vida & Saúde.</p> <p>Realizados dois módulos do Curso Formação e Desenvolvimento Gerencial (participação de 33 servidores - Módulo I e 29 servidores – Módulo II).</p> <p>Em 2015 foi dada continuidade às ações do programa de valorização do servidor, que contempla ações de implantação da política de gestão de pessoas como uma ação para uma gestão de qualidade e o Planejamento Estratégico Institucional.</p> <p>Através da OI-028/2014, foi alterado o Comitê de Acompanhamento e Avaliação de Desempenho – COAD, com a finalidade de acompanhar o processo de avaliação de desempenho individual e institucional da UPC. Com base no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, na Portaria Interministerial nº 428, de 06 de setembro de 2012 e na Portaria MCTI nº 936, de 19 de dezembro de 2012 e na Portaria MPEG nº 001, de 28/01/2013, o programa de avaliação de desempenho vem sendo desenvolvido, mediante a elaboração anual do plano de trabalho individual do servidor, no qual estão previstas as metas pactuadas e que deverão ser alcançadas durante o interstício avaliativo. Com o resultado das avaliações é possível identificar problemas de rendimento no desempenho do servidor, necessidade de capacitação e até possíveis problemas na equipe. O programa vem sendo aprimorado gradativamente.</p> <p>Mapeados e identificados os fluxos dos processos organizacionais. Estabelecido um padrão de fluxograma para identificar os pontos críticos que dificultam a funcionalidade e celeridade dos processos organizacionais. Após a verificação de alguns fluxos no sistema SIGTEC que dificultavam a celeridade no processo, foram devidamente ajustados e comunicado aos usuários, a fim de minimizar burocracias processuais. Porém, ainda serão analisadas algumas questões que dificultam o fluxo, as quais precisam constantemente de monitoramento. Em setembro de 2015, foi realizado o último monitoramento do fluxo de processos, o qual foi detectado a necessidade de ajustes de operacionalização de alguns fluxos como a disponibilização de informações, em tempo real, para o devido acompanhamento</p> <p>Em 2015 foi concluída a etapa de</p>
---	---	--

<ul style="list-style-type: none"> Definir metodologia de mapeamento e modelagem de processos organizacionais 	CAD, CPA	<p>mapeamento de processos, porém não iniciada a modelagem, uma vez que o planejamento tático das áreas finalísticas (comunicação e pesquisa), ainda não foi concluído.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Levantar as atividades rotineiras de cada Unidade Gestora 	CAD, CPA	<p>Ação concluída em 2015 com o planejamento tático das unidades das áreas de gestão</p>
<ul style="list-style-type: none"> Identificar os processos críticos. 	CAD, CPA	<p>Foram identificados processos críticos no setor de gerenciamento e acompanhamento dos contratos de serviços e compras, o que resultou em uma reorganização de competências e atividades nas unidades SG, SMP e NLCC (NCC). Foram disponibilizados os procedimentos operacionais padrão no SIGTEC e Intranet.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Definir e implementar Sistema de Gestão Ambiental do MPEG 	CAD, CPA	<p>Realizada uma consultoria para gestão de resíduos sólidos e reuso de água do Parque Zoobotânico. Através da OI-023/2013, foi criado grupo de trabalho responsável pela coordenação, supervisão técnica e fornecimento das informações necessárias a instrução do processo de Licenciamento Ambiental do PZB do MPEG, cuja licença ambiental foi expedida em outubro de 2014. Termo de Referência concluído, com a finalidade de contratar firma, especializada do ramo, para a elaboração de projeto executivo do Sistema de Gestão Ambiental do Parque, mas não houve de recursos financeiros para consecução dessa meta. Recomenda-se a revisão e possível reinserção da meta para o novo PDU 2016-2020.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Implementar Plano de Gestão de Infraestrutura e Operação das Bases Físicas. 	SG, SPZ, CAD, CPA	<p>Concluído o Plano Diretor do Campus de Pesquisa. Em 2015 foi contratada firma especializada, para a elaboração de alguns Projetos Executivos para as bases físicas. Levantamento parcial das necessidades da infraestrutura nas três bases físicas. Programas de Necessidades foram elaborados a fim de subsidiar a elaboração de projetos executivos, mas faltam recursos financeiros para finalizar o Plano de Gestão de Infraestrutura e Operação das Bases Físicas do MPEG. Recomenda-se a revisão e possível reinserção da meta para o novo PDU 2016-2020.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Identificar e elaborar Modelo de Gestão Sustentável para o Parque 	CAD, SPZ, SG,	<p>Através da OI-009/2015 foi constituído Grupo de Trabalho com a responsabilidade de definir e acompanhar as ações e atividades necessárias para efetivar as condicionantes da Licença de Operação do PZB do MPEG. O MPEG formalizou Acordo de cooperação com a OSCIP</p>

Zoobotânico e a Estação Científica Ferreira Penna, até 2015.	ECFPn	Instituto Peabiru para a busca de soluções para o modelo de gestão do Parque Zoobotânico. Espera-se atingir a meta em 2016 por meio da parceria ProGoeldi que definirá um modelo jurídico para a sustentabilidade das bases físicas. Recomenda-se a revisão e possível reinserção da meta para o novo PDU 2016-2020.
--	-------	--

3.1.3 - Estágio de implementação do planejamento estratégico

No planejamento ao nível estratégico, finalizado em 2014, foram definidas as diretrizes, a análise e opções estratégicas e estruturado o plano de ação, contemplando o monitoramento das ações e avaliação de desempenho (Figura 3).

Nas diretrizes estratégicas foram apresentadas a missão institucional, os grupos de interesse, valores e visão de futuro. A partir da análise estratégica foram apresentadas as oportunidades, ameaças em ambiente externo e as forças e fraquezas institucionais em seu ambiente interno.

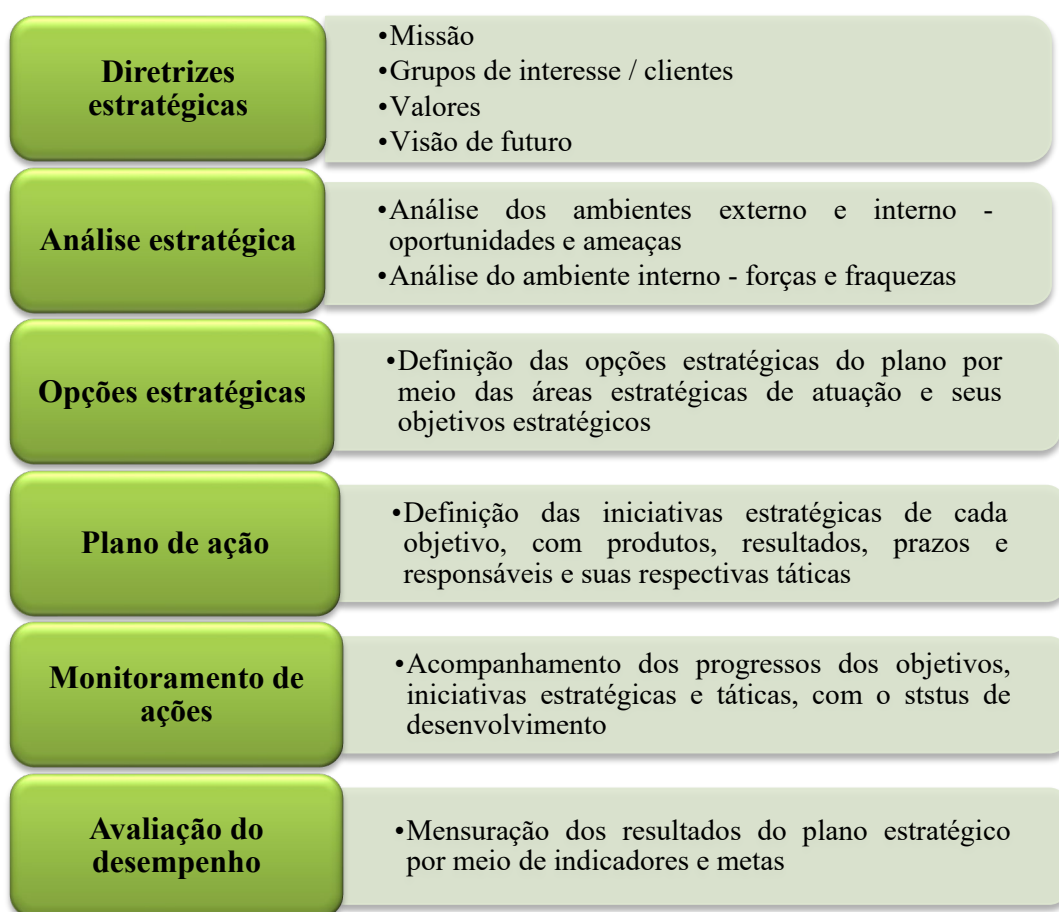


Figura 3. – Objetivos e resultados do planejamento ao nível estratégico

No âmbito das opções estratégicas foram definidas as *Áreas Estratégicas de Atuação* (AEA) e seus *Objetivos Estratégicos* (OE). Concatenado com os objetivos estratégicos foi elaborado o plano de ação, com a definição de *Iniciativas Estratégicas* (IE) de cada objetivo, com produtos, resultados, prazos e responsáveis e suas respectivas táticas.

No tocante ao monitoramento das ações foi avaliado o progresso dos objetivos, iniciativas estratégicas e táticas com o status de desenvolvimento. Na avaliação de desempenho foi realizada a mensuração dos resultados do plano estratégico por meio de indicadores e metas.

O planejamento tático, iniciado em 2015, foi desenvolvido a níveis organizacionais inferiores (coordenações e setores), tendo como principal finalidade a utilização eficiente para a consecução de objetivos previamente fixados, segundo uma estratégia pré-determinada, bem como, as políticas orientadas para o processo decisório da organização. Nesse nível de planejamento foram decompostos os objetivos, estratégias e políticas estabelecidas no nível estratégico. É nesse nível que foram definidas as ações a serem realizadas para o cumprimento dos objetivos específicos.

Para a realização do planejamento tático de cada unidade gestora (Figura 4) foi utilizada a ferramenta SWOT (Strengths – Forças, Weaknesses – Fraquezas, Opportunities – Oportunidades e Threats - Ameaças) para gerar o diagnóstico situacional e a análise estratégica ou de cenário, a partir dos ambientes externo e interno. Em seguida foram elaboradas propostas de melhoria, a partir da clareza das competências e atribuições e atividades rotineiras de cada unidade gestora e foi proposta a Matriz de Desafios, que sintetiza as propostas de melhorias para aquela determinada unidade gestora. Por fim, foi definida a missão tática das unidades gestoras e realizada a avaliação do desempenho tático. O relatório do Planejamento Estratégico Tático foi entregue à Diretoria da UPC em fevereiro de 2016.

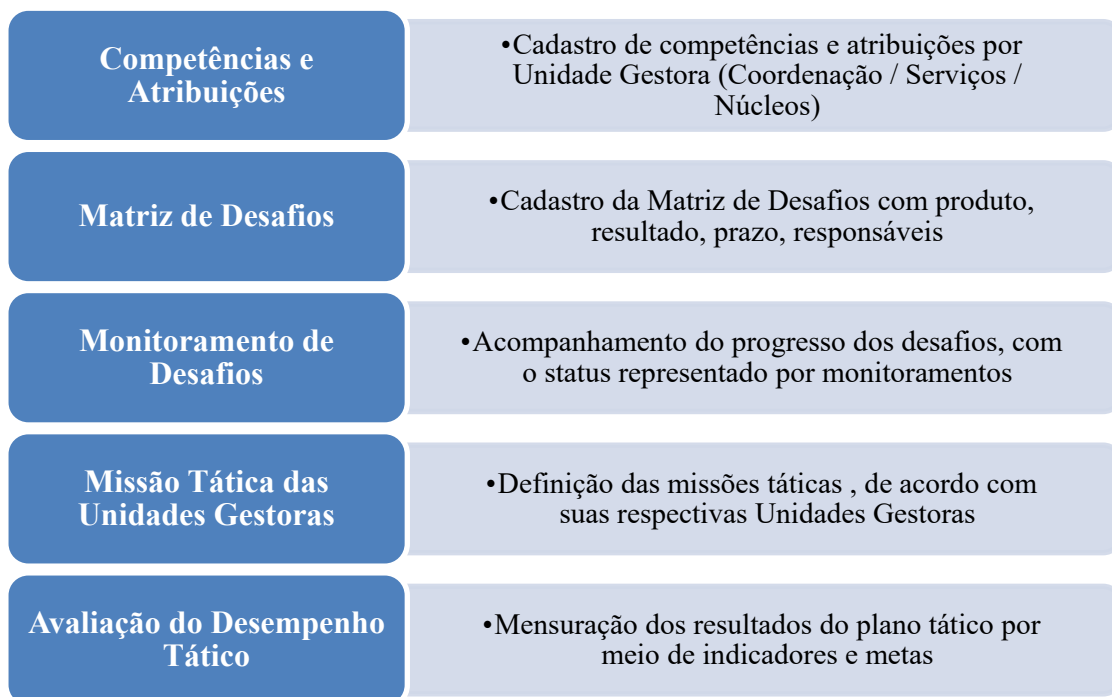


Figura 4 – Objetivos e resultados do planejamento ao nível tático

O planejamento estratégico operacional consistiu na formalização dos objetivos e procedimentos, ou seja, a implementação das ações previamente desenvolvidas e estabelecidas pelos níveis inferiores/basilares de gerência. Sua finalidade é desdobrar os planos táticos de cada coordenação/setor em planos operacionais para cada tarefa. Envolve cada tarefa ou atividade de forma isolada, desenvolvida em seus pormenores e especificidades, procedimentos básicos para desempenho, resultados esperados, prazos estabelecidos e responsáveis pela execução. Nesse contexto o planejamento operacional da UPC está subdividido em duas etapas (Figura 5), que serão realizadas em 2016: i) mapeamento dos processos e ii) procedimentos operacionais padrões (POPs).

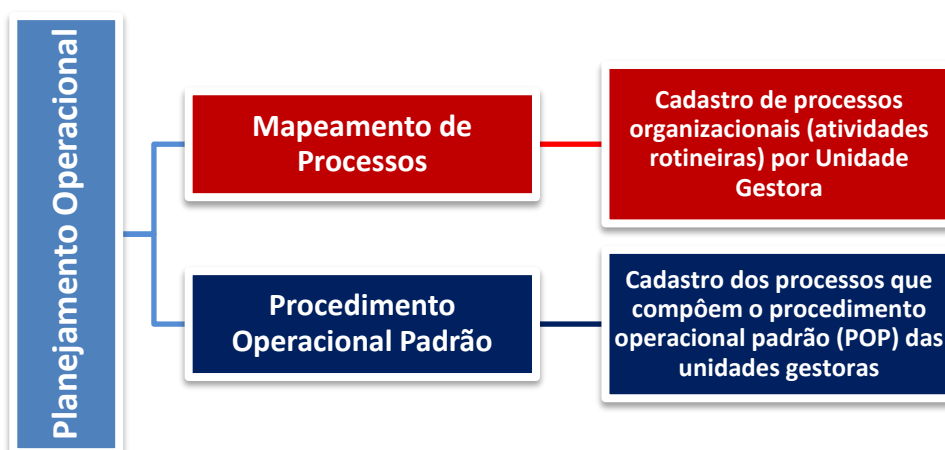


Figura 5 – Objetivos e resultados do planejamento ao nível operacional

O Museu Goeldi, tem sido não só participante, mas também se destaca no contexto histórico e geopolítico da região. Foram, porém, três fases que lhe deram a estrutura, o vigor e capital-prestígio que usufrui no momento: i) fase dirigida por Emílio Goeldi, de 1894 a 1921, com uma equipe de renomados cientistas; ii) a fase dirigida por Carlos Estevão de Oliveira, de 1930 a 1945, que impulsionou, sobretudo, a pesquisa aplicada à criação de animais silvestres e a piscicultura; e por fim, iii) a fase da administração federal, que teve início em 1995, quando a UPC tornou-se unidade autônoma do CNPq, e até o presente sob a tutela do MCTI. Nesse período ganhou novo perfil e estrutura institucional, fortemente marcado pela pesquisa científica e pela agenda de investigações da história natural e sociocultural da Amazônia.

Na década de 90 se tornou centro internacional de referência sobre a Amazônia, em virtude de investimentos do Programa Piloto de Proteção de Florestas Tropicais (PPG-7). A marca do pioneirismo do Museu Goeldi continuou quando da realização do seu primeiro Planejamento Estratégico (PE), para o período de 1993 a 2003, como resultado de um pré-investimento do Banco Mundial, dentro do projeto Centros de Excelência e Pesquisa Dirigida, um dos componentes do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). Este planejamento sofreu quatro revisões: uma em 1997, outra em 2000, quando foi estruturado o Plano Institucional do MPEG para o período de 2000-2003, e revisadas posteriormente para o período 2004-2007. A partir daí, passou a exercer suas atividades segundo as prioridades traçadas pelo Governo Federal e de acordo com um novo modelo institucional aprovado.

Em 2002 foi discutida no e então MCT uma nova proposta, baseada no relatório de avaliação das Unidades de Pesquisas - UPs (Relatório Tundisi). Foi avaliada a missão de cada instituição e recomendadas mudanças, com o objetivo de adequá-las à política estratégica nacional de C&T para os próximos 10 anos, sendo uma das recomendações do relatório, a mudança no sistema de gestão das unidades de pesquisa.

Para iniciar essa mudança, a então Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP) decidiu criar um Termo de Compromisso de Gestão (TCG) para cada unidade de pesquisa. Para avaliar o cumprimento desse Termo foram necessários indicadores – alguns comuns e outros, específicos, adequados às características de cada UP. Após essas

inclusões, foram assinados os Termos de Compromissos, que permanecem até hoje. Anualmente é feita a previsão dos indicadores com vistas a estabelecer, formalmente, metas de desempenho a serem alcançadas em cada exercício.

Em 2005 a UPC buscou consolidar um novo planejamento estratégico para definir suas prioridades e cumprir sua missão institucional para o período 2006-2010. A elaboração do II Plano Diretor do Museu Goeldi 2006-2010, baseou-se em análises e consultas aos públicos interno e externo e a representantes da sociedade, em estreita consonância com a metodologia adotada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Foram redefinidos a missão, a visão, os valores e as diretrizes institucionais para os próximos cinco anos, compondo o Plano Diretor que orientou a gestão da Instituição nesse período.

O conteúdo elaborado durante o planejamento estratégico subsidiou a composição do Termo de Compromisso de Gestão (TCG) do MPEG. Os resultados do Planejamento também compuseram o Plano Diretor da Unidade – PDU (2006-2010).

Em 2006, além das atividades científicas, o MPEG procurou dar continuidade a um conjunto de ações, de modo a aprimorar processos administrativos e a permitir um controle mais eficaz sobre o amplo e diversificado conjunto de demandas das diferentes coordenações e serviços que compõem a instituição. As atividades programadas no TCG 2006, no PPA 2004/2007 e no PDU 2006-2010, contemplaram indicadores de resultados vinculados às atividades de pesquisa científica, comunicação e gestão, mensurados por meio de indicadores específicos, tais como: produção científica, incremento das coleções científicas, defesas de dissertações de mestrado e teses de doutorado dos programas de pós-graduação onde o MPEG atua, em parceria com a UFPA, UFRA e EMBRAPA, além da disseminação de informações, cujos indicadores se relacionam à produção de materiais didáticos, organização de eventos científicos, entre outros. Cumpre destacar: i) os indicadores administrativos, que contemplam a aplicação de recursos orçamentário-financeiros na infraestrutura das quatro bases físicas da instituição, de forma a permitir um ambiente favorável para o desenvolvimento de pesquisas técnico-científicas, inovação e formação de recursos humanos; ii) indicadores de inclusão social no desenvolvimento de projetos voltados diretamente para comunidades, em parceria com os governos federal e estadual, e demais instituições do setor público e privado.

Em 2010, por orientação do MCTI, foi revisto o Planejamento Estratégico Institucional. A metodologia aplicada, supervisionada por um consultor, seguiu orientações da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), associada às ferramentas de

planejamento estratégico e de gestão Balanced Score Card (BSC). A partir da análise estratégica, foram gerados o Mapa Estratégico da Instituição, indicadores e o PDU para o período 2011-2015. No âmbito deste PDU, foram estabelecidas 7 áreas estratégicas de atuação, 8 linhas de ação, 27 programas, 9 diretrizes de ação, e 74 metas, formando, assim, um instrumento de análise de desempenho em nível estratégico.

O Plano Diretor 2011-2015 foi baseado em cenários para a Amazônia e trajetórias institucionais, considerando o quadro de desafios e oportunidades impostas para uma Instituição de Pesquisa com credibilidade no Brasil e exterior. O documento apresenta em seu arcabouço estrutural (Figura 6) a missão, visão de futuro, os valores da Instituição, as áreas estratégicas e os desafios e oportunidades a serem priorizados pelo MPEG para o período de cinco anos. Todas essas informações podem ser acessadas no SISPEN (www.sispen.com.br/ / login: mpeg / senha: consulta).

Impende informar que a UPC iniciou em fevereiro de 2016 a elaboração de um novo Plano Diretor para o período 2016-2020.



Figura 6 – Arcabouço estrutural do PDU da UPC

No presente Termo de Compromisso e Gestão foram estabelecidos eixos estratégicos, que correspondem aos Eixos de Sustentação da ENCTI, aos seus Programas prioritários para os setores portadores de futuro ou aos seus Programas complementares.

O cumprimento da missão do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) se desdobra, em sete Áreas Estratégicas de Atuação, que por sua vez, abrangem Linhas de Ação e as Metas (Figura 7), estabelecendo a associação entre o desempenho desta instituição de pesquisa e as políticas públicas.

Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar e ampliar competências em CT&I relacionadas à bio e sociodiversidade e às transformações da Amazônia continental e costeira.
Formação de Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar o Museu Goeldi como um centro de pós-graduação na Amazônia. • Fortalecer a ação educativa do MPEG no despertar da vocação científica
Acervos	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer o acervo do MPEG como referência sobre a biosociodiversidade
Inovação Científica	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer o Núcleo de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental na promoção de estudos e práticas que viabilizem a participação das Instituições Científicas Tecnológicas no processo de inovação.
Tecnologia da Informação em C,T&I	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar TI alinhada à política nacional de CT&I e à gestão institucional
Excelência na Gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar Modelo de Excelência na Gestão do MPEG

Figura 7 - Áreas estratégicas de atuação da UPC e suas respectivas linhas de ação.

3.1.4 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Para que a UPC cumpra sua missão e esteja em total consonância com as Ações de CT&I, que integram a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), definidas pelo Governo Federal, os Eixos Estratégicos discriminados a seguir (Quadro 7), desdobram-se em Linhas de Ação e, por sua vez, em Programas Prioritários, dentro dos quais se encontram as Metas estabelecidas pela UPC, em associação entre o desempenho desta

instituição de pesquisa e as políticas públicas e Programas complementares, onde se inserem aqueles voltados ao conhecimento da Amazônia.

Quadro 7 - PDU do MPEG (2011-2015) - Objetivos relacionados a Programas Temáticos do Plano Plurianual – PPA

EIXO ESTRATEGICO I - Expansão e Consolidação do SNCTI			
AEA 1 – PESQUISA			
Linha de Ação 1 - Consolidar e ampliar competências em CT&I relacionadas à bio e sociodiversidade e às transformações da Amazônia continental e costeira			
PROGRAMA 1	Estabelecer a Política Científica do MPEG.	1	Avaliar e implementar um sistema de planejamento, controle e acompanhamento da produtividade científica até 2015.
		2	Estabelecer uma política de apoio e incentivo aos grupos de pesquisa em consonância com a política científica da instituição até 2015.
		3	Aumentar em 15% a participação em projetos em rede e em programas de cooperação nacional e internacional até 2015.
		4	Elevar em 5% o número de publicações indexadas em relação ao número de pesquisadores e tecnologistas até 2015.
		5	Realizar 10 seminários institucionais no período de 2011 a 2015.
EIXO ESTRATÉGICO IV – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e Sustentabilidade (Amazônia)			
PROGRAMA 2	Aprimorar e ampliar a produção, análise e disseminação do conhecimento sobre a biodiversidade em áreas continentais e costeiras, principalmente aquelas pouco exploradas, as de alta vulnerabilidade e a Flona de Caxiuanã.	6	Estabelecer dois novos projetos de inventários e diagnósticos socioambientais na Amazônia até 2015.
		7	Implementar quatro projetos de pesquisa integrados que abordem temas relevantes, em áreas estratégicas da Amazônia, até 2014.
		8	Inserir no MPEG pelo menos três técnicas avançadas de pesquisa nas áreas de biodiversidade, sociodiversidade e inovação até 2015.
		9	Inserção do MPEG em pelo menos dois programas nacionais ou regionais de indicação de áreas prioritárias para conservação e na recuperação ambiental, até 2015.

EIXO ESTRATÉGICO V – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social			
PROGRAMA 3	Aprimorar e ampliar atividades de produção, análise e disseminação do conhecimento social e cultural, pretérita e presente da Amazônia.	10	Estabelecer um (01) programa de pesquisa multidisciplinar em áreas estratégicas que abranjam a história de longa duração da ocupação social da Amazônia, até 2014.
		11	Participar de duas ações de inventário e documentação sociocultural nacional e internacional, até 2014.
		12	Implementar dois (02) projetos de pesquisa integrados que abordem temas relevantes, em áreas estratégicas da Amazônia, até 2014.
EIXO ESTRATÉGICO I - Expansão e Consolidação do SNCTI			
PROGRAMA 4	Consolidar a Estação Científica Ferreira Penna (ECFPn) como base de referência nacional e internacional para realização de pesquisa e para o ensino sobre biodiversidade, estrutura e funcionamento de ecossistemas.	13	Estabelecer Plano de Ação da ECFPn, atualizado até 2012 e consolidado até 2015.
		14	Estabelecer parcelas permanentes de referência e elaborar guias de flora e fauna para a Floresta Nacional de Caxiuanã, até 2015.
		15	Estabelecer um novo modelo gerencial para viabilizar a continuidade dos programas de residência e de apoio a teses e dissertações, até 2015.
EIXO ESTRATÉGICO V – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social			
PROGRAMA 5	Promover e assegurar a relação entre pesquisa científica e os saberes tradicionais.	16	Implementar pesquisas e ações colaborativas em cem por cento (100%) dos projetos institucionais que envolvam povos indígenas e outras sociedades tradicionais, até 2014.
		17	Implementar três (03) projetos de pesquisas que relacionem o conhecimento tradicional e o uso da biodiversidade, até 2014.
EIXO ESTRATÉGICO I - Expansão e Consolidação do SNCTI			
PROGRAMA 6	Consolidar o MPEG como referência na formulação de políticas públicas locais e globais.	18	Criar um Núcleo Estratégico Institucional para identificar oportunidades e viabilizar a participação institucional em ações estratégicas que visem subsidiar políticas públicas, até 2015.
		19	Participar em pelo menos dois (02) comitês e conselhos estratégicos das instâncias

			governamentais e da sociedade civil, até 2015.
AEA – 2 – FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS			
Linha de Ação 2 - Consolidar o Museu Goeldi como um centro de pós-graduação na Amazônia			
PROGRAM 7	Criar dois novos cursos de Pós-graduação <i>strictu sensu</i> , até 2014.	20	Criar dois novos cursos de Pós-graduação <i>strictu sensu</i> , até 2014.
PROGRAMA 8	Prover a infraestrutura para os cursos de pós-graduação.	21	Inaugurar e colocar em funcionamento o Centro de Treinamento e Pós-Graduação, até 2012.
		22	Modernizar a infraestrutura de cinco (05) laboratórios de apoio aos cursos de pós-graduação, até 2015.
		23	Atualizar Portfólios e <i>sites</i> dos quatro programas de pós-graduação, até 2015.
PROGRAMA 9	Qualificar os cursos de Pós-graduação do MPEG.	24	Efetivar a Progressão de um (01) nível dos cursos de pós-graduação na avaliação da CAPES, até 2015.
		25	Publicar sessenta por cento (60%) dos artigos em periódicos com avaliação A1 a B2 no Qualis CAPES, até 2015.
		26	Indexar os dois periódicos científicos institucionais na Base SciELO e bem avaliados no Qualis CAPES, até 2015.
PROGRAMA 10	Estruturar um Programa de Pós-Doutorado.	27	Implementar Programa de Pós-doutorado, até 2015.
Linha de Ação 3 - Fortalecer a ação educativa do MPEG no despertar da vocação científica			
PROGRAMA 11	Aprimorar os programas e serviços já existentes, como PIBIC, PCI e Clube do Pesquisador Mirim.	28	Aprimorar os Programas PIBIC, PCI e Clube do Pesquisador-Mirim, até 2015.

PROGRAMA 12	Reestruturar o programa de estágio supervisionado e formalizar a participação de pesquisadores e técnicos da instituição na orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso dos discentes das ICTs parceiras.	29	Definir e estabelecer as normas do Programa de Estágio Acadêmico supervisionado, até 2015.
PROGRAMA 13	Formular e executar política de ética e segurança dos programas de pesquisa e educação da instituição.	30	Formular e executar Política de ética e segurança, até 2015.
AEA 3 - ACERVO			
Linha de Ação 4 - Fortalecer o acervo do MPEG como referência sobre a bio-sociodiversidade			
PROGRAMA 14	Ampliar a divulgação e o uso científico do acervo.	31	Organizar e/ou editar Instrumentos de divulgação para todas as coleções, até 2015.
PROGRAMA 15	Modernizar a gestão curatorial e a infraestrutura de conservação do acervo.	32	Modernizar e ampliar, pelo menos a metade das coleções do acervo do MPEG, até 2015.
		33	Reorganizar em cem por cento (100%) as curadorias, até 2015, incluindo a reformulação do Conselho de Curadores e a revisão das normas de acesso.
PROGRAMA 16	Informatizar o acervo e implantar o Sistema Integrado do Acervo Institucional (SINAI).	34	Implantar Sistema Integrado do Acervo Institucional (SINAI), até 2015.
		35	Disponibilizar cinco (05) coleções do acervo em um único sistema integrado, até 2015.
PROGRAMA 17	Incrementar as coleções biológicas e geológicas.	36	Aumentar em 15% as amostras das coleções (incremento médio), até 2015.
PROGRAMA 18	Aumentar o número de espécimes nas coleções biológicas e paleontológicas.	37	Aumentar em média 5% de material identificado e contextualizado nas coleções biológicas e paleontológicas, até 2015.
		38	Promover 12 visitas técnicas de especialistas em taxonomia por ano.

PROGRAMA 19	Formar e qualificar recursos humanos para o gerenciamento das coleções.	39	Promover a formação de 10 técnicos de curadoria, até 2015 e qualificar três técnicos do quadro por ano.
PROGRAMA 20	Elaborar e estabelecer um Programa Institucional de Conservação Preventiva.	40	Implantar e colocar em funcionamento Programa Institucional de Conservação Preventiva, até 2015.
AEA 4 – INOVAÇÃO CIENTÍFICA			
Linha de Ação 5 - Fortalecer o Núcleo de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental (NAMOR) na promoção de estudos e práticas que viabilizem a participação das Instituições Científicas Tecnológicas no processo de Inovação			
PROGRAMA 21	Promover a proteção ao conhecimento gerado pelas ICTs da Amazônia Oriental, assegurar o acesso ao patrimônio genético e o respeito ao conhecimento tradicional associado na realização de pesquisa científica para a promoção de negócios sustentáveis.	41	Coordenar o Processo de elaboração e institucionalização da Política de Inovação em 12 ICTs, até 2011.
		42	Coordenar a Prospecção tecnológica, em 12 ICTs, no período 2011-2014.
		43	Implementar um (01) curso de Mestrado Profissionalizante em rede, na área de Gestão da Inovação, no âmbito do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC), no período de 2012-2014.
		44	Elaborar Manual de Acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado, até 2015.
PROGRAMA 22	Viabilizar a estrutura técnica para o estabelecimento da conformidade do processamento e da pesquisa de produtos naturais da Amazônia e para o desenvolvimento de produtos e processos a partir do conhecimento produzido nas ICTs da Rede NIT Amazônia Oriental.	45	Coordenar o processo de Certificação de sete laboratórios das ICTs da Rede NIT - Amazônia Oriental no período de 2012 a 2015, sendo 01 do Museu Goeldi.
		46	Coordenar o processo de disponibilização ao mercado de 20 tecnologias das ICTs da Rede NIT Amazônia Oriental no período 2012 ~ 2015.
EIXO ESTRATÉGICO V – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social			
AEA 5 – COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA			
Linha de Ação 6: Consolidar e ampliar as ações de comunicação e os serviços educativos e de informação, fortalecendo o MPEG como instituição estratégica para a CT&I			

PROGRAMA 23	Elaborar e executar um Programa de Comunicação, Informação e Educação, em consonância com as prioridades institucionais.	47	Elaborar e executar Plano Bianual de Comunicação, até 2015.
PROGRAMA 24	Reformular e implementar a Política Editorial do MPEG.	48	Reformular e implementar Política Editorial, até dezembro de 2015.
PROGRAMA 25	Otimizar o sistema de comunicação jornalística para ressaltar o papel estratégico do MPEG como referência em CT&I e dar visibilidade às iniciativas, programas, projetos, pesquisas e produtos da Instituição.	49	Ampliar a produção jornalística em 50%, tendo como foco os temas prioritários determinados pela instituição, até 2015.
		50	Disponibilizar o novo portal do MPEG, até 2013.
PROGRAMA 26	Investir no Programa de Revitalização do Parque Zoobotânico (PZB).	51	Revitalizar e colocar em funcionamento dois (02) espaços do PZB, até 2015.
PROGRAMA 27	Aprimorar o controle e acesso a documentos e coleções bibliográficas por meio de sistemas informatizados e integrados.	52	Implantar Sistema de biblioteca integrado que ofereça serviços de consulta e cadastro na WEB, até 2015.
		53	Disponibilizar <i>online</i> , quarenta por cento (40%) dos documentos e coleções bibliográficas, até 2015.
		54	Implantar Sistema de controle e gerenciamento de documentos arquivísticos, até 2015.
METAS DAS DIRETRIZES DE AÇÃO			
AEA 6 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			
Linha de Ação 7 – Assegurar TI alinhada à política nacional de CT&I e à Gestão institucional			
DIRETRIZ 28	Modernizar e expandir a rede de computadores do MPEG.	55	Modernizar em 25% ao ano a rede de computadores do MPEG, até 2014.
DIRETRIZ 29	Implantar o modelo de desenvolvimento de software do MPEG.	56	Implantar Modelo de desenvolvimento de software do MPEG, até 2014.
DIRETRIZ 30	Implantar um modelo de governança de TI	57	Implantar Modelo de governança de TI, até 2014.

	alinhado às estratégias do MPEG.		
DIRETRIZ 31	Implantar novo Data Center de acordo com as normas de segurança.	58	Implantar Data Center, até 2015.
AEA 7 – EXCELÊNCIA NA GESTÃO			
Linha de Ação 8 – Assegurar Modelo de Excelência na Gestão do MPEG			
Diretrizes Administrativo-Financeiras – Recursos Humanos			
DIRETRIZ 32	Definir, elaborar e implementar a Política e o Plano de Gestão de Pessoas.	59	Implementar Política e o Plano de Gestão de Pessoas, até 2014.
DIRETRIZ 33	Otimizar o fluxo de processos organizacionais.	60	Estabelecer cem por cento (100%) de procedimentos administrativos, padronizados, documentados e normatizados, até 2015.
Diretrizes Administrativo-Financeiras – Infraestrutura			
DIRETRIZ 34	Elaborar e implementar o Sistema de Gestão Ambiental do MPEG.	61	Definir e implementar Sistema de Gestão Ambiental do MPEG, até 2015.
DIRETRIZ 35	Definir e implementar o Plano de Gestão de Infraestrutura e Operação das Bases Físicas do MPEG.	62	Implementar Plano de Gestão de Infraestrutura e Operação das Bases Físicas, até 2015.
DIRETRIZ 36	Identificar e propor um modelo de gestão sustentável para o Parque Zoobotânico e a Estação Científica Ferreira Penna.	63	Identificar e elaborar Modelo de Gestão Sustentável para o Parque Zoobotânico e a Estação Científica Ferreira Penna, até 2015.
III. PROGRAMAS COMPLEMENTARES. AMAZÔNIA			
Projetos Estruturantes Institucionais			
		64	Realizar oito expedições biológicas em áreas remotas e sub-amostradas da Amazônia, até 2015.

PE 1	Programa Institucional de Biodiversidade na Amazônia	65	Elaborar o Atlas de Áreas Prioritárias para a Conservação do Estado do Pará, até 2015.
		66	Subsidiar através de diagnósticos biológicos, ambientais e socioeconômicos os Planos de Manejo de três Unidades de Conservação, incluindo a Floresta Nacional de Caxiuanã, onde o MPEG mantém a Estação Científica Ferreira Penna, até 2015.
		67	Realizar duas exposições sobre a biodiversidade da Amazônia, até 2015
PE 2	Centro de Documentação Permanente de Línguas e Culturas Indígenas da Amazônia no Museu Goeldi	68	Anotar e catalogar o conteúdo do acervo digital, seguindo metodologia estabelecida na fase 2009-2010 e Indexação do Acervo Linguístico da Coleção Científica do Museu Goeldi, até 2015.
		69	Produzir aproximadamente 15 CDs e 15 DVDs de documentação lingüístico-cultural, com gravações realizadas em campo nas aldeias indígenas, até 2015.
		70	Capacitar quatro grupos indígenas para realizar gravações digitais das suas línguas e culturas, bem como editar e catalogar as gravações, até 2015.
PE 3	Programa Institucional de Estudos Costeiros – PEC	71	Estabelecer 02 projetos interdisciplinares até 2015.
		72	Organizar um número especial em revista indexada sobre ecossistemas costeiros amazônicos e políticas públicas, até 2015.
		73	Realizar 02 eventos bianuais até 2015.
		74	Manter a Cooperação internacional para o desenvolvimento de pesquisas em áreas costeiras com os países africanos e europeus até 2015.

O TCG atual está dividido em Eixos Estratégicos que correspondem aos Eixos de Sustentação da ENCTI: I - Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI (Eixos de Sustentação: Fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica e Formação e capacitação de Recursos Humanos); IV – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e Sustentabilidade (Programa Complementar: Amazônia e Semi-Árido); e V – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social (Programa Prioritário: C,T&I para o Desenvolvimento Social).

A figura 8 demonstra como o Plano Diretor da Unidade - PDU (2011-2015) se coaduna com o Plano Plurianual – PPA (2011 – 2015) da UPC. Os objetivos estratégicos do PDU, em número de 7, voltados para a consolidação e ampliação das ICTs relacionados à bio e sociodiversidade e as transformações da Amazônia continental e costeira, estão correlacionados com o objetivo estratégico do PPA, voltado para o fortalecimento das ICTs, e desconcentração da produção científica e tecnológica do País.

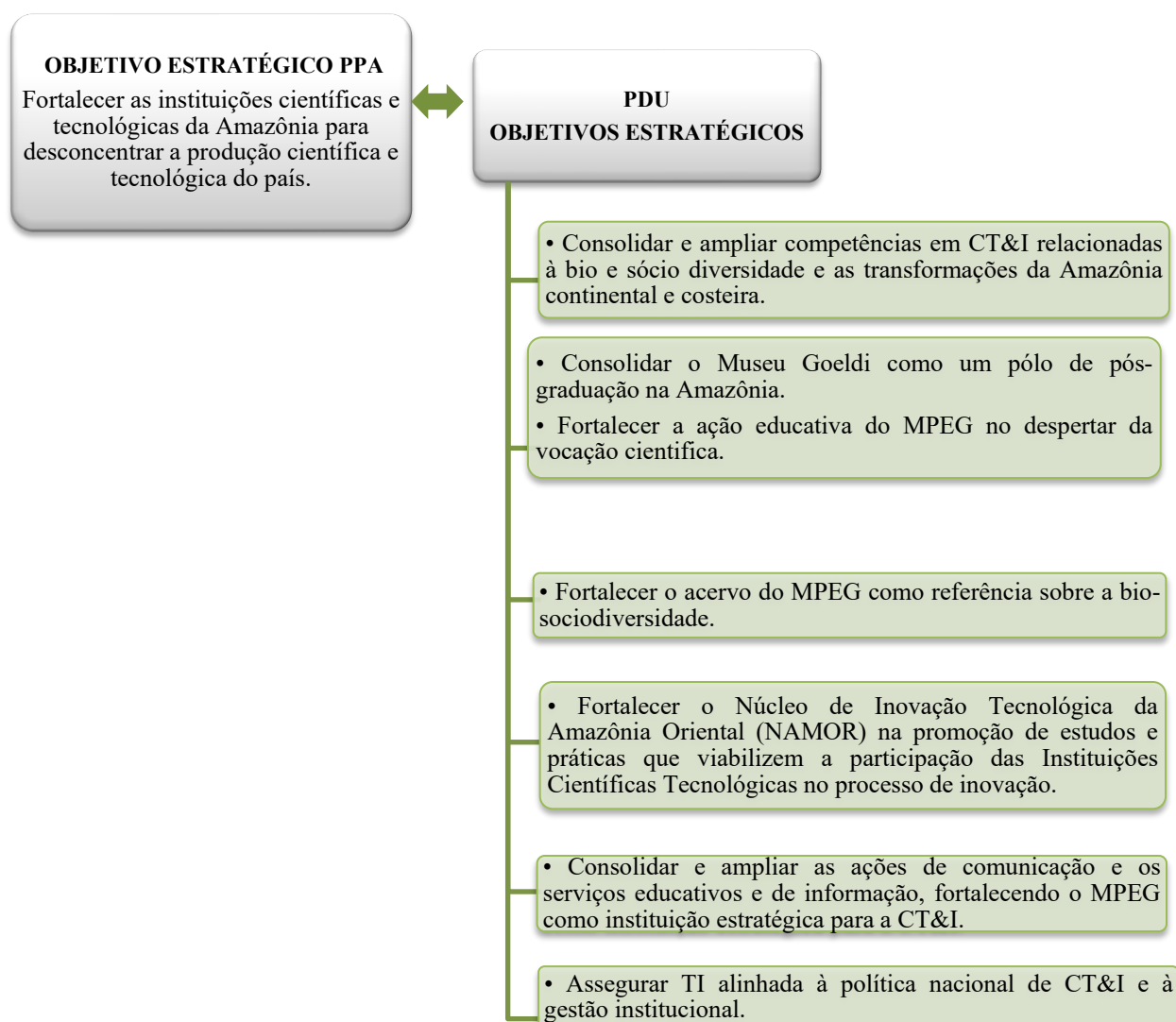


Figura 8 - Objetivos do PDU (2011-2015) que incorporam os Objetivos do PPA (2012-2015)

O suporte orçamentário para a execução dessas atividades está contido no PPA 2012-2015, nas Ações: i) 2000 – Administração da Unidade, nas demandas de manutenção das quatro bases física do MPEG, nas atividades de Gestão, TI, e Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos; ii) 4125 - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Ciências Sociais e Naturais no MPEG, para atender as demandas contidas no Plano Diretor 2011-2015, em suas atividades fins concentradas nas áreas de: pesquisa, comunicação do conhecimento, acervo científico, formação de recursos humanos e inovação científica.

O Quadro 8 demonstra como o Plano Diretor da Unidade-PDU se coaduna com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI 2012-2015.

Quadro 8 - Inserção das linhas de ação e metas do PDU/MPEG 2011-2015 na ENCTI 2012-2015

EIXO ESTRATEGICO I - Expansão e Consolidação do SNCTI			
AEA 1 – PESQUISA			
<i>Linha de Ação 1 - Consolidar e ampliar competências em CT&I relacionadas à bio e sociodiversidade e às transformações da Amazônia continental e costeira</i>			
Programa 1	Estabelecer a Política Científica do MPEG	Meta	
		1	Avaliar e implementar um sistema de planejamento, controle e acompanhamento da produtividade científica até 2013.
		2	Estabelecer uma política de apoio e incentivo aos grupos de pesquisa em consonância com a política científica da instituição até 2014.
		3	Aumentar em 15% a participação em projetos em rede e em programas de cooperação nacional e internacional até 2015.
		4	Elevar em 5% o número de publicações indexadas em relação ao número de pesquisadores e tecnólogos até 2015.
		5	Realizar 10 seminários institucionais no período de 2011 a 2015.
EIXO ESTRATÉGICO IV – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e Sustentabilidade (Amazônia)			
Programa 2	Aprimorar e ampliar a produção, análise e disseminação do conhecimento sobre a biodiversidade em áreas continentais e costeiras, principalmente aquelas pouco exploradas, as de alta vulnerabilidade e a Flona de Caxiuanã.	Meta	
		6	Estabelecer dois novos projetos de inventários e diagnósticos socioambientais na Amazônia até 2015.
		7	Implementar quatro projetos de pesquisa integrados que abordem temas relevantes, em áreas estratégicas da Amazônia, até 2014.
		8	Inserir no MPEG pelo menos três técnicas avançadas de pesquisa nas áreas

			de biodiversidade, sociodiversidade e inovação até 2015.
		9	Inserção do MPEG em pelo menos dois programas nacionais ou regionais de indicação de áreas prioritárias para conservação e na recuperação ambiental, até 2015.
EIXO ESTRATÉGICO V – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social			
Programa 3	Aprimorar e ampliar atividades de produção, análise e disseminação do conhecimento social e cultural, pretérita e presente da Amazônia.	Meta	
		10	Estabelecer um (01) programa de pesquisa multidisciplinar em áreas estratégicas que abranjam a história de longa duração da ocupação social da Amazônia, até 2014.
		11	Participar de duas ações de inventário e documentação sociocultural nacional e internacional, até 2014.
		12	Implementar dois (02) projetos de pesquisa integrados que abordem temas relevantes, em áreas estratégicas da Amazônia, até 2014.
EIXO ESTRATÉGICO I - Expansão e Consolidação do SNCTI			
Programa 4	Consolidar a Estação Científica Ferreira Penna (ECFPn) como base de referência nacional e internacional para realização de pesquisa e para o ensino sobre biodiversidade, estrutura e funcionamento de ecossistemas.	Meta	
		13	Estabelecer Plano de Ação da ECFPn, atualizado até 2012 e consolidado até 2014.
		14	Estabelecer parcelas permanentes de referência e elaborar guias de flora e fauna para a Floresta Nacional de Caxiuanã, até 2014.
		15	Estabelecer um novo modelo gerencial para viabilizar a continuidade dos programas de residência e de apoio a teses e dissertações, até 2015.
EIXO ESTRATÉGICO V – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social			
Programa 5	Promover e assegurar a relação entre pesquisa científica e os saberes tradicionais.	Meta	
		16	Implementar pesquisas e ações colaborativas em cem por cento (100%) dos projetos institucionais que envolvam povos indígenas e outras sociedades

			tradicionais, até 2014.
		17	Implementar três (03) projetos de pesquisas que relacionem o conhecimento tradicional e o uso da biodiversidade, até 2014.
EIXO ESTRATEGICO I - Expansão e Consolidação do SNCTI			
Programa 6	Consolidar o MPEG como referência na formulação de políticas públicas locais e globais.	Meta	
		18	Criar um Núcleo Estratégico Institucional para identificar oportunidades e viabilizar a participação institucional em ações estratégicas que visem subsidiar políticas pública, até 2014.
		19	Participar em pelo menos dois (02) comitês e conselhos estratégicos das instâncias governamentais e da sociedade civil, até 2015.
AEA – 2 – FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS			
<i>Linha de Ação 2 - Consolidar o Museu Goeldi como um centro de pós-graduação na Amazônia</i>			
Programa 7	Consolidar parcerias existentes e estabelecer novas.	Meta	
		20	Criar dois novos cursos de Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , até 2014.
Programa 8	Prover a infraestrutura para os cursos de pós-graduação.	21	Inaugurar e colocar em funcionamento o Centro de Treinamento e Pós-Graduação, até 2012.
		22	Modernizar a infraestrutura de cinco (05) laboratórios de apoio aos cursos de pós-graduação, até 2015.
		23	Atualizar Portfólios e <i>sites</i> dos quatro programas de pós-graduação, até 2013.
Programa 9	Qualificar os cursos de Pós-graduação do MPEG.	24	Efetivar a Progressão de um (01) nível dos cursos de pós-graduação na avaliação da CAPES, até 2015.
		25	Publicar sessenta por cento (60%) dos artigos em periódicos com avaliação A1 a B2 no Qualis CAPES, até 2015.

		26	Indexar os dois periódicos científicos institucionais na Base SciELO e bem avaliados no Qualis CAPES, até 2014.
Programa 10	Estruturar um Programa de Pós-Doutorado.	27	Implementar Programa de Pós-doutorado, até 2013.
Linha de Ação 3 - Fortalecer a ação educativa do MPEG no despertar da vocação científica			
Programa 11	Aprimorar os programas e serviços já existentes, como PIBIC, PCI e Clube do Pesquisador-Mirim.	Meta	
		28	Aprimorar os Programas PIBIC, PCI e Clube do Pesquisador-Mirim, até 2015.
Programa 12	Reestruturar o programa de estágio supervisionado e formalizar a participação de pesquisadores e técnicos da instituição na orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso dos discentes das ICTs parceiras.	29	Definir e estabelecer as normas do Programa de Estágio Acadêmico supervisionado, até 2014.
Programa 13	Formular e executar política de ética e segurança dos programas de pesquisa e educação da instituição.	30	Formular e executar Política de ética e segurança, até 2014.
AEA 3 - ACERVO			
<i>Linha de Ação 4 - Fortalecer o acervo do MPEG como referência sobre a bio-sociodiversidade</i>			
Programa 14	Ampliar a divulgação e o uso científico do acervo.	Meta	
		31	Organizar e/ou editar Instrumentos de divulgação para todas as coleções, até 2015.

Programa 15	Modernizar a gestão curatorial e a infraestrutura de conservação do acervo.	32	Modernizar e ampliar, pelo menos a metade das coleções do acervo do MPEG, até 2015.
		33	Reorganizar em cem por cento (100%) as curadorias, até 2015, incluindo a reformulação do Conselho de Curadores e a revisão das normas de acesso.
Programa 16	Informatizar o acervo e implantar o Sistema Integrado do Acervo Institucional (SINAI).	34	Implantar Sistema Integrado do Acervo Institucional (SINAI), até 2015.
		35	Disponibilizar cinco (05) coleções do acervo em um único sistema integrado, até 2015.
Programa 17	Incrementar as coleções biológicas e geológicas.	36	Aumentar em 15% as amostras das coleções (incremento médio), até 2015.
Programa 18	Aumentar o número de espécimes nas coleções biológicas e paleontológicas.	37	Aumentar em média 5% de material identificado e contextualizado nas coleções biológicas e paleontológicas, até 2015.
		38	

			Promover 12 visitas técnicas de especialistas em taxonomia por ano.
Programa 19	Formar e qualificar recursos humanos para o gerenciamento das coleções.	39	Promover a formação de 10 técnicos de curadoria, até 2015 e qualificar três técnicos do quadro por ano.
Programa 20	Elaborar e estabelecer um Programa Institucional de Conservação Preventiva.	40	Implantar e colocar em funcionamento Programa Institucional de Conservação Preventiva, até 2015.
AEA 4 – INOVAÇÃO CIENTÍFICA			
<i>Linha de Ação 5 - Fortalecer o Núcleo de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental (NAMOR) na promoção de estudos e práticas que viabilizem a participação das Instituições Científicas Tecnológicas no processo de Inovação</i>			
Programa 21	Promover a proteção ao conhecimento gerado pelas ICTs da Amazônia Oriental, assegurar o acesso ao patrimônio genético e o respeito ao conhecimento tradicional associado na realização de pesquisa científica para a promoção de negócios sustentáveis.	Meta	
		41	Coordenar o Processo de elaboração e institucionalização da Política de Inovação em 12 ICTs, até 2011.
		42	Coordenar a Prospecção tecnológica, em 12 ICTs, no período 2011-2014.
		43	Implementar um (01) curso de Mestrado Profissionalizante em rede, na área

			de Gestão da Inovação, no âmbito do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC), no período de 2012-2014.
		44	Elaborar Manual de Acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado, até 2014.
Programa 22	Viabilizar a estrutura técnica para o estabelecimento da conformidade do processamento e da pesquisa de produtos naturais da Amazônia e para o desenvolvimento de produtos e processos a partir do conhecimento produzido nas ICTs da Rede NIT Amazônia Oriental.	45	Coordenar o processo de Certificação de sete laboratórios das ICTs da Rede NIT - Amazônia Oriental no período de 2012 a 2015, sendo 01 do Museu Goeldi.
		46	Coordenar o processo de disponibilização ao mercado de 20 tecnologias das ICTs da Rede NIT Amazônia Oriental no período 2012 ~ 2015.
EIXO ESTRATÉGICO V – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social			
AEA 5 – COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA			
<i>Linha de Ação 6: Consolidar e ampliar as ações de comunicação e os serviços educativos e de informação, fortalecendo o MPEG como instituição estratégica para a CT&I</i>			
Programa 23	Elaborar e executar um Programa de Comunicação, Informação e Educação, em consonância com as prioridades institucionais.	Meta	
		47	Elaborar e executar Plano Bianual de Comunicação, até 2015.

Programa 24	Reformular e implementar a Política Editorial do MPEG.	48	Reformular e implementar Política Editorial, até dezembro de 2014.
Programa 25	Otimizar o sistema de comunicação jornalística para ressaltar o papel estratégico do MPEG como referência em CT&I e dar visibilidade às iniciativas, programas, projetos, pesquisas e produtos da Instituição.	49	Ampliar a produção jornalística em 50%, tendo como foco os temas prioritários determinados pela instituição, até 2015.
		50	Disponibilizar o novo portal do MPEG, até 2013.
Programa 26	Investir no Programa de Revitalização do Parque Zoobotânico (PZB).	51	Revitalizar e colocar em funcionamento dois (02) espaços do PZB, até 2015.
Programa 27	Aprimorar o controle e acesso a documentos e coleções bibliográficas por meio de sistemas informatizados e integrados.	52	Implantar Sistema de biblioteca integrado que ofereça serviços de consulta e cadastro na WEB, até 2014.
		53	Disponibilizar <i>online</i> , quarenta por cento (40%) dos documentos e coleções bibliográficas, até 2015.

		54	Implantar Sistema de controle e gerenciamento de documentos arquivísticos, até 2015.
METAS DAS DIRETRIZES DE AÇÃO			
AEA 6 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			
<i>Linha de Ação 7 – Assegurar TI alinhada à política nacional de CT&I e à Gestão institucional</i>			
		Meta	
Diretriz 28	Modernizar e expandir a rede de computadores do MPEG.	55	Modernizar em 25% ao ano a rede de computadores do MPEG, até 2014.
Diretriz 29	Implantar o modelo de desenvolvimento de software do MPEG.	56	Implantar Modelo de desenvolvimento de software do MPEG, até 2014.
Diretriz 30	Implantar um modelo de governança de TI alinhado às estratégias do MPEG.	57	Implantar Modelo de governança de TI, até 2014.
Diretriz 31	Implantar novo Data Center de acordo com as normas de segurança.	58	Implantar Data Center, até 2015.

AEA 7 – EXCELÊNCIA NA GESTÃO			
<i>Linha de Ação 8 – Assegurar Modelo de Excelência na Gestão do MPEG</i>			
<i>Diretrizes Administrativo-Financeiras – Recursos Humanos</i>			
		Meta	
Diretriz 32	Definir, elaborar e implementar a Política e o Plano de Gestão de Pessoas.	59	Implementar Política e o Plano de Gestão de Pessoas, até 2014.
Diretriz 33	Otimizar o fluxo de processos organizacionais.	60	Estabelecer cem por cento (100%) de procedimentos administrativos, padronizados, documentados e normatizados, até 2015.
Diretrizes Administrativo-Financeiras – Infraestrutura			
Diretriz 34	Elaborar e implementar o Sistema de Gestão Ambiental do MPEG.	61	Definir e implementar Sistema de Gestão Ambiental do MPEG, até 2015.
Diretriz 35	Definir e implementar o Plano de Gestão de Infraestrutura e Operação das Bases Físicas do MPEG.	62	Implementar Plano de Gestão de Infraestrutura e Operação das Bases Físicas, até 2015.
Diretriz 36	Identificar e propor um modelo de gestão sustentável para o Parque Zoobotânico e a Estação Científica Ferreira Penna.	63	Identificar e elaborar Modelo de Gestão Sustentável para o Parque Zoobotânico e a Estação Científica Ferreira Penna, até 2015.
III. PROGRAMAS COMPLEMENTARES. AMAZÔNIA			
<i>Projetos Estruturantes Institucionais</i>			

		Meta	
PE 1	Programa Institucional de Biodiversidade na Amazônia	64	Realizar oito expedições biológicas em áreas remotas e sub-amostradas da Amazônia, até 2015.
		65	Elaborar o Atlas de Áreas Prioritárias para a Conservação do Estado do Pará, até 2015.
		66	Subsidiar através de diagnósticos biológicos, ambientais e socioeconômicos os Planos de Manejo de três Unidades de Conservação, incluindo a Floresta Nacional de Caxiuanã, onde o MPEG mantém a Estação Científica Ferreira Penna, até 2015.
		67	Realizar duas exposições sobre a biodiversidade da Amazônia, até 2015
PE 2	Centro de Documentação Permanente de Línguas e Culturas Indígenas da Amazônia no Museu Goeldi	68	Anotar e catalogar o conteúdo do acervo digital, seguindo metodologia estabelecida na fase 2009-2010 e Indexação do Acervo Lingüístico da Coleção Científica do Museu Goeldi, até 2015.
		69	Produzir aproximadamente 15 CDs e 15 DVDs de documentação lingüístico-cultural, com gravações realizadas em campo nas aldeias indígenas, até 2015.
		70	Capacitar quatro grupos indígenas para realizar gravações digitais das suas línguas e culturas, bem como editar e catalogar as gravações, até 2015.
PE 3	Programa Institucional de Estudos Costeiros – PEC	71	Estabelecer 02 projetos interdisciplinares até 2015.
		72	Organizar um número especial em revista indexada sobre ecossistemas costeiros amazônicos e políticas públicas, até 2014.

		73	Realizar 02 eventos bianuais até 2015.
		74	Manter a Cooperação internacional para o desenvolvimento de pesquisas em áreas costeiras com os países africanos e europeus até 2015.

Se levarmos em consideração que no período (2012-2015) a LOA sofreu cortes significativos, que afetaram o desempenho institucional no cumprimento de várias metas, o Plano Diretor do MPEG (2011-2015), em sua reta final, foi considerado positivo, pois 64% das metas estabelecidas foram atingidas. Do total de 74 metas, apenas 25 não foram executadas, em decorrência da redução do orçamento institucional (2014 e 2015) e de recursos humanos. No final de 2015, fez-se necessária uma revisão das metas estabelecidas e que não foram cumpridas, em decorrência das limitações orçamentárias e de recursos humanos, que não acompanhou o planejado, com vistas a possíveis redirecionamentos e possível reinserção para o novo PDU 2016-2020. O acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas no PDU, pode ser acompanhada no Anexo 1.

O desempenho do MPEG e o resultado das atividades institucionais no exercício de 2015, refletiram no cumprimento da expressiva maioria dos indicadores acordados no Termo de Compromisso de Gestão (TCG). O TCG auxiliou na criação de um ambiente institucional favorável para o planejamento das atividades meio e fins, e revisão de estratégias e ações voltadas para o cumprimento dos indicadores que não foram atingidos.

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

O acompanhamento do progresso dos objetivos, iniciativas estratégicas e táticas estabelecidos no PDU é totalmente realizado através do SISPEN, que inclusive permite a extração de relatórios em forma de gráficos de execução. Durante o período de vigência do PDU (2011-2015) o monitoramento das iniciativas estratégicas (Figura 9a) e táticas (Figura 9b) atingiram os percentuais de 23,52% e 48,72%, respectivamente.

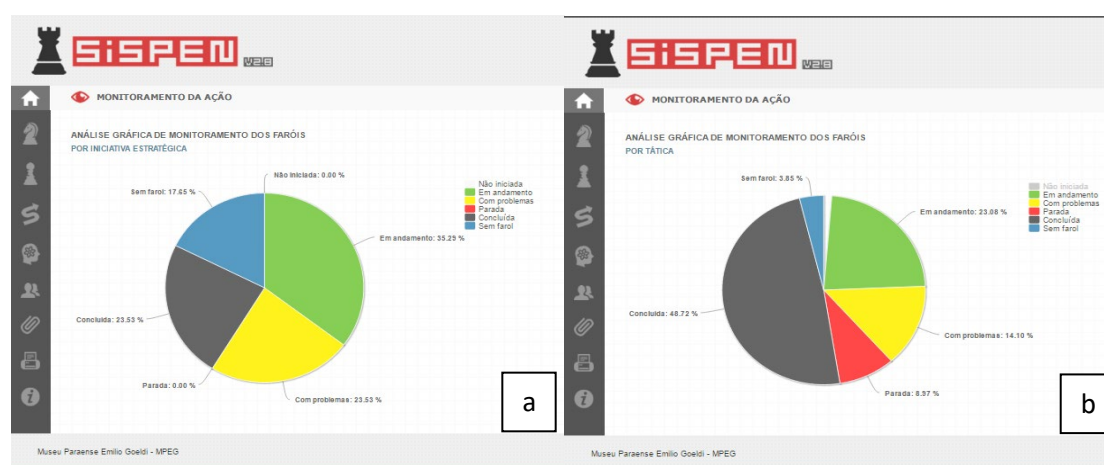


Figura 9 – Monitoramento das iniciativas estratégicas e ações táticas do PDU em dezembro de 2015

No exercício de referência o planejamento estratégico institucional avançou consideravelmente, com a finalização do planejamento ao nível tático, cujas informações de cada unidade gestora (coordenação/serviço) estão sistematizadas e disponibilizadas no sistema de planejamento estratégico online (SISPEN – Figura 10), ferramenta web que pode ser acessada por meio da senha consulta (www.sispem.com.br/login: mpeg/senha: consulta).

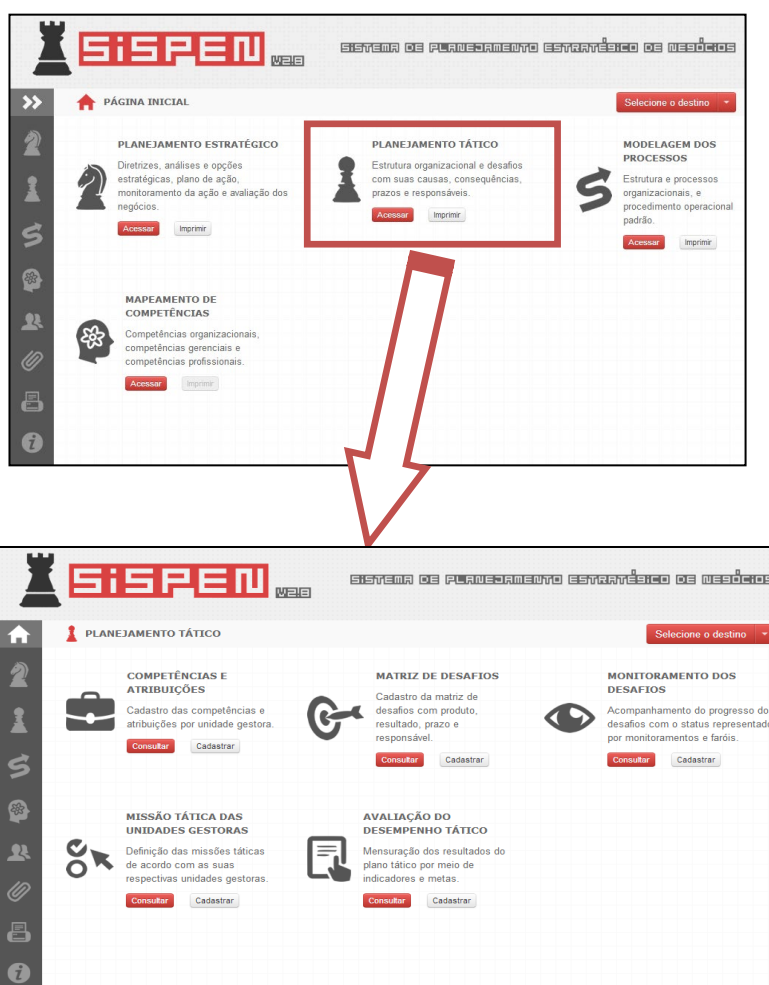


Figura 10 - Estrutura de acesso aos dados do planejamento tático da UPC no SISPEN

Em termos metodológicos primeiramente foi realizado o diagnóstico situacional das diferentes unidades gestoras (Coordenações/Serviços), a partir do ambiente externo e interno, identificando forças e fraquezas, oportunidades e ameaças. Posteriormente foi revisto/elaborado as competências e atribuições das unidades gestoras, ligando-as à cadeia de valores das áreas de atuação de cada unidade. Para que o mapeamento de cada unidade gestora descesse ao nível tático-operacional foram detalhadas as atribuições em processos de trabalhos, ou seja, para cada unidade gestora foi descrito no âmbito de cada atribuição de sua


competência suas atividades rotineiras. Esse mapeamento a nível de rotinas do dia a dia dos servidores que compõem a unidade gestora é a premissa para a elaboração dos procedimentos operacionais padrão (POPs), que será realizada em 2016.

De posse do diagnóstico organizacional, das competências e atribuições, das atividades rotineiras de cada unidade gestora, foi elaborada a Matriz de Desafios, onde são apresentadas ações propositivas, sejam estratégicas, táticas ou operacionais, necessárias a boa operacionalização das unidades gestoras. A Matriz de Desafios de cada unidade gestora pode ser acessada através do link <http://www.sispen.com.br/planejamento-tatico-matriz-desafios.php>. A título de exemplificação, é apresentada a Matriz de Desafios referentes à Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação da UPC (Quadro 9).

Com base nas proposições contidas na Matriz de Desafios de cada unidade gestora, foi elaborada a Matriz Geral de Desafios da UPC (Quadro 10). É oportuno ressaltar que grande parte das necessidades de melhorias estão relacionadas ao mesmo tema ou mesma área de intervenção. Essa correlação permite a UPC se planejar na solução das citadas inquietações.

Durante o exercício de referência foi realizada a avaliação e o monitoramento semestral do plano de ação (metas e indicadores), através do SISPEN. A título de exemplificação, apresenta-se o monitoramento dos indicadores relacionados à Coordenação de Planejamento e Acompanhamento da UPC (Quadro 11 e Figura 11).

Quadro 9 – Matriz de Desafios da Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação da UPC

 SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE NEGÓCIOS

MATRIZ DE DESAFIOS Opções Selecione o destino

DESAFIOS	PRODUTO	RESULTADO	PRAZO	RESPONSÁVEL	
UG: Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação - CPPG					
AE: Conceituar e diferenciar programas e projetos	Conceito institucional	Adoção de conceito institucional e definições objetivas de competências e atribuições; Otimização das estratégias de identificação e busca de possibilidades de fomento	julho 2015	CPPG, Conselho de Pesquisa	
AE: Identificar fontes alternativas (editais públicos, fundos setoriais para projetos individuais, projetos em redes, fontes privadas nacionais e internacionais, etc) de recursos complementares para pesquisa e infra-estrutura associada e e fomentar ações coordenadas de aplicação a essas fontes.	Recursos captados	Ampliação do escopo de atuação institucional e investimento na modernização de infra-estrutura associada à pesquisa	contínuo	CPPG, Conselho de Pesquisa, DIR	
AT: Definir mecanismos de gestão e acompanhamento institucional dos programas	Estabelecimento de procedimentos	Transparência na gestão e compartilhamento de informações que permitam acompanhar o cumprimento dos objetivos e planejar ações estratégicas de comunicação e de aplicação dos resultados	julho 2015	cppg, conselho de pesquisa	
AT: Regular a distribuição de recursos dos overhead dos projetos institucionais	Produção de norma regulamentando as diversas categorias de projeto de acordo com a legislação vigente	Proteção legal aos pesquisadores e à instituição e investimento de benefícios às coordenações executoras dos projetos	julho 2015	cppg, conselho de pesquisa, ajur, dir	
AT: Definir deveres e conduta para as coordenações de projetos institucionais	Manual de procedimentos	Mecanismos institucionais de acompanhamento e avaliação	julho 2015	cppg, conselho de pesquisa	
AT: Definir mecanismos de apresentação de resultados dos projetos institucionais para a comunidade	procedimentos estabelecidos	socialização dos resultados dos projetos institucionais	julho 2015	cppg, conselho de pesquisa	
AT: Formalizar o Fórum de pesquisa e pós graduação	Estabelecimento por Ordem Interna (composição, competências, atribuições)	Ações coordenadas entre os Cursos de Pós-graduação do MPEG e Atividades de formação de recursos humanos (cursos, seminários, palestras etc) mais integradas na agenda institucional	maio/2015	CPPG, coordenadores Cursos de Pósgraduação, AJUR	
AT: Definir as atribuições e competências do Núcleo de cooperação internacional	Reformulação da atual ordem interna de instituição do NCI	Atuação ativa do NCI em todas as etapas das negociações de convênios e cooperações internacionais e otimização das oportunidades e benefícios institucionais	maio/2015	CPPG, NCI	
AT: Formalizar os procedimentos padrão para os laboratórios de uso múltiplo (transversal entre as coordenações)	Definição via Ordem Interna	Otimização do potencial dos laboratórios	junho/2015	CPPG, Conselho de Pesquisa (CBO, CCH, COTE, CZO)	
AT: Formalizar o Conselho de pesquisa	Estabelecimento por Ordem Interna (composição, competências, atribuições)	Ações coordenadas entre as coordenações de pesquisa, cppg e Diretoria com referência à política científica do MPEG e aos assuntos científicos da agenda institucional.	maio/2015	CPPG, coordenações de pesquisa, AJUR, DIR	
QC: Formalizar a criação do comitê de ética em pesquisa do MPEG	Comitê de ética estabelecido, definido por OI (composição, competências e atribuições do Comitê)	Adequação do MPEG às diretrizes e normas do CONEP com relação à defesa dos interesses dos participantes de pesquisa em sua integridade e dignidade e o estabelecimento e cumprimento de diretrizes institucionais que contribuam ao desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões ético.	Agosto/2015	CPPG, CAD, AJUR, Diretoria	

Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG © 2011 SISPEN - Oficina de Planejamento - Todos os direitos reservados

graduação										
BIONORTE		X								X
PGCA		X								X
POSBOT				X						X
POSZOO				X						X
PPGCS				X						X
Projetos e Programas		X			X					X
ECFPn				X				X	X	X
Bolsas (PCI e PIBIC)				X						X
CCE										X
CID	X	X		X			X		X	X
Coleções Bibliográficas	X	X		X				X		X
CMU		X		X					X	X
Núcleo de Museografia		X							X	X
Serviço de Educação e Extensão		X							X	X
Núcleo Editorial - Livros		X					X		X	X
SCS		X		X			X			X
Serviço de Informação				X						X

ao Cidadão										
SPZ	X	X		X						X
CPA		X		X			X		X	X
NIT		X		X						X
STI		X			X		X	X	X	X
CAD	X	X		X	X		X		X	X
NEA	X	X		X	X		X		X	X
NLCC		X		X						X
SCP		X		X	X		X		X	X
SGP		X		X					X	X
SMP		X		X			X			X
SOF		X		X					X	X
SG				X			X			X

PLANO DE METAS	INDICADOR DE RESULTADO				
	Nome do Indicador	Índice no Mês	Índice Padrão	Unidade	Descrição da Meta
UG: Coordenação de Planejamento e Acompanhamento - CPA					
..... Missão: Coordenar o planejamento institucional, o serviço de tecnologia da informação e as atividades de inovação e transferência da tecnologia, visando o desenvolvimento de programas, projetos e ações do MPEG.					
Meta 1	Número de projetos cadastrados no SIGTEC	2	0	projetos/mês	Média dos projetos de pesquisa cadastrados no SIGTEC por mês.
Meta 2	Número de declarações emitidas;	0	0	declarações emitidas/mês	Quantitativo de declarações de emitidas pela CPA por mês.
Meta 3	Nº de projetos Mpeg/Fadesp acompanhados pela CPA	13	0	projetos/mês	Quantitativo de Projetos intermediados pela Fadesp e acompanhados pela CPA.
Meta 4	Nº de orçamentos em não conformidade analisados pela CPA.	0	0	orçamentos em não-conformidade/mês	Quantitativo de orçamentos analisados pela CPA em não conformidade com a realidade do projeto.
Meta 5	Nº de orientações aos Coordenadores de Projetos.	2	0	orientações/mês	Quantitativo de orientações relativas a resolução de conflitos e outros problemas.
Meta 6	Nº de Termos de Descentralização de Recursos negociados.	1	0	Termos/ano	Quantitativo de negociação realizadas para captação de recursos extra orçamentários.
Meta 7	Índice de acompanhamento do PDU 2010-2015.		100	%	Mensuração da execução das metas do PDU 2010-2015.
Meta 8	Índice de elaboração do PDU 2016-2020.		100	%	Mensuração das etapas de elaboração do PDU 2016-2020.
Meta 9	Índice de recebimento de relatório semestral das UGs no prazo.		9	Coordenações	Recebimento dos relatórios semestrais das UG para composição dos relatórios do TCG - CPPG, CBO, CZO, CCH, CCTE, NIT, STI, CCE, CAD.
Meta 10	Índice de Avaliação de Desempenho Institucional (Indicadores do TCG)		100	%	Avaliação das metas definidas no TCG.
Meta 11	Nº de solicitações de recursos recebidas na CPA.	6	0	solicitações/mês	Solicitações de recursos para atendimento de demandas de custeio e capital.
Meta 12	Volume de recursos das solicitações recebidas na CPA.	73.293,14	0	R\$/mês	Volume de recursos das solicitações recebidas na CPA para atendimento das demandas de custeio e capital.
Meta 13	Nº de solicitações de recursos deferidos pela CPA.	5	0	solicitações/mês	Solicitações de recursos para atendimento de demandas de custeio e capital deferidos.
Meta 14	Volume de recursos das solicitações deferidos pela CPA.	57.303,84	0	R\$/mês	Volume de recursos das solicitações deferidos pela CPA para atendimento das demandas de custeio e capital
Meta 15	Índice de Avaliação de Desempenho Institucional (Indicadores do TCU)		100	%	Apresentação da prestação de contas e atividades do Mpeg junto ao TCU.

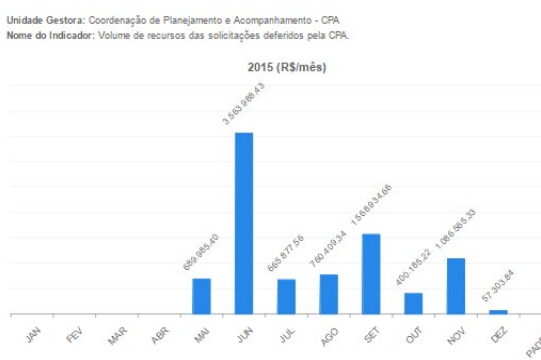
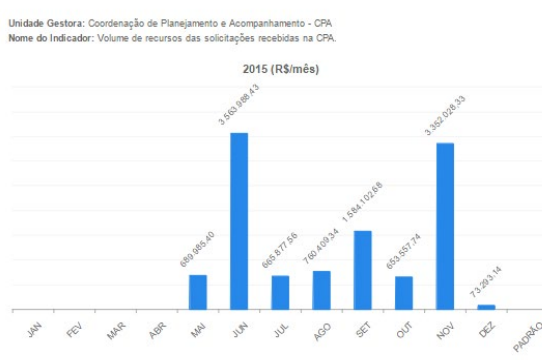
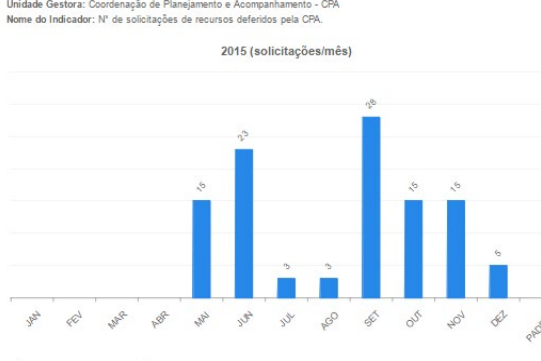
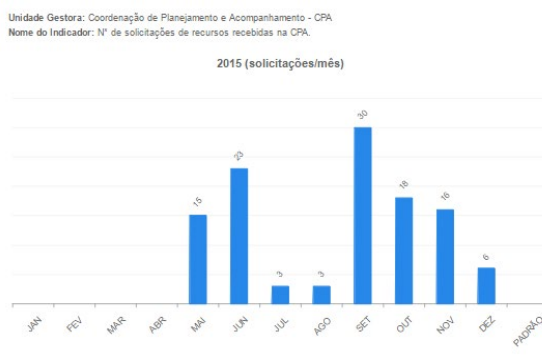
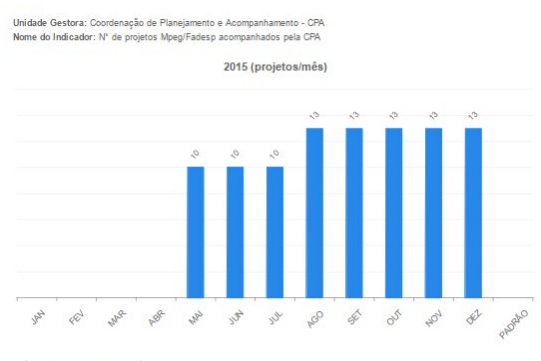
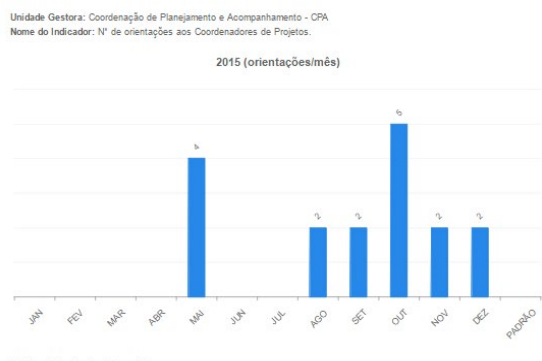
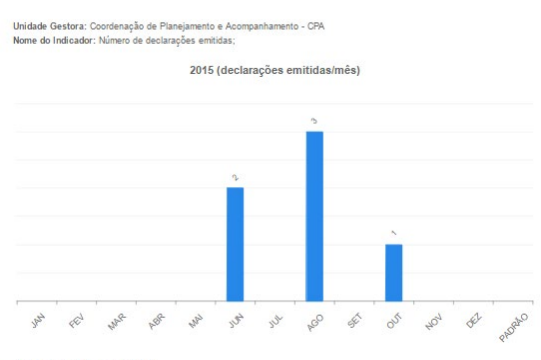
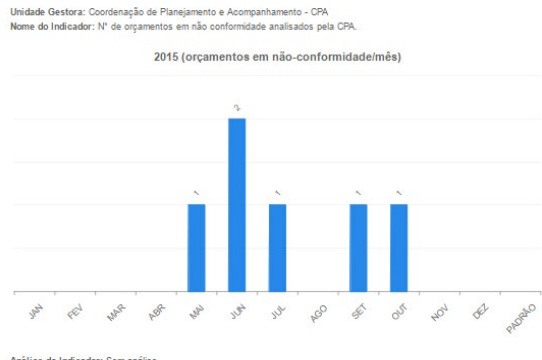


Figura 11 – Representação gráfica de indicadores de desempenho da Coordenação de Planejamento e Acompanhamento da UPC

3.3 Desempenho Orçamentário

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

A unidade está contemplada nos Programas Temáticos do PPA, através da Ação 4125 – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, a qual está inserida na Iniciativa 017F – Fortalecimento das instituições científicas e tecnológicas da Região Amazônica, integrante do Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação (figura 12), cuja responsabilidade é do MCTI.

O objetivo do programa 2021 é fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país e o resultado da ação é traduzido nas publicações em periódicos indexados e não indexados, livros, capítulos de livros, artigos completos em congressos e em revistas de divulgação científica. A implementação, acompanhamento e avaliação dessa Ação é realizada através do Termo de Compromisso de Gestão - TCG, assinado, anualmente, pela direção da UPC com o MCTI, com vistas a estabelecer formalmente metas de desempenho a serem alcançadas no exercício.

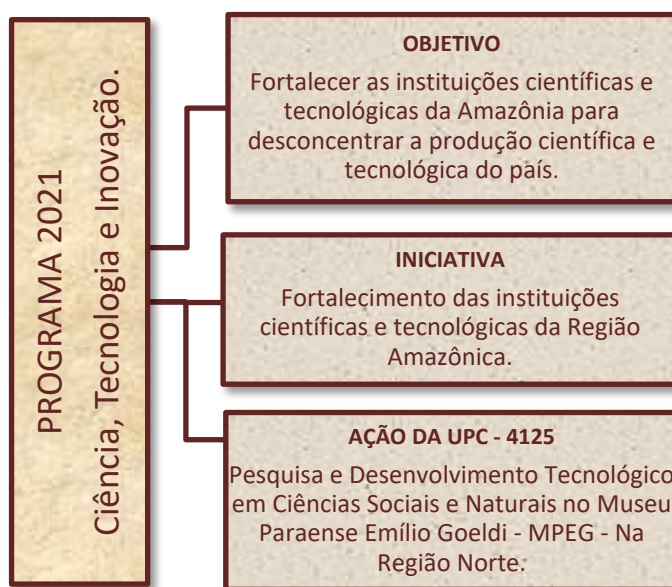


Figura 12.- Objetivo, iniciativa e ação da UPC no âmbito do Programa 2021

O Quadro 12 evidencia que, no ano-exercício de 2015, a meta foi atingida e ultrapassada em 15,6%. Este resultado se deve não apenas à produção científica dos servidores da carreira de pesquisa do órgão, mas também aos pesquisadores captados através

de programas de bolsas de graduação e pós-graduação (PCI e Pós-Docs) do Governo Federal e ao incremento na cooperação com os IES locais em programas de Mestrado e Doutorado.

Os recursos recebidos e executados pela UPC foram destinados, sobretudo, às demandas para manutenção e funcionamento da Unidade, tornando o investimento em PD&I muito limitado. Por este motivo, ações foram implementadas pela Administração e pelos pesquisadores para superação dos resultados, tais como: a submissão de projetos ao MCTI para obtenção de descentralizações de crédito através de TEDs; e a busca de recursos externos, com a participação em editais de agências de fomento nacionais e internacionais.

Quadro 12.– Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC

Identificação da Ação						
Código	4125		Tipo: atividade			
Título	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG					
Iniciativa	017F - Fortalecimento das instituições científicas e tecnológicas da Região Amazônica					
Objetivo	Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país. Código: 0401					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		Código: 2021		Tipo:	
Unidade Orçamentária	24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.570.300,00	3.570.300,00	3.131.835,00	2.420.120,00	2.420.120,00	0	711.714,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Artigo Publicado		Unidade	320		370	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.371.333,00	1.259.753,00	865,00				

O quadro anterior demonstra, ainda, que a UPC comprometeu R\$ 3.131.835,00 da dotação final de R\$ 3.570.300,00 para a ação 4125, representando um percentual de 87,7% da mesma. Contudo, é importante esclarecer que, em razão dos limites de empenho estabelecidos pelo Decreto 8.456/2015, os recursos efetivamente disponibilizados para a UPC pelo MCTI somaram R\$ 3.213.270,00 (vide Quadro 13) e, portanto, a UPC empenhou 97,5% dos recursos recebidos para as despesas de Custeio e Capital. Destes, liquidou-se o montante de R\$ 2.420.120, correspondente a 75,3% do disponibilizado, ficando em restos a pagar não processados o valor de R\$ 711.714,00 equivalente a 22,1%. A série histórica do desempenho orçamentário da UPC (Figura 13) demonstra que no exercício em referência, foi alcançado o melhor resultado da última década.

Quadro 13– Notas de Movimentação de Crédito Recebidas na Ação 4125

Nota de Movimentação de Crédito	Emissão - Dia	Natureza Despesa	Observação	Valor - R\$
240102000012015NC000108	07/01/2015	339000	Antecipação LDO 1/12	186.358,00
240102000012015NC000108	07/01/2015	339000	Antecipação LDO 1/12	37.833,00
240102000012015NC000165	08/01/2015	339000	Antecipação LDO 1/12 - estorno	-37.833,00
240102000012015NC000165	08/01/2015	339000	Antecipação LDO 1/12 - estorno	-186.358,00
240102000012015NC000193	08/01/2015	339000	Antecipação IDO 1/12	124.176,00
240102000012015NC000193	08/01/2015	339000	Antecipação LDO 1/12	25.209,00
240102000012015NC000216	08/01/2015	339000	Antecipação IDO 1/18 - estorno	-25.209,00
240102000012015NC000252	09/01/2015	339000	Antecipação da IDO 1/18	25.209,00
240102000012015NC000306	02/02/2015	339000	Antecipação IDO 2/12	186.358,00
240102000012015NC000306	02/02/2015	339000	Antecipação IDO 2/12	37.833,00
240102000012015NC000339	03/02/2015	339000	Antecipação LDO 1/12	62.182,00
240102000012015NC000339	03/02/2015	339000	Antecipação LDO 1/12	12.624,00
240102000012015NC000391	03/03/2015	339000	Antecipação IDO 3/12	186.358,00
240102000012015NC000391	03/03/2015	339000	Antecipação LDO 3/12	37.833,00
240102000012015NC000417	01/04/2015	339000	Antecipação 4/12 LDO	186.358,00
240102000012015NC000417	01/04/2015	339000	Antecipação 4/12 LDO	37.833,00
240102000012015NC000496	27/04/2015	339000	Antecipação 5/12 LDO	186.358,00
240102000012015NC000496	27/04/2015	339000	Antecipação 5/12 LDO	37.833,00
240102000012015NC000531	28/04/2015	449000	Antecipação 5/12 LDO	333.333,00
240102000012015NC000531	28/04/2015	449000	Antecipação 5/12 LDO	33.333,00
240102000012015NC000610	28/05/2015	339000	Limite de empenho 2015 .	1.077.480,00
240102000012015NC000610	28/05/2015	449000	Limite de empenho 2015 .	336.667,00

240102000012015NC000610	28/05/2015	339000	Limite de empenho 2015 .	264.835,00
240102000012015NC000610	28/05/2015	449000	Limite de empenho 2015 .	46.667,00
			TOTAL	3.213.270,00

3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

A análise do quadro anterior evidencia que a maioria dos recursos, isto é, R\$ 1.725.649 (correspondendo a 53,7% do total) somente foram liberados em 28/05/2015, o que dificultou sobremaneira a efetiva liquidação dos recursos, haja vista não ser possível efetivar uma compra ou contratação sem a correspondente indicação dos créditos orçamentários. Esta limitação refletiu-se na baixa liquidação do orçamento (75,3%), em comparação com o elevado índice de recursos empenhados (97,5%).

3.3.3 Restos a pagar de exercícios anteriores

Os restos a pagar de exercícios anteriores relacionados à execução da ação 4125 os quais foram liquidados em 2015 somaram R\$ 1.259.753,00, o que corresponde a 34,2% do total liquidado nesta ação, no exercício. Contudo, como também nos exercícios anteriores, os recursos recebidos e executados pelo MPEG foram destinados, majoritariamente, às demandas para manutenção e funcionamento do órgão, não sendo possível quantificar o impacto da liquidação desses valores para a execução da meta no exercício de referência do relatório.

3.3.4 Informações sobre a execução das despesas

A execução das despesas sob a perspectiva da modalidade de licitação ou contratação (vide Quadro 14) mostra que, embora os valores absolutos em quase todos os itens sejam menores que os do exercício anterior, o percentual executado através de licitações cresceu de 74,6% do total em 2014 para 78,3% do total em 2015, ou seja, um incremento de 3,7%. Este foi devido à redução de 4% nas contratações diretas, as quais passaram de 24% do total em 2014 para 20% em 2015. Já a análise da evolução anual das despesas, sem compará-las ao total, evidencia que as diárias foram aquelas que sofreram a maior redução, passando de R\$ 35.815,00 em 2014 para R\$12.932,00 em 2015, correspondente a um decréscimo de 63,9% em relação à mesma despesa no ano anterior.

Quadro 14 – Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada (R\$)		Despesa paga (R\$)	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	6.260.543,00	6.731.427,00	6.229.684,00	6.692.998,00
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	88.840,00	0	88.840,00
c) Concorrência	0	0	0	0
d) Pregão	6.260.543,00	6.642.587,00	6.229.684,00	6.604.158,00
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0	0	0
2. Contratações Diretas (h+i)	1.596.378,00	2.165.067,00	1.596.378,00	2.165.067,00
h) Dispensa	1.460.686,00	1.939.845,00	1.460.686,00	1.939.845,00
i) Inexigibilidade	135.691,00	225.222,00	135.691,00	225.222,00
3. Regime de Execução Especial	0	0	0	0
j) Suprimento de Fundos	0	0	0	0
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	32.059,00	52.453,00	32.059,00	52.453,00
k) Pagamento em Folha	19.127,00	16.638,00	19.127,00	16.638,00
l) Diárias	12.932,00	35.815,00	12.932,00	35.815,00
5. Outros	109.969,00	71.190,00	109.969,00	71.190,00
6. Total (1+2+3+4+5)	7.998.948,00	9.020.137,00	7.968.089,00	8.981.707,00

A análise da execução das despesas sob a perspectiva de sua classificação nos grupos e elementos, por sua vez, demonstra considerável crescimento nas despesas com material de consumo, majoradas em 95% em relação ao exercício anterior, quando analisadas as despesas empenhadas (Quadro 15). Este acréscimo se deveu, principalmente, às descentralizações de créditos no âmbito do MCTI por meio de TEDs, as quais responderam por 642.327 do total deste elemento, ou seja, 63,6%. Por outro lado, as despesas com obras e instalações sofreram uma redução de 80,9%, reforçando o argumento de que os recursos recebidos foram destinados, principalmente, às demandas para manutenção e funcionamento da Unidade. Finalmente, ressalta-se que a liquidação das despesas (7.998.948) corresponde somente a

68,3% do total empenhado (11.704.587) em razão da liberação tardia dos créditos, especialmente dos TEDs.

Quadro 15 - Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES (R\$)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
3. Outras Despesas Correntes								
30-Material de consumo	1.009.796	517.844	378.301	316.376	631.496	201.468	378.301	316.376
37- Locação de mão de obra	5.675.604	6.076.071	5.149.644	5.551.549	525.959	524.522	5.118.785	5.551.549
39- Outros serviços de Terceiros – PJ	3.582.074	3.882.194	2.105.690	2.539.594	1.476.384	1.342.600	2.105.690	2.501.165
Demais elementos do grupo	144.161	224.871	144.161	196.846	0	28.026	144.161	196.846
DESPESAS DE CAPITAL (R\$)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
39- Outros serviços de Terceiros – PJ	44.416	568	0	568	44.416	0	0	568
51- Obras e instalações	130.149	681.719	130.149	66.654	0	615.065	130.149	66.654
52 - Equipamentos e Material Permanente	1.118.387	1.262.024	71.876	345.342	1.046.511	916.682	71.876	345.342

3.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG) faz parte do sistema nacional de ciência e tecnologia em uma região com os maiores índices de pobreza do país e ocupa um papel importante na trajetória da C&T brasileira, em função do acervo que acumulou e dos avanços significativos aos diversos ramos das Ciências Naturais e Humanas aos quais se dedica. Ao longo de seus 149 anos, o MPEG tem se destacado em investigações, em formação de coleções, em comunicação científica, em capacitação de recursos humanos e no suporte para a formulação de políticas públicas para a Amazônia.

O suporte orçamentário para a execução dessas atividades está contido no PPA 2012-2015, nas Ações: i) 2000 (Administração da Unidade), no atendimento de demandas de manutenção das quatro bases física do MPEG, nas atividades de Gestão, TI, e Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos; ii) 4125 (Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Ciências Sociais e Naturais), para atender as demandas contidas no Plano Diretor 2011-2015, em suas atividades fins concentradas nas áreas de pesquisa, comunicação do conhecimento, acervo científico, formação de recursos humanos e inovação científica.

O detalhamento do limite nas Ações relacionadas de competência da UPC foi realizado em nível de natureza da despesa, dentro de cada ação orçamentária (Ações 4125 e 2000), com seus respectivos planos orçamentários (PO) com a informação da quantificação da meta física, de acordo com o recebimento, do fluxo adequado, dos recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA), com seus respectivos limites de empenho. A programação da despesa com TI nas propostas orçamentárias anuais da unidade do MCTI foi compatível com as ações definidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da unidade, de modo a assegurar que a orçamentação da despesa com TI fosse elaborada com base no planejamento das necessidades de TI (Portaria SPOA/SEXEC/MCTI no. 3, de 14.01.2013).

Considerando que as metas regionalizadas para a Administração Pública estão retratadas no PPA 2012-2015 na categoria, Objetivos – Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade. Essa categoria serviu de referencial para a avaliação das ações da UPC, consolidada no Relatório de Gestão. A unidade administrativa responsável pela execução da Ação orçamentária é o Museu Paraense Emílio Goeldi. O Programa do MCTI com objetivo vinculado ao título do programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação, através da Iniciativa (0182) – Pesquisa Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas unidades de pesquisas e nas organizações sociais do MCTI, vinculada à Ação 4125 – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG. (Quadro 16).

Na Ação 4125, o resultado da meta é traduzido nas publicações em periódicos indexados e não indexados, livros, capítulos de livros, artigos completos em congressos e em revista de divulgação científica. No período em exercício, a meta foi alcançada, suplantando em 15% aquela estabelecida. O resultado se deve às novas contratações de pesquisadores ocorridas em 2013, pesquisadores captados através do programa de Bolsas PCI, pesquisadores

pós-doc, que ingressaram na Instituição e o incremento na cooperação com os IES locais, no que concerne aos cursos de pós-graduação (Mestrado e Doutorado).

Quadro 16 - Programa 2021 - Objetivos, Iniciativa e Ação

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.					
Código	0400	Órgão	Museu Paraense Emílio Goeldi			
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação			Código	2021	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
001	Publicar em periódicos indexados e não indexados, livros, capítulos de livros, artigos completos em congressos e em revistas de divulgação científica.	Artigo Publicado	320	370	1406	4,4%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

O MPEG vem desenvolvendo suas atividades nas áreas de ciências naturais e humanas relacionadas à Amazônia. Em 2015 empreendeu esforços mantendo a produção técnico-científica, bem como a inserção em debates acadêmicos e políticos, e no provimento de conhecimento científico para políticas públicas, relativas à suas competências. Concentrando-se no estudo dos sistemas naturais e socioculturais da Amazônia, sua divulgação, e na orientação de ações estratégicas que permitam a avaliação, conservação e monitoramento da biodiversidade, a gestão e uso sustentável dos ecossistemas, desenvolvimento socioambiental e dos seus componentes operacionais, aliado a uma boa infraestrutura de apoio a pesquisa.

Da meta física (LOA) estabelecida (320 artigos) para a Ação 4125, o Museu Paraense Emílio Goeldi extrapolou em 15,68% a produção pactuada, apesar dos cortes orçamentários sofridos em 2015. Dos 370 artigos publicados, 144 foram veiculados em periódicos indexados no Science Citation Index. Citam-se os seguintes destaques na produção técnico-científica da UPC:

- Artigo publicado na revista do MZUSP sobre nova espécie de primata, com co-autoria do Dr. José Silva Júnior (CZO-MPEG);
- Descritas 5 novas espécies da fauna (*Amerotyphlops*, *Japanagromyza Sasakawa*, *Bumba lennoni*, *Paramasaris fernandae sp. Nov.*, *Callicebus miltoni sp.*) e uma nova espécie da flora (*Moutabea*);
- Lançada a 2ª Ed. do Anuário do Pará, com contribuições dos pesquisadores do MPEG sobre a fauna e a flora do Estado do Pará;
- Dr. Glenn Shepard (CCH-MPEG) colabora com o Ministério de Cultura do Peru, no desenvolvimento de planos de ação, prevenção e proteção para os povos indígenas isolados na região de fronteira entre Peru e Brasil;
- Pesquisadores do MPEG identificaram na região de Carajás (Serra Sul) vestígios da ação humana pré-histórica;
- Aprovado o projeto “*Estação da vida*”, com apoio USAID em parceria com a ONG IEB e o ICMBio;
- Aprovado o Programa ELDP do Reino Unido para realizar *Documentação cultural indígena*;
- Realização/Participação de 184 eventos, destacando-se o XIII Seminário PIBIC/MPEG; “*Encontro da Plataforma Intergovernamental da Biodiversidade e*

Serviços Ecológico”, *Seminário Internacional* do Consórcio Noruega-Brasil (BRC); o PPBIO Amazônia Oriental e o V Bioindex – Bioindicadores para tomadas de decisão;

- MPEG e IDEFLORBio assinaram acordo de cooperação para a gestão de UCs no Pará;
- Lançados três números do Boletim de Ciências Humanas e um número do Boletim de Ciências Naturais do MPEG;
- Realizadas várias ações culturais no MPEG, com destaque para as atividades educativas no Parque Zoobotânico (PZB) por ocasião de datas comemorativas, assim como exposições científicas que apresentam o acervo para a sociedade, através de uma linguagem dinâmica e interativa. Além das ações da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e a IV Feira de Ciências das escolas da FLONA de Caxiuanã-PA e as Olimpíadas de Ciências;
- Lançamento de 4 livros na XIX Feira Pan-Amazônia do Livro;
- Aprovação, para início em 2016, do Mestrado Profissionalizante em Ambiente de Inovação/PROFNIT;
- Depósito de patente protocolado no INPI, BR 10 2015 0105363 (Ecopainel) em parceria UFPA/UEA/USP;
- Aprovada a criação do Curso de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Biodiversidade e Evolução;
- Realizadas 34 defesas de teses e dissertações, sendo 13 de teses de doutorado;
- A UPC recebeu a medalha “Top Choice 2015”, na categoria “atração turística”.
- Representantes *do MNRJ, INPA e FIOCRUZ* conheceram o processo de digitalização aplicado no acervo entomológico do Museu.
- As coleções científicas tiveram um incremento médio de aproximadamente 2% de registros (herbário, paleontologia, invertebrados, aves, mamíferos e herpetologia).

Os recursos destinados para despesas de manutenção e funcionamento da unidade são utilizados pela Ação 2000 – Administração da Unidade ou equivalente e poderão ser identificadas por POs. Cumpre destacar, que os indicadores administrativos, contemplam a aplicação de recursos orçamentário-financeiros na infraestrutura das três bases físicas da instituição, de forma a permitir um ambiente favorável para o desenvolvimento de pesquisas científicas e formação de recursos humanos, assegurando o aprimoramento dos métodos de gerenciamento, e a racionalização dos custos de execução e gestão.

Análise situacional da Ação 2000

A execução orçamentária se deu por meio de Créditos Recebidos por Movimentação, originários do MCTI. Nos primeiros 3 meses a liberação do orçamento da UPC ocorreu por 1/12 avos/mês. O restante do orçamento foi liberado no mês abril, excetuando os recursos para projetos solicitados via TED, os quais foram liberados em julho (R\$ 1.000.000,00), setembro (R\$ 553.505,00), outubro (R\$ 53.000,00) e dezembro (R\$ 1.044.000,00). Em suma, o orçamento recebido do Tesouro totalizou R\$ 11.590.572,01, sendo R\$ 9.118.210,00 da LOA (efetivamente recebidos = R\$ 8.879.872,46 – Fonte: SIAFI) e R\$ 2.710.699,55 oriundos de descentralizações de créditos para despesas de Custeio e Capital.

Os cortes orçamentários sofridos, da ordem de 20,5% em relação à LOA 2014, impactou o desempenho institucional e, conseqüentemente, os projetos em curso e o esforço de melhoria da instituição. Por iniciativa da CAD, CPPG e CPA foi implementado um calendário de compras que viabilizou a antecipação da elaboração dos Termos de Referência e, conseqüentemente, da realização das licitações. Assim, a rotina administrativa foi otimizada, refletindo diretamente na eficiência da execução orçamentária e financeira, obtendo um maior valor empenhado e liquidado.

Foram implementadas ações para garantir a viabilidade, legal e operacional, simplificando procedimentos de âmbito interno a fim de conferir maior diligência e celeridade aos processos administrativos de compras e contratações.

Face ao ajuste fiscal necessário para o País e diante dos cortes no orçamento da UPC (redução de 20,5% em relação à LOA 2014), a instituição teve que reduzir custos e atividades que impactaram em diferentes escalas de magnitude os indicadores de desempenho institucional. No exercício em análise, a UPC recebeu recursos na ordem de R\$ 11.590.572,01, sendo R\$ 9.118.210,00 da LOA (efetivamente recebidos = R\$ 8.879.872,46 – Fonte: SIAFI) e R\$ 2.710.699,55 oriundos de descentralizações de créditos para despesas de Custeio e Capital. Do orçamento 2015, foi empenhado R\$ 11.485.035,25 (99,1%) e liquidado/pago o montante de R\$ 7.783.569,34, melhor resultado referente à execução orçamentária nos últimos dez anos.

Esse desempenho só se tornou possível em razão da estratégia montada conjuntamente pela CPPG, CPA e CAD, que consistiu em inserir, no SIGTEC, toda a demanda (matéria de consumo, serviços) das coordenações de pesquisa e demais unidades gestoras, para que fosse

realizada a prospecção de orçamentos e preparação de todas as etapas necessárias para a realização de licitações, tão logo os recursos fossem disponibilizados.

A despeito da UPC ter empenhado quase que a totalidade dos recursos orçamentários (F 100 e 150), foi liquidada 67,2% do orçamento e 32,2% estão inscritos como Restos a Pagar. Os créditos adicionais recebidos por meio de TED da SCUP/MCTI destinaram-se às demandas da UPC não contempladas no orçamento original, para fortalecimento da produção científica e tecnológica do país, em especial, na Amazônia.

Dos recursos da ordem de R\$ 2.710.699,55, decorrentes de descentralização orçamentária, foram executados R\$ 211.277,47 beneficiando a pesquisa, comunicação e gestão. As atividades apoiadas com esses recursos foram: infraestrutura da Estação Científica Ferreira Penna, coleções científicas e laboratórios institucionais; Arranjo de Núcleos de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental (REDENAMOR – Coordenada pelo NIT/MPEG); ações do NIT-MPEG voltadas para depósito e manutenção de pedidos de registro de propriedade intelectual.

As receitas de projetos intermediados via Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), em 2015, foram da ordem de R\$ 2.277.226,33. Desse montante, foi executado o valor de R\$154.753,24. Considerando os projetos intermediados em anos anteriores, mas com vigência ainda em 2015, o saldo disponível em 31/12/2015 era de R\$ 14.300.451,44 (Quadro 17).

Quadro 17 – Quadro situacional dos projetos da UPC intermediados pela Fundação de Amparo à Pesquisa (FADESP)

Projeto/Título	Valor do Projeto (R\$)	Período do Projeto	Ano 2015		Execução R\$	Gestor	Agência Financiadora	Saldo em dezembro/2015 (R\$)
			Saldo Anterior (R\$)	Repassado + Aplicação (R\$)				
Monitoramento dos Programas Ambientais do Meio Biótico da Mineração ALCOA, município de Juriti, Estado do Para.	4.104.828,95	02/02/10 a 30/09/15	243.009,72	5.008,49	238.329,83	Rafael Salomão	ALCOA World Alumina Brasil Ltda	Conv. 2584 9.688,38
Modernização e Ampliação das Instalações da Estação Científica Ferreira Penna Caxiuanã.	882.078,43	15/03/11 a 15/02/16	110.530,13	10.816,46	25.502,07	Ulisses Galatti	FINEP/FNDCT	Conv. 2834 95.844,52
Modernização e ampliação da infraestrutura das coleções científicas e laboratórios de pesquisa e ensino da coordenação de Ciências Humanas/MPEG	911.209,00	03/10/13 a 02/10/15	944.977,24	22.110,67	690.000,00	Fernando Tavares Marques	FINEP/FNDCT	Conv. 3074 277.087,91
Acordo de Cooperação Técnico-Científica para o Programa de Estudos Arqueológicos na Área Ferro Carajás - N1, N2 E N3.	11.117.947,57	30/04/12 a 26/04/16	2.981.743,43	1.415.643,99	753.739,60	Marcos Pereira Magalhães	VALE S.A.	Conv. 3087 3.643.648,82

Programa de Estudos Arqueológicos na Área do Projeto Ferro Carajás S11d.	6.979.991,73	20/11/12 a 20/11/16	2.755.157,90	1.612.539,67	669.578,03	Marcos Pereira Magalhães	VALE	Conv. 3214 3.698.119,54
Modernização de laboratórios multiusuários de pesquisa avançada e ampliação da capacidade de armazenamento do Herbário MG	1.382.032,00	17/12/13 a 16/12/15	698.832,27	25.926,52	273,33	Hilton Túlio Costi	FINEP/FNDCT LAB	Conv. 3433 724.485,46
Coleções científicas no MCTI: consolidação, expansão e integração.	4.438.140,00	06/05/14 a 05/05/17	2.602.915,29	97.384,25	21.187,28	Cleverson Rannieri Santos	FINEP/FNDCT Coleções	Conv. 3434 2.679.112,26
PPBIO - Programa de Pesquisa em Biodiversidade do MCTI	171.800,00	13/11/14 a 12/11/16	87.299,57	91.973,57	22.045,83	Alberto Akama	MCTI	Conv. 3570 157.227,31
Flora e Florística dos Campos Rupestres de Canga na Serra do Carajás	856.000,00	09/02/15 a 08/02/18	779.581,83	28.556,82	32.197,28	Pedro Lage Viana	Instituto Tecnológico Vale - ITV	Conv. 3577 775.941,37
Biodiversidade - Pesquisa e Inovação no Uso e Conservação da Biodiversidade Amazônica-Amapá	1.000.000,00	13/11/14 a 12/11/16	1.020.547,57	37.565,97	27.154,02	Marlúcia Martins	MCTI	Conv. 3591 1.030.959,52
Levantamento Regional da Situação Sociolinguística de 26 Etnias Indígenas da Região de Rondônia - Inventário Nacional de Diversidade Linguística	220.145,00	17/12/2014 a 15/12/2016	222.753,45	8.235,52	6.898,47	Ana Vilacy	IPHAN	Conv. 3614 224.090,50

Programa Científico para Conhecimento e Uso Sustentável do Pantanal (INPP)	521.000,00	13/02/15 a 12/02/17	524.828,63	19.377,84	0,00	Mario Augusto Jardim	MCTI/INPP	Conv. 3621 544.206,47
Programa Científico para Conhecimento e Uso Sustentável do Pantanal (INPP)	375.000,00	04/03/15 a 03/03/16	375.000,00	13.760,78	10.403,02	Mário Augusto Jardim	MCTI/INPP	Conv. 3624 378.357,76
Diagnósticos Socioambientais no âmbito do Projeto BRA/07/G32"	274.445,00	27/04/15 a 30/04/16	0,00	100.813,38	90.245,53	Regina Oliveira	PNUD - ICMBIO	Conv. 3646 10.567,85
Elaboração do Plano de Gestão para Extração do Caranguejo-Uçá em Reserva Extrativista no Delta do Parnaíba no Ambito do Projeto BRA/07/G32	327.200,00	12/06/15 a 30/04/16	0,00	105.219,46	54.104,69	Regina Oliveira	PNUD -	Conv. 51.114,77
Subtotal			13.347.177,03	3.594.933,39	2.641.658,98	14.300.451,44		

Indicadores de Desempenho

Desde o ano de 2002, as atividades de pesquisas científicas e tecnológicas do MPEG com suas respectivas metas, monitoradas pelos indicadores, para cada exercício, são comprometidas/pactuadas e executadas conforme TCG assinado, anualmente, pelo Diretor da UPC com os Srs. Ministro e Secretário Executivo do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O Termo de Compromisso de Gestão (TCG) celebrado anualmente tem por objetivo estabelecer, formalmente, metas de desempenho a serem alcançadas no exercício em referência, visando assegurar condições necessárias ao cumprimento de sua missão e de seu Plano Diretor, com excelência científica e tecnológica em sua área de atuação. O detalhamento do TCG encontra-se devidamente explicitado nos seguintes anexos: 2 – Premissas; 3 – Indicadores de desempenho; 4 – Procedimentos de avaliação de desempenho de gestão; 5 – Conceituação técnica dos indicadores.

O alcance dos objetivos do TCG se baseia nas premissas: a) recebimento, com fluxo adequado, dos recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual; b) garantia MCTI/SCUP do teto máximo mensal de bolsas do Programa de Capacitação Institucional - PCI; c) captação de receitas adicionais provenientes de convênios, contratos e serviços e outros. As metas são detalhadas em perfeita consonância com as linhas de ação, programas e projetos estruturantes definidos segundo as diretrizes do MCTI e as políticas do governo federal para a ciência, tecnologia e inovação do país.

O desempenho institucional é mensurado a partir de vinte indicadores (Anexo 4), distribuídos em físico-operacionais, administrativos e financeiros, de recursos humanos e de inclusão social (Quadro 18). A descrição sucinta de cada indicador, bem como as fórmulas utilizadas na mensuração podem ser acompanhadas nos Anexos 3 e 4.

Quadro 18 - Indicadores de Desempenho da UPC no exercício 2015

Indicadores	Peso
Físicos e Operacionais	
IPUB – Índice de Publicações	3
IGPUB – Índice Geral de Publicações	3
PPACI - Programas, Projetos e Ações de Coop. Int.	2
PPACN - Programas, Projetos e Ações de Coop. Nac.	3
PPBD - Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos	3
IODT - Índice de Dissertações e Teses Defendidas	3
PD - Nº de Pós-Docs	2
IEVIC - Índice de Estudantes de Iniciação Científica	2
ETCO - Eventos Técnico Científicos Realizados	3
MDC – Nº de Materiais Didáticos e Científicos	3
ICE – Índice de Comunicação e Extensão	3
IMCC - Índice de Incremento Médio de Col. Científicas	3
IEIC – Índice de Esp. Incorporadas às Coleções	1
Administrativos e Financeiros	
APD - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	2
RRP - Relação entre Receita Própria e OCC	2
IEO - Índice de Execução Orçamentária	3
Recursos Humanos	
ICT - Investimento em Capacitação e Treinamento	1
PRB - Participação Relativa de Bolsistas	-
PRPT - Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	-
Inclusão Social	
IIS - Indicador de Inclusão Social	2

No Quadro 19 podem ser acompanhados os índices de referência pactuados e os valores efetivamente alcançados para os mesmos, durante o exercício em análise. Dos 20 indicadores mensurados, a UPC atingiu e superou 17 deles, ficando muito próximo do índice pactuado em três deles. No entanto, cabe ressaltar que os indicadores referentes às suas atividades finalísticas (pesquisa, formação de recursos humanos e comunicação e educação) foram plenamente atingidos e superados.

No Quadro 20 é apresentada a série histórica (2010-2015) dos indicadores de desempenho da UPC, onde é possível constatar que a UPC vem atingindo os índices pactuados.

O desempenho da UPC e o resultado das atividades institucionais no exercício de 2015 refletiram no cumprimento da expressiva maioria dos indicadores acordados no Termo de Compromisso de Gestão (TCG), auxiliando na criação de um ambiente institucional favorável para o planejamento das atividades meio e fins, e revisão de estratégias e ações voltadas para o cumprimento dos indicadores e metas que não foram atingidos.

Quadro 19 - Metas dos Indicadores Institucionais de Desempenho para o exercício de 2015

Indicadores	Unidade	Peso	Ano 2015		(%)
			Pactuado	Realizado	
IPUB - <i>Índice de Publicações</i>	Nº/TNSE	3	0,75	1,01	135
IGPUB - <i>Índice Geral de Publicações</i>	Nº/TNSE	3	2,7	2,86	106
PPACI - <i>Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional</i>	Nº	2	55	89	162
PPACN - <i>Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional</i>	Nº	3	160	206	129
PPBD - <i>Projeto de Pesquisa Básica Desenvolvidos</i>	Nº/TNSE	3	1,20	1,15	96
IODT - <i>Índice de Orientação de Dissertações e Teses Defendidas</i>	Nº/TNSE	3	2,5	2,7	108
PD - <i>Numero de Pós – Docs.</i>	Nº	2	18	18	100
IEVIC - <i>Índice de Estudantes de Vocação e Iniciação Científica</i>	Nº/TNSE-B	2	3,3	3,7	112
ETCO - <i>Número de Eventos Técnico-Científicos Organizados</i>	Nº	3	182	184	101
MDC - <i>Número de Materiais Didático-Científicos Produzidos</i>	Nº	3	280	285	102
ICE - <i>Índice de Comunicação e Extensão</i>	Nº/FBC	3	3	3,08	103
IMCC - <i>Índice de Incremento Médio das Coleções Científicas</i>	Nº	3	2	3	150
IEIC - <i>Índice de Espécimes Incorporadas, Identificadas às Coleções</i>	Nº	1	1	1	100
APD - <i>Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento</i>	%	2	12	19	158
RRP - <i>Relação entre Receita Própria e OCC</i>	%	2	30	70	233
IEO - <i>Índice de Execução Orçamentária</i>	%	3	100	97	97
ICT - <i>Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento</i>	%	2	2	2	100
PRB - <i>Participação Relativa de Bolsistas</i>	%	-	49	49	100
PRPT - <i>Participação Relativa de Pessoal Terceirizado</i>	%	-	36	31	86
IIS - <i>Indicador de Inclusão Social</i>	Nº	2	220	252	114

Quadro 20 – Série histórica 2010-2015 dos indicadores de desempenho da UPC

Indicadores Físicos e Operacionais	Unidade	Peso	Série Histórica – Executado					
			2010	2011	2012	2013	2014	2015
IPUB – Índice de Publicações	Nº/TNSE	3	0,5	0,5	0,5	0,6	0,68	1,01
IGPUB – Índice Geral de Publicações	Nº/TNSE	3	2,99	2,7	2,15	2,15	2,19	2,86
PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional	Nº	2	38	37	38	42	66	89
PPACN – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional	Nº	3	132	137	150	140	195	206
PPBD – Projeto de Pesquisa Básica Desenvolvidos	Nº/TNSE	3	1,17	1,07	1,17	1,17	1,25	1,15
IODT – Índice de Orientação de Dissertações e Teses Defendidas	Nº/TNSEo	3	1,8	1,8	2,17	2,23	1,79	2,7
PD – Número de Pós-Docs	Nº	2	14	16	18	17	20	18
IEVIC – Índice de Estudantes de Vocação e Iniciação Científica	Nº/TNSE-B	2	2,8	2,8	2,8	2,8	3,35	3,7
ETCO – Número de Eventos Técnico Científicos Organizados	Nº	3	146	153	168	172	193	184
MDC – Número de Materiais Didático Científicos Produzidos	Nº	3	194	248	263	336	395	285
ICE – Índice de Comunicação e Extensão	Nº/FBO	3	2,16	2,2	2,7	2,5	2,5	3,08
IMCC – Índice de Incremento Médio das Coleções Científicas	Nº	3	3,3	2,2	3,4	2,9	2,4	3,0
IEIC – Índice de Espécimes Incorporadas, Identificadas às Coleções	Nº	1	2	1	1	1	1	1
Administrativos e Financeiros								
APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	%	2	12	9	16	18	20	19
RRP – Relação entre Receita Própria e OCC	%	2	50	53	46	76	77	70
IEO – Índice de Execução Orçamentária	%	3	88	84	82	72	75	97
Recursos Humanos								
ICT – Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento	%	1	1	0,5	0,6	2	2	2
PRB – Participação Relativa de Bolsistas	%	-	39	47	53	47	49	49
PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	%	-	42	46	44	34	36	31
Inclusão Social								
IIS – Indicador de Inclusão Social	Nº	2	227	212	217	217	220	252

Na análise geral dos resultados referentes aos indicadores, constata-se que o desempenho da UJ foi bastante significativo, com atingimento de 85% dos indicadores

estabelecidos. Nesse contexto, esses indicadores passam a ser apresentados e analisados de forma individual, inclusive coma a apresentação da série histórica na última década.

- **IPUB- Índice de Publicações**

IPUB = NPSCI/TNSE

(Nº de publicações em periódicos, com ISSN, indexados no SCI (Science Citation Index), no ano / Somatório dos Técnicos de nível superior, vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG).

Variável	1º. Sem.	2º. Sem.	Anual
NPSCI	67	77	144
TNSE	113	142	142
IPUB (resultados)	0,59	0,54	1,01
Previsões	0,3	0,45	0,75

Análise: O resultado do IPUB 2015 superou em aproximadamente 35% o índice pactuado. No que pese os cortes orçamentários e redução no quadro de pesquisadores, os pesquisadores vem atuando fortemente, participando de projetos de pesquisa em redes internacionais e nacionais. A produção científica também sofreu forte incremento a partir de 2009 (Figura 13), oriundo, em grande parte, dos cursos de pós-graduação (mestrado, doutorado) apoiados pela instituição, assim como do Programa PCI e Pós-Docs que desenvolveram atividades na instituição em 2015.

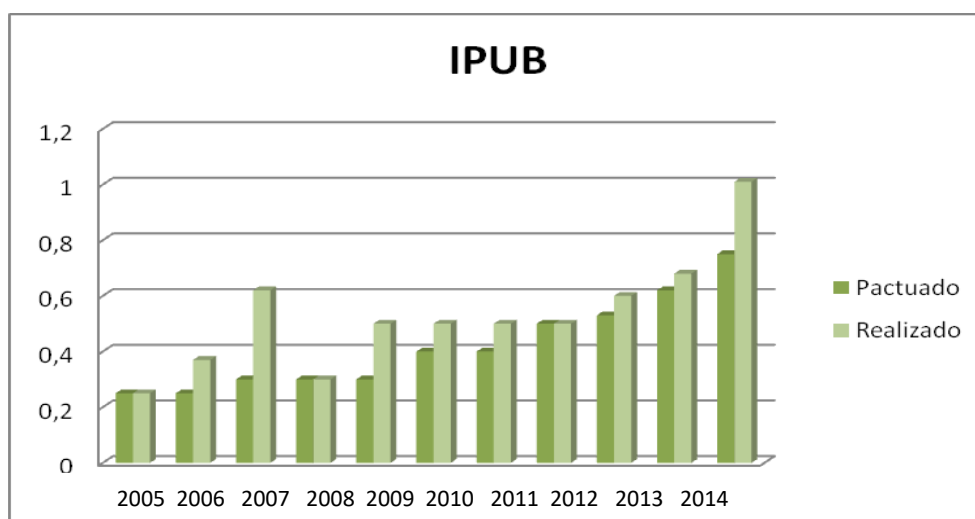


Figura 13 – Série histórica de mensuração do IPUB

- **IGPUB - Índice Geral de Publicações**

$$\text{IGPUB} = \text{NGPB}/\text{TNSE}$$

(Nº de artigos publicados em periódico com ISSN indexado no SCI ou em outro banco de dados) + (Nº de artigos publicados em revista de divulgação científica nacional ou internacional) + (Nº de artigos completos publicados em congresso nacional ou internacional) + (Nº de capítulo de livros), no ano / pelo Σ dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/ completados ou a completar na vigência do TCG.

Variável	1º. Sem.	2º. Sem.	Anual
NGPB	139	231	370
TNSE	113	142	142
IGPUB (resultados)	1,23	1,63	2,86
Previsões	1,2	1,5	2,7

Análise: O resultado do IGPUB 2015 superou em aproximadamente 6% o índice pactuado. Diferentemente do que ocorreu com o IPUB, este indicador sofreu leve redução no período de 2012 a 2013, mas retomado a partir de 2014 e 2015 (Figura 14) Adicionalmente cabe ressaltar o aumento da atuação de pesquisadores na formação de recursos humanos, seja através do PIBIC ou através de estágios supervisionados (cooperação com as IES locais). Entre 2013 a 2015, os bolsistas PCI e pós-docs do MPEG contribuíram para o incremento do índice de publicações anuais da instituição, incluindo artigos em periódicos, livros, capítulos de livros e artigos completos em Anais de eventos.

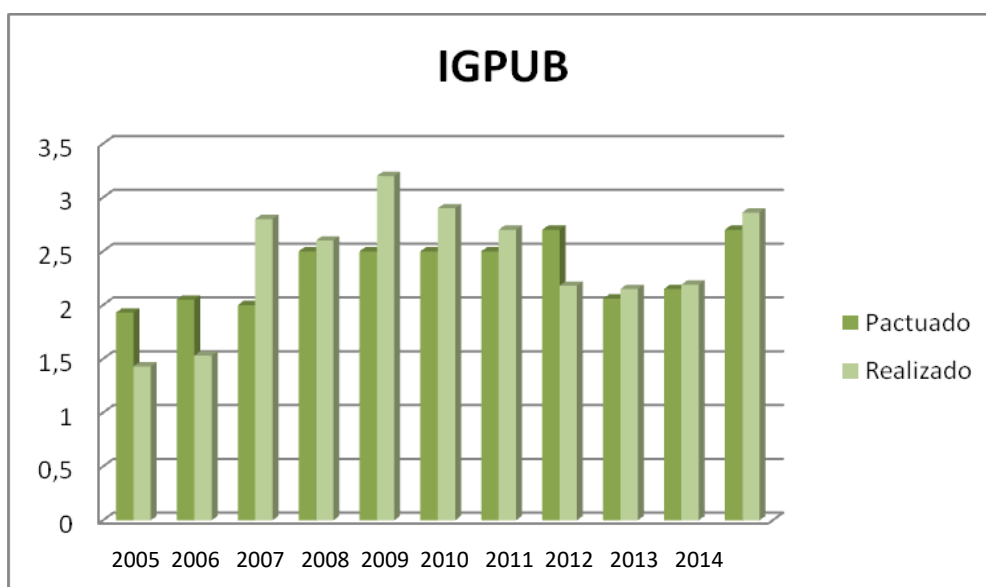


Figura 14 – Série histórica de mensuração do IGPUB

- **PPACI - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional**

PPACI = NPPACI

(Nº de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras no ano. No caso de organismos internacionais, será omitida a referência do país. a serem listados pela Unidade de Pesquisa).

Variável	1º. Sem.	2º. Sem.	Anual
NPPACI	55	89	89
PPACI (resultados)	55	89	89
Previsões	53	55	55

Análise: Meta superou em 62% a pactuada. Com destaque para a abertura de novas possibilidades de projetos de cooperação, graças à atração de pesquisadores para desenvolvimento de pós-doutorados e pesquisadores visitantes através do Programa Ciência Sem Fronteiras, notadamente a partir de 2013 (Figura 15). Embora não permanentes, essas colaborações são uma forma de trazer novos conhecimentos e agregar competências, que abrangem um grande número de pesquisadores colaboradores de instituições estrangeiras (pós-doc e pesquisadores visitantes), que muito tem contribuído para atingimento do indicador, possibilitando uma maior atuação na formação de recursos humanos, e participação em projetos de pesquisa em redes de pesquisa internacionais.

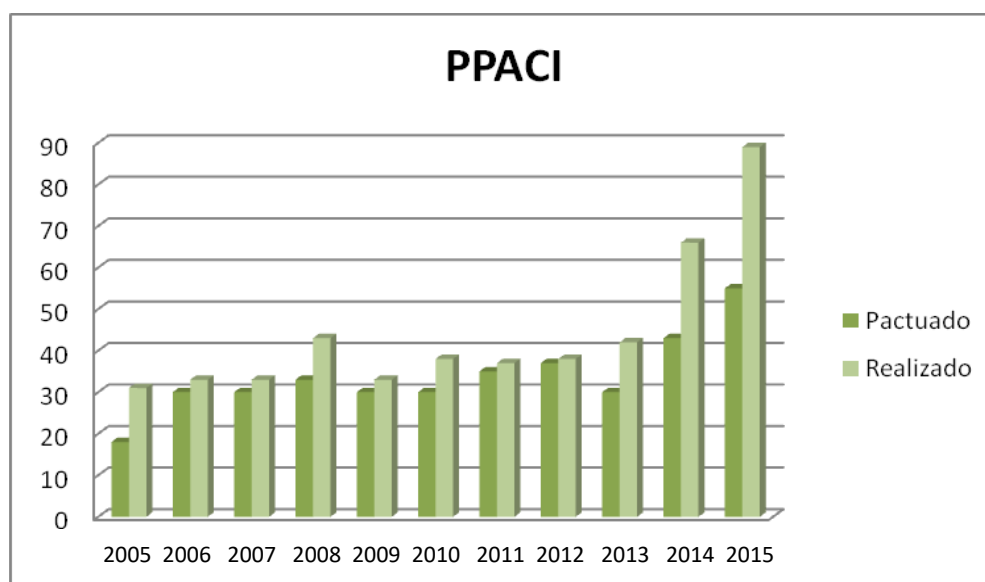


Figura 15 - Série histórica de mensuração do PPACI

- **PPACN - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional**

PPACN = NPPACN

(Nº de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano).

Variável	1º. Sem.	2º. Sem.	Anual
NPPACN	160	206	206
PPACN (resultados)	160	206	206
Previsões	159	160	160

Análise: Meta superou em 29% a pactuada. Desde 2013, com a incorporação de novos bolsistas PCI e Pós-Docs, novas parcerias foram estabelecidas com outras instituições que, em algum momento, abrigaram esses bolsistas. Dessas parcerias, novos projetos resultaram, aumentando, portanto, a participação de pesquisadores do MPEG em novos projetos e ações de âmbito nacional (Figura 16), tendo como elo de desencadeamento os contatos trazidos pelos bolsistas. Embora não permanentes essas colaborações são uma forma de trazer novos conhecimentos e agregar competências, além de contribuir sobremaneira para o atingimento deste indicador.

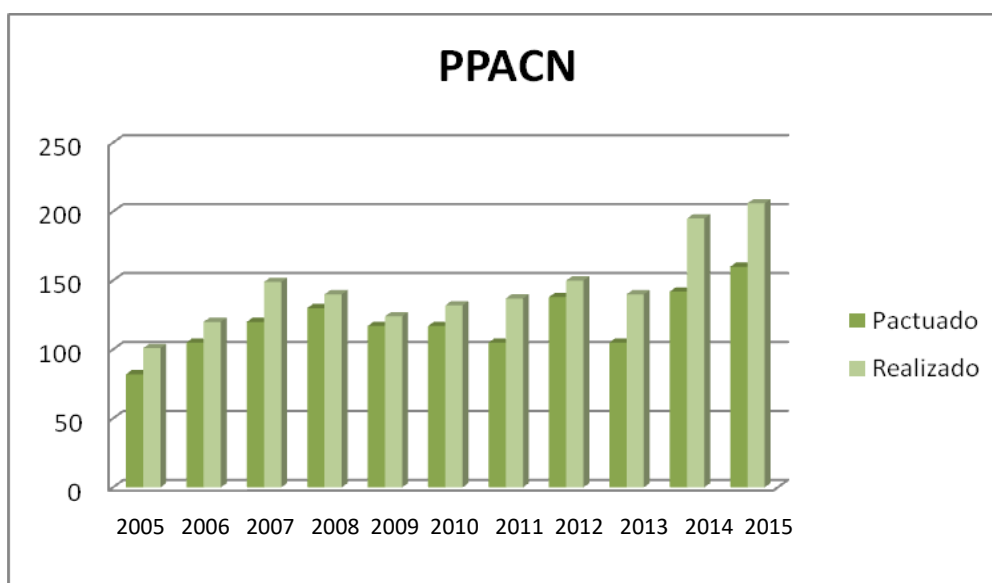


Figura 16 - Série histórica de mensuração do PPACN

- **PPBD - Índice de Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos**

PPBD = PROJ/TNSEp

(Nº total de projetos desenvolvidos no ano / Somatório dos Técnicos de nível superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas) com doze ou mais meses de atuação na UP/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG).

Variável	1º. Sem.	2º. Sem.	Anual
PROJ	132	164	164
TNSEp	113	142	142
PRBD (resultados)	1,17	1,15	1,15
Previsões	1,15	1,20	1,20

Análise: Meta não atingida no exercício em análise. Para esse indicador o resultado obtido chega muito próximo (95%) ao pactuado. Essa pequena diferença pode ser associada ao fato de que no exercício em análise, dez (10) pesquisadores entraram em processo de aposentadoria. Além disso, alguns editais de fomento à pesquisa, a nível regional e local somente foram publicados em meados do 2º semestre de 2015, para contratação dos projetos para 2016. Contudo, analisando a série histórica desse indicador (Figura 17), fica evidente que desde 2006 a UPC vem superando os índices pactuados e que o desempenho no exercício em análise constitui-se em um episódio fortuito, influenciado por externalidades.

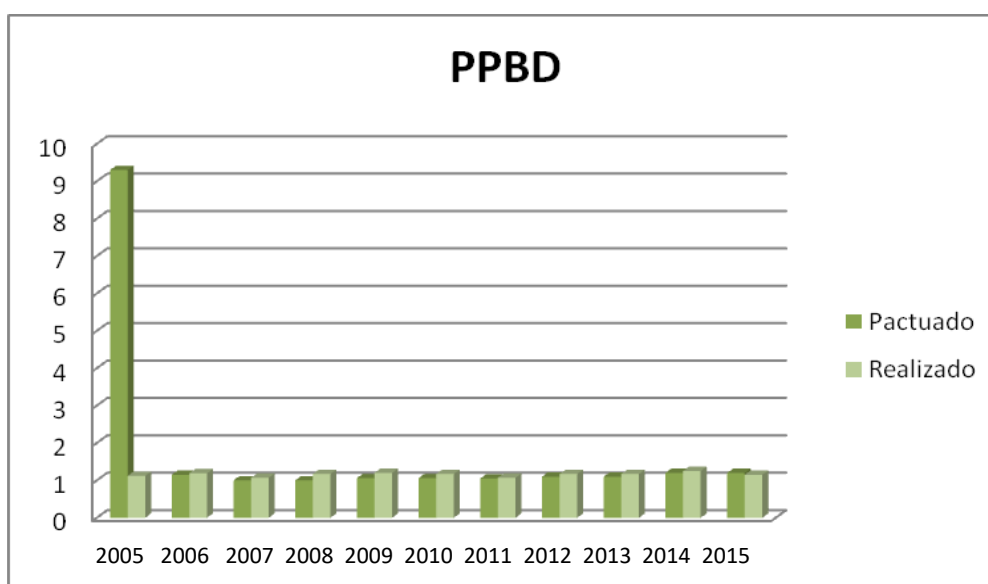


Figura 17 - Série histórica de mensuração do PPBD

• **IODT - Índice de Orientação de Dissertações e Teses Defendidas**

$$\text{IODT} = (\text{NTD} \times 3) + (\text{NDM} \times 2) + (\text{NME} \times 1) / \text{TNSEo}$$

(Nº de Teses de doutorado defendidas *3) + (No. de Dissertações de Mestrado defendidas *2) + (No. de Monografias de Especialização defendidas *1) / Total de doutores habilitados a orientar. Considerar também a orientação das dissertações e teses por pesquisadores em outras instituições que não a UP/MCTI.

Variável	1º. Sem.	2º. Sem.	Anual
NTD+NDM+NME	(39) + (42) = 81	(36) + (34) = 70	151
TNSEo	55	55	55
IODT (resultados)	1,5	1,3	2,8
Previsões	1,4	1,1	2,5

Análise: O resultado obtido para este indicador **superou em 12%** àquele estabelecido. No exercício em análise foram efetivadas 63 defesas assim distribuídas: i) PPGZOO - 15 teses e 19 dissertações; ii) POSBOT - 8 dissertações e 2 teses; iii) PPGCA/UFPA - 2 dissertações; iv) PPG em Sociologia e Antropologia/UFPA - 2 teses e 1 dissertação. Foram também formados 6 doutores e 7 mestres em outros programas de pós-graduação CEPEC/Ecologia-INPA; PPG-BIONORTE, UFTO), através da orientação de pesquisadores do Museu. Além de 1 tese e 2 dissertações do CEPEC/Ecologia e Mestrado Profissionalizante do INPA, 1 tese do PPG-BIONORTE - Polo Pará, 1 dissertação do PPG de Ciências do Ambiente da UFTO/TO e 1 dissertação do IES/Lisboa. A série histórica (Figura 18) demonstra que desde 2012 essa mensuração vem em tendência crescente, atingindo um patamar em 2015 que ainda não havia sido registrado. Tal fato é decorrente da inserção de novos pesquisadores da UPC nos cursos de pós-graduação, assim como, o aumento na produção de teses e dissertações, cumprindo o intervalo de tempo previsto para a sua elaboração.

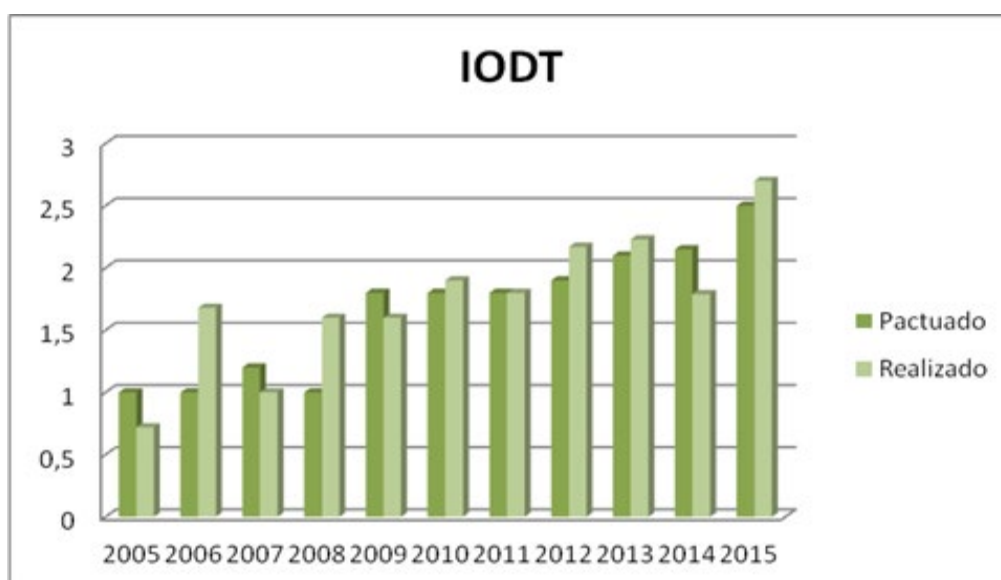


Figura 18 - Série histórica de mensuração do IODT

- **NPD – Número de Pós-Docs**

PD = NPD

(Nº de pós-doutorandos no ano)

Variável	1º. Sem.	2º. Sem.	Anual
PD	18	18	18
NPD (resultados)	18	18	18
Previsões	16	18	18

Análise: O resultado obtido para este indicador superou em 12,5% àquele estabelecido. Esse desempenho, crescente desde 2010 (Figura 19), deve ser atribuído ao arrojo institucional para captação de pós-doutorandos para atuar na Amazônia e, para tal, o Programa Ciência Sem Fronteiras (CSF/CNPq) foi fundamental. Em adição, o fato de que doutores recém-formados pelo PPGZOO e PPGCA optaram em desenvolver seus Pós-Docs na UPC.

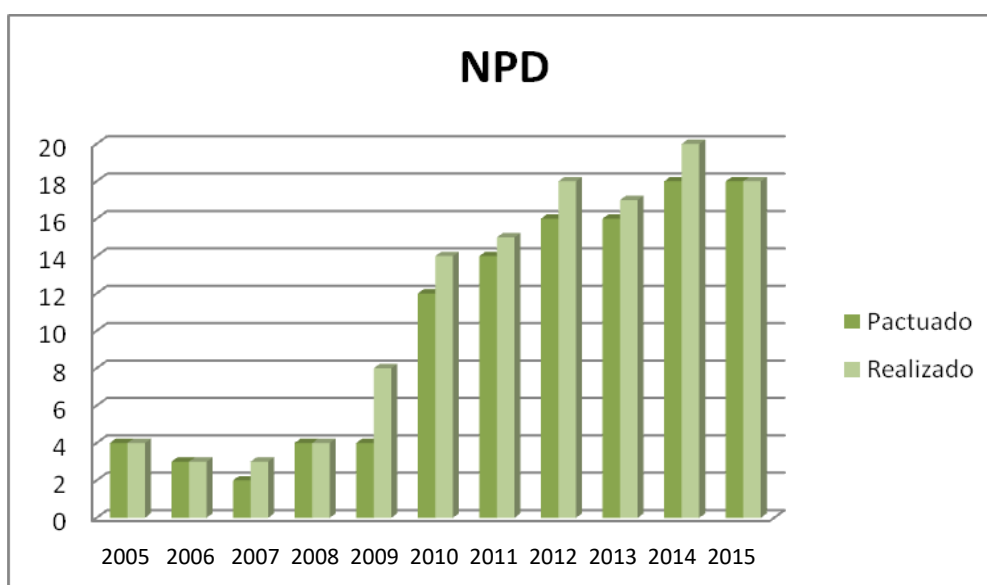


Figura 19 - Série histórica de mensuração do NPD

- **IEVIC – Índice de Estudantes de Vocação e Iniciação Científica**

IEVIC = NE / TNSE-B

(Nº de estudantes de vocação e iniciação científica registrados no setor de capacitação do Instituto) / Σ dos técnicos de nível superior, vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas, menos bolsistas)

Variável	1º. Sem.	2º. Sem.	Anual
NE	191	233	233
TNSE-B	114	112	112
IEVIC (resultados)	1,7	2	3,7
Previsões	1,6	1,7	3,3

Análise: Índice **superado em 12%** em relação ao valor pactuado. Esse acréscimo deveu-se ao aumento do n° de bolsistas PIBIC atrelados aos projetos financiados pelo CNPq e FAPESPA, bem como ao aumento de n° os estágios remunerados e não remunerados na instituição nos dois últimos exercícios (Figura 20).

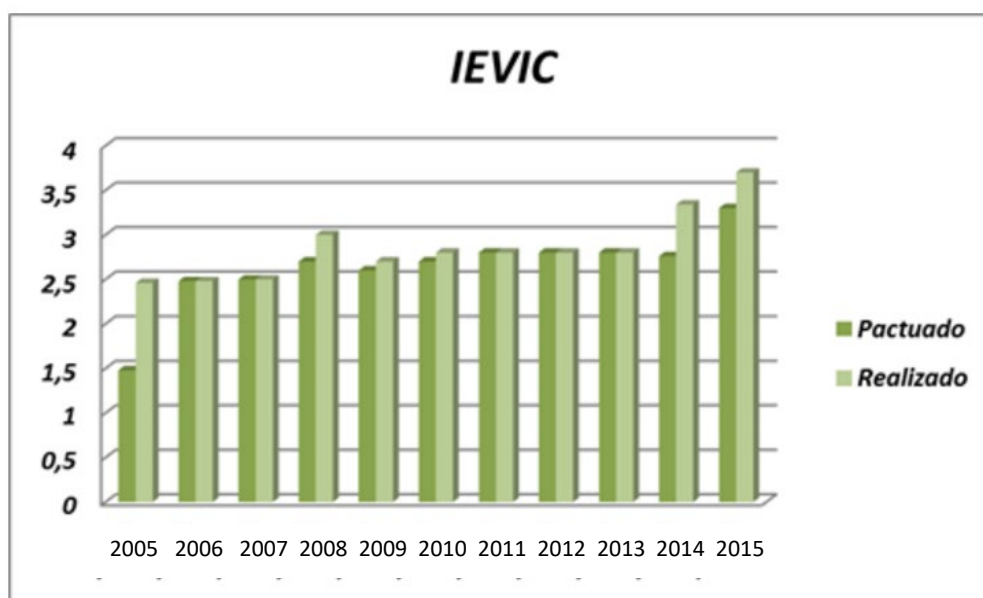


Figura 20 - Série histórica de mensuração do IEVIC

- **ETCO – Eventos Técnico-Científicos Organizados**

ETCO = (Nº Congressos*3) + (Nº. Cursos, seminários, oficinas e treinamento *Peso (*)) + (Nº. de palestras*1)

(*) Carga horária: até 20 horas: Peso 1; de 20 a 40 horas: Peso 2 acima de 40 horas: Peso 3

Variável	1º. Sem.	2º. Sem.	Anual
NE	70	114	184
ETCO (resultados)	70	114	184

Previsões	68	114	182
<p><u>Análise:</u> Índice <u>superado em 1%</u> ao valor pactuado. Esse pequeno incremento foi decorrente do aumento de cursos, oficinas e palestras proferidas por pesquisadores da UPC, bem como por pesquisadores visitantes, e várias ações interativas e culturais realizadas no MPEG, com destaque para as atividades educativas no Parque Zoobotânico, por ocasião de datas festivas, IV Feira de Ciências das Escolas da FLONA de Caxiuana - PA e aniversários do PZB, além de uma série de atividades de ciência e arte para comemorar seu aniversário de 149 anos e programações ligadas a “12ª. Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2015 e a 7ª. Olimpíadas de Ciências na FLONA de Caxiuana, uma ação do MPEG na ECFPn. Essa tendência crescente nesses índices vem acontecendo desde 2010 (Figura 21)</p>			

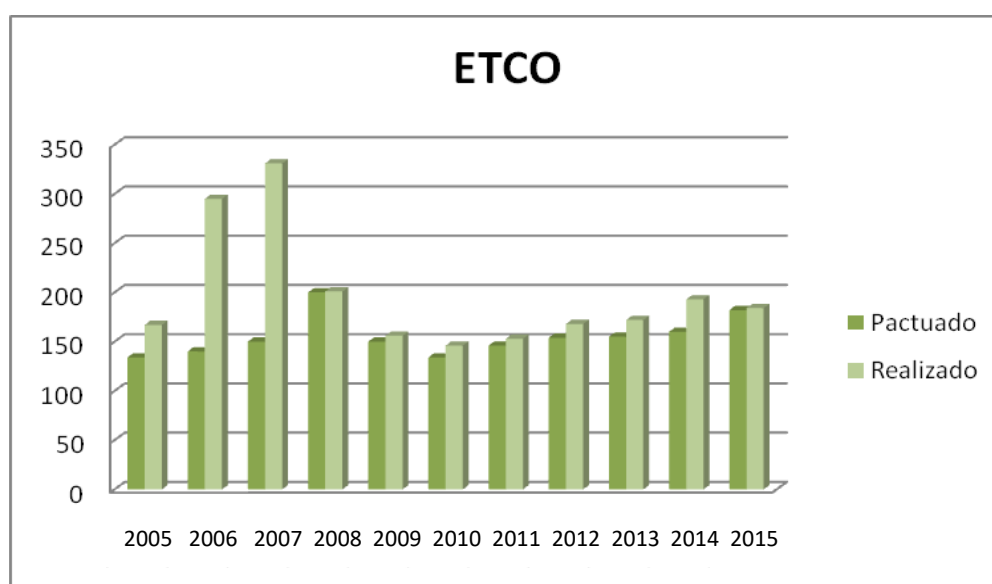


Figura 21 - Série histórica de mensuração do ETCO

MDC – Número de Materiais Didático-Científicos Organizados

MDC = NPMDC

(No. de periódicos (boletins e revistas) e livros publicados x 3) somado ao No. de materiais didático-especiais (cartilhas, kits, jogos, álbuns para colorir, guias, etc.) produzidos; somado ao No. de multimídia (CD ROMs e Vídeos) editados x 2)

Variável	1º. Sem.	2º. Sem.	Anual
NPMDC	127	158	285
MDC (resultados)	127	158	285
Previsões	124	156	280
<p><u>Análise:</u> Meta <u>superada em aproximadamente 2%</u>. Os números mostram que apesar da</p>			

crise que se alastrou no País, a UPC teve um desempenho satisfatório para este indicador. As atividades foram incrementadas pela publicação de 3 boletins do MPEG (2 de ciências humanas e 1 ciências naturais), 3 números do informativo Destaque Amazônia, 8 livros, 3 cartilhas, 1 guia, 6 kits/jogos educativos e um aplicativo, além de 112 materiais didáticos e multimídia editados ao longo do ano. A série histórica de mensuração desse indicador (Figura 22) mostra essa tendência evolutiva desde 2009, mas em 2015 houve uma diminuição acentuada, ainda que o índice tenha se mantido levemente acima do valor pactuado.

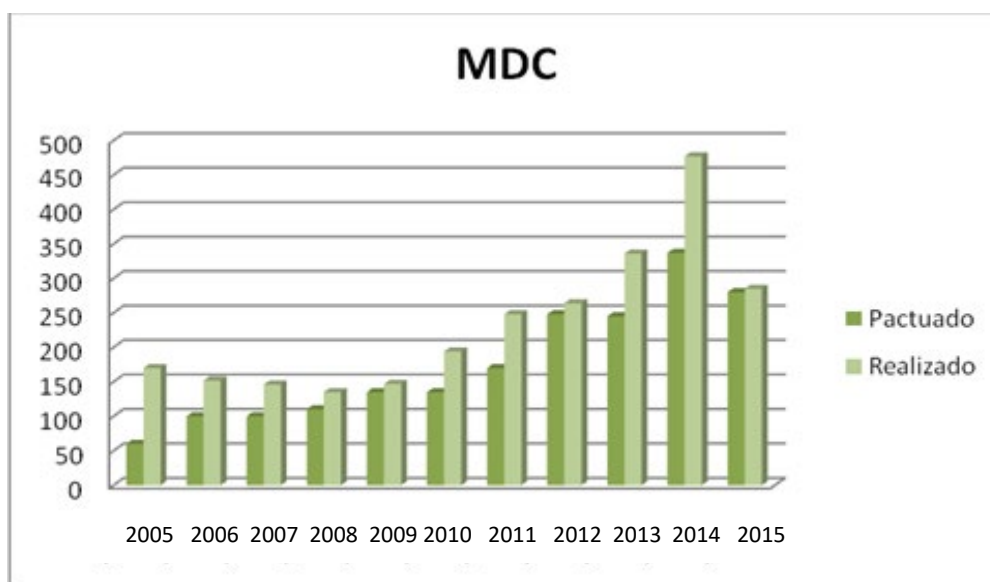


Figura 22 - Série histórica de mensuração do MDC

- **ICE – Índice de Comunicação e Extensão**

$$ICE = [NPE + NE + NCE + NCI] / FBC$$

(Nº de projetos de educação em ciência, ambiental, patrimonial e de extensão desenvolvidos com recurso garantidos e registrados na CPA) + (Nº de exposições permanentes, temporárias e itinerantes) + (Nº de comunicação externa, somado ao número de matérias produzidas e publicadas x 0,1; e ao número de textos inseridos no site institucional x 0,1) + (Nº de comunicação interna: composto pelo número de edições de notícias internas, multiplicado por 0,1) / pelo Nº de funcionários, bolsistas e cedidos vinculados diretamente à Comunicação e Extensão (FBC)

Variável	1º. Sem.	2º. Sem.	Anual
NPE+NE+NCE+NCI	205,40	81,10	286,5
FBC	89	104	104

ICE (resultados)	2,3	0,78	3,08
Previsões	2	1	3

Análise: O resultado obtido para este indicador superou em 2,5% àquele pactuado, graças a reformas institucionais de visitação e novos projetos de educação e exposições que foram incorporados no indicador, além do aumento nas comunicações internas via mídia digital, como notícias@ (97 informes), usuário@ (249 edições), boletim *Notícias do Dia* (85 edições), *Boletim Vida e Saúde* (34 edições), *Boletins de Informações Administrativas* (30 edições), e notícias sobre a Amazônia e C&T capturadas publicadas na intranet (470); na comunicação externa, atendimento a veículos jornalísticos (137), número de matérias publicadas na imprensa (Impresso e Web): 129 (72 Online e 57 Impresso), notícias capturadas sobre o MPEG nas mídias (216). Essa tendência evolutiva ocorre desde 2010, com leve diminuição em 2013 e 2014 e retomada de crescente no exercício em análise (Figura 23).

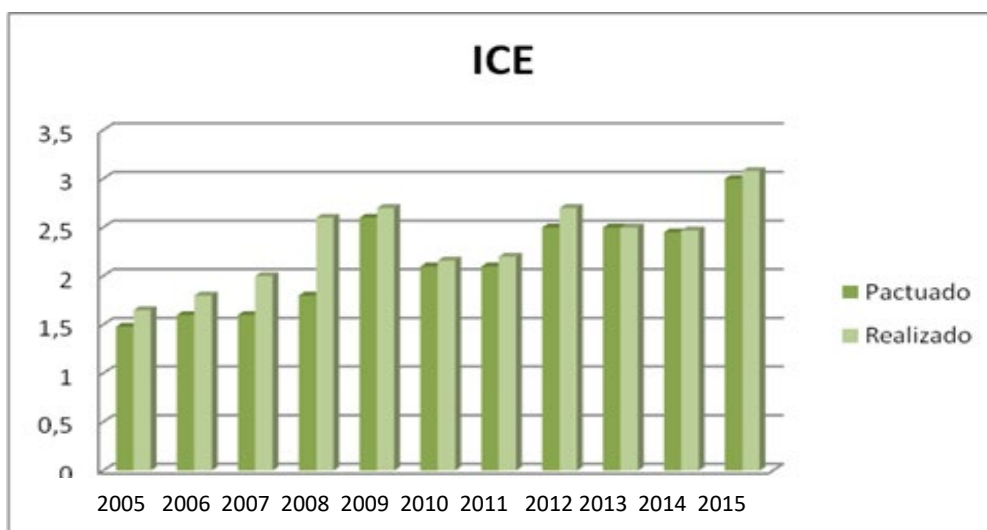


Figura 23 - Série histórica de mensuração do ICE

- **IMCC – Índice de Incremento Médio das Coleções Científicas do MPEG**

$$\text{IMCC} = \text{NECC} * 100$$

(Σ do nº de espécimes registrados para cada coleção (número de espécimes de cada coleção)

Nº de coletas da coleção/total da coleção / pelo Nº total de coleções científicas da UP (NTCC)

* 100. Percentual sem casa decimal. Unidade = % sem casa decimal.

Variável	1º. Sem.	2º. Sem.	Anual
NECC	0,0521	0,11	0,1621
NTCC*100	6	6	6
IMCC (resultados)	1	1,8	3
Previsões	1	1	2

Análise: O resultado obtido para este índice superou em 50% o valor pactuado. No cálculo, não estão computadas as coleções de ciências humanas, ictiologia e coleções recebidas de terceiros. Parte desse acréscimo é atribuído ao investimento na compra de novos armários deslizantes para o herbário, que trouxeram melhorias para o armazenamento das exsiccatas. Outrossim, a instituição enfrenta problemas relacionados a espaço físico e, sobretudo, material de consumo (vidraria, álcool, etc.) necessário para acondicionamento de novos indivíduos, que quando sanados permitirão ao MPEG apresentar um melhor desempenho nesse indicador. Embora a UPC venha superando os índices pactuados desde 2009 (Figura 24), há uma evolução decrescente nesse indicador, acentuada, sobretudo, no exercício de 2014, dados os cortes orçamentários sofridos nesse exercício.

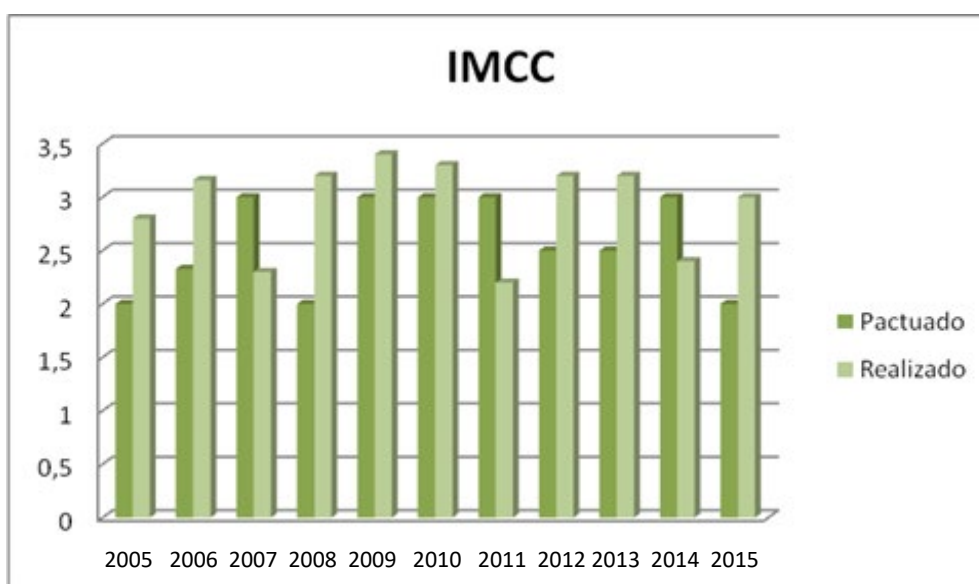


Figura 24 - Série histórica de mensuração do IMCC

- **IEIC – Índice de Espécimes Incorporadas e Identificadas as Coleções**

$$\text{IEIC} = \text{EI} / \text{NTEI}$$

(Nº de exemplares incorporados e identificados / pelo Nº total de exemplares incorporados (NTEI). Exceto as coleções de ciências humanas e ciências da terra, coleções recebidas de terceiros. Unidade: % com duas casas decimais.

Variável	1º. Sem.	2º. Sem.	Anual
EI	9.647	14.030	23.677
NTEI	9.647	14.030	23.677
IEIC (resultados)	1	1	1

Previsões	1	1	1
Análise - Na verdade esse indicador tem que ser visto com ressalva, tendo em vista que todo material incorporado às coleções científicas do MPEG, já tem algum tipo de identificação prévia. Portanto, considera-se que todo o material registrado nas coleções foi identificado. Isso fica patente na análise da série histórica (Figura 25), onde não se distingue diferenças entre o índice pactuado e o índice atingido.			

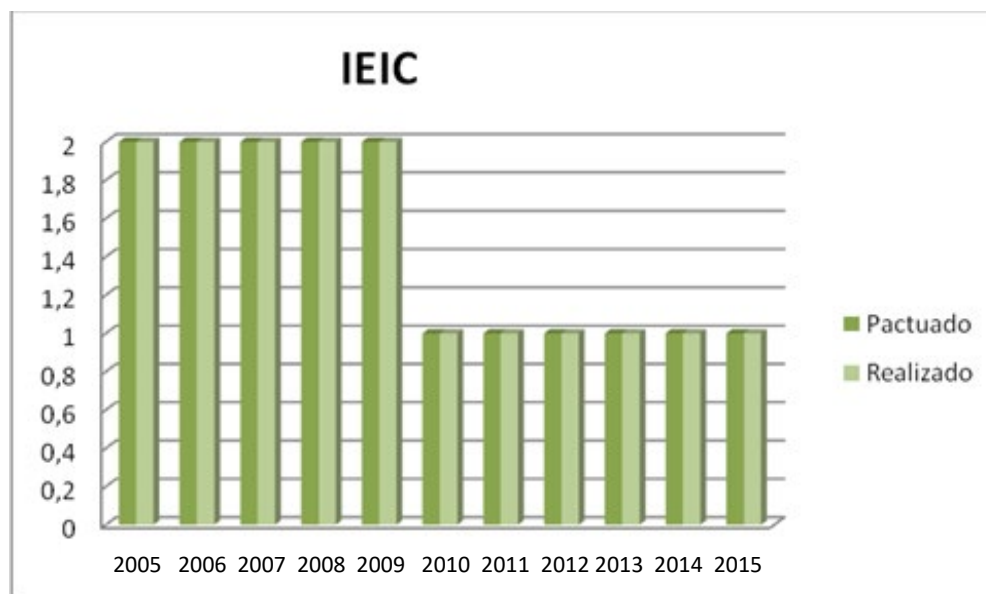


Figura 25 - Série histórica de mensuração do IEIC

- **APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento**

$$APD = [1 - (DM / OCC)] * 100$$

(Σ das despesas com manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, energia elétrica, telefonia e pessoal administrativo terceirizado, no ano) / pela soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100/150 (OCC) efetivamente empenhadas e liquidadas no período * 100.

Variável	1º. Sem.	2º. Sem.	Anual
DM	3.269.824,16	3.766.776,52	7.036.600,68
OCC	3.535.179,73	4.248.389,61	7.783.569,34
APD (resultados)	8	11	19
Previsões	7	5	12

Análise - Meta atingida. Não obstante o corte de 20,5% no orçamento institucional, o MPEG executou R\$7.783.569,34, que consumiram cerca de 81% de seu orçamento, com despesas de manutenção de suas três bases físicas, de modo que apenas 19% foram aplicados em P&D. Desde 2011 esse indicador vem apresentando tendência crescente de execução (Figura 26), apesar das reduções orçamentárias que a UPC vem sofrendo desde 2012.

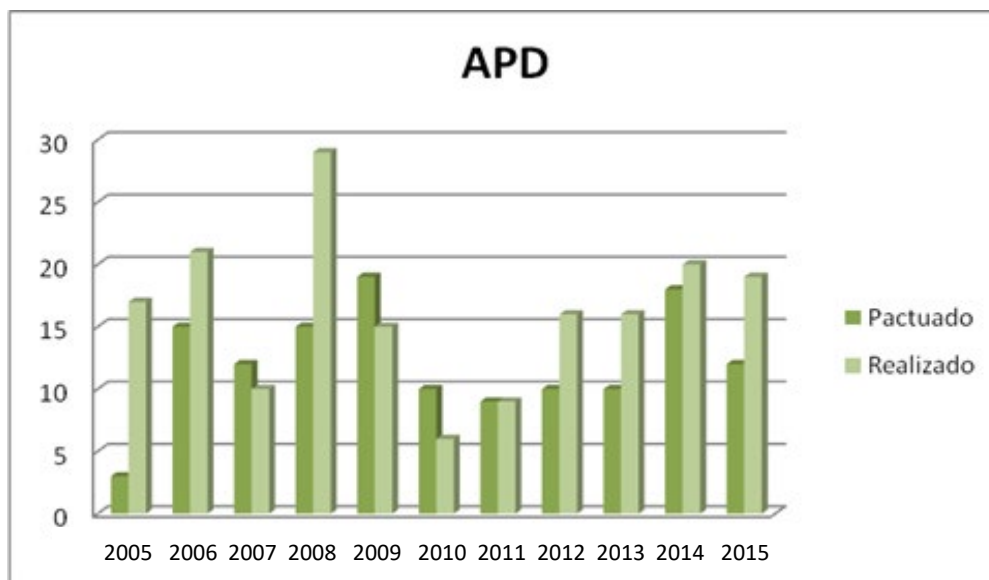


Figura 26 - Série histórica de mensuração do APD

- **RRP – Relação entre Receita Própria e OCC**

$$RRP = RPT / OCC * 100$$

(Receita Própria Total incluindo a Receita própria ingressada via Unidade de Pesquisa, as extra orçamentária e as que ingressam via fundações, em cada ano (inclusive Convênios e Fundos Setoriais e de Apoio à Pesquisa) / A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 150 / 250 (OCC) * 100.

Variável	1º. Sem.	2º. Sem.	Anual
RPT	15.630.731,91	19.687.034,82	19.687.034,82
OCC	8.950.580,25	11.590.572,01	11.590.572,01
RRP (resultados)	75	70	70
Previsões	60	30	30

Análise - A Receita Própria Total superou em aproximadamente 70% a soma das dotações de Custeio e Capital (inclusive as das fontes 150 / 250), sendo R\$ 2.710.699,55, oriundos das descentralizações. Este indicador superou a meta em 70% das receitas

recebidas no período (saldo anterior + recursos captados no exercício em análise) gerenciadas via Fundação de Apoio (FADESP), em relação ao orçamento institucional recebido no período, que foi de R\$ 11.590.572,01. A análise da série histórica de mensuração mostra uma evolução crescente desse indicador desde 2012, com incremento significativo em 2014 e no exercício em análise (Figura 27), graças ao aumento de receita em projetos intermediados pela fundação de apoio e, ao mesmo tempo, dos cortes orçamentários nos dois últimos anos.

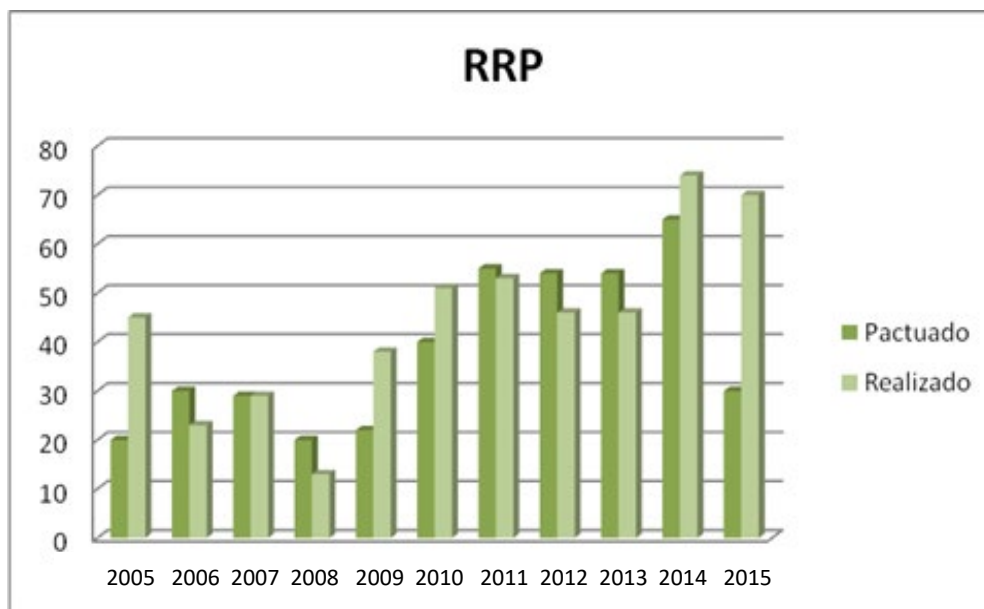


Figura 27 - Série histórica de mensuração do RRP

IEO – Índice de Execução Orçamentária

$$\text{IEO} = \text{VOE} / \text{OCCe} * 100$$

(Σ dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados / pelo limite de empenho autorizado * 100)

Variável	1º. Sem.	2º. Sem.	Anual
VOE	6.139.678,84	2.740.193,62	8.879.872,46
OCCe	9.118.210,00	9.118.210,00	9.118.210,00
IEO (resultados)	67	30	97
Previsões	60	40	100

Análise - Índice pactuado não atingido. O MPEG executou os recursos recebidos do Tesouro via MCTI (F. 100 e 150) para as despesas de Custeio e Capital, equivalente a 97% das despesas empenhadas no período. Contudo, se comparado há anos anteriores (Figura 28), o desempenho foi bastante expressivo, possibilitado por mudanças de procedimentos operacionais que imprimiram maior celeridade e agilidade ao processo licitatório, compras, etc.



Figura 28 - Série histórica de mensuração do IEO

- ***Índice de Investimentos em Capacitação e Treinamento***

$$ICT = ACT / OCC * 100$$

(Recursos financeiros (próprios ou via fundações) aplicados em capacitação e treinamento no ano / pela soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 150 / 250 (OCC) efetivamente empenhadas e liquidadas no período * 100) - % sem casa decimal.

Variável	1º. Sem.	2º. Sem.	Anual
ACT	28.755,15	73.805,15	102.560,30
OCC * 100	3.535.179,73	4.248.389,61	7.783.569,34
ICT (resultados)	0,8	1,7	2,5
Previsões	1	1	2

Análise - Índice alcançado superou em 0,5% àquele pactuado. No que pese as restrições orçamentárias sofridas a partir de 2012, vários servidores participaram de treinamento e capacitação, dentro e fora da sede, sobretudo nos anos de 2014 e 2015 (Figura 29).

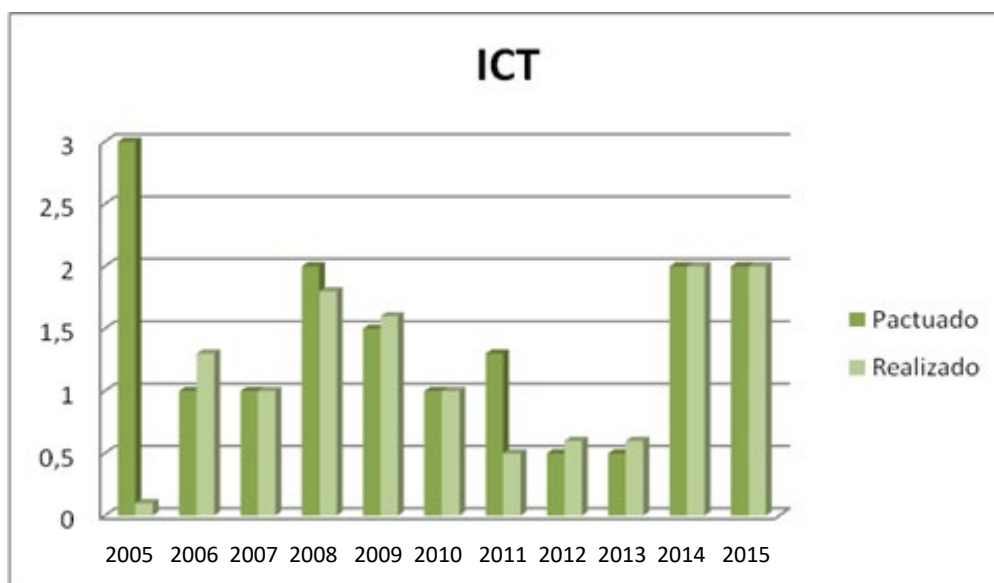


Figura 29 - Série histórica de mensuração do ICT

- **PRB – Participação Relativa de Bolsistas**

$$PRB = [NTB / (NTB + NTS)] * 100$$

(Σ dos Bolsistas (PCI, RD, etc.), no ano / pelo nº Total de Servidores em todas as carreiras no ano * 100)

Variável	1º. Sem.	2º. Sem.	Anual
NTB	234	242	242
NTB + NTS	234 + 261 = 495	242 + 254 = 496	496
PRB (resultados)	47	49	49
Previsões	45	49	49

Análise - Índice pactuado alcançado, tendo em vista a inserção de novos bolsistas na pós-graduação (mestrado/doutorado), pesquisadores com bolsa PCI, Pós-Docs e novos pesquisadores visitantes com bolsas PCI-BEV-A. Essa tendência evolutiva crescente vem ocorrendo desde 2010 (Figura 30), graças ao esforço de atração de bolsistas PCI e Pós-Docs, sobretudo a partir de 2012.

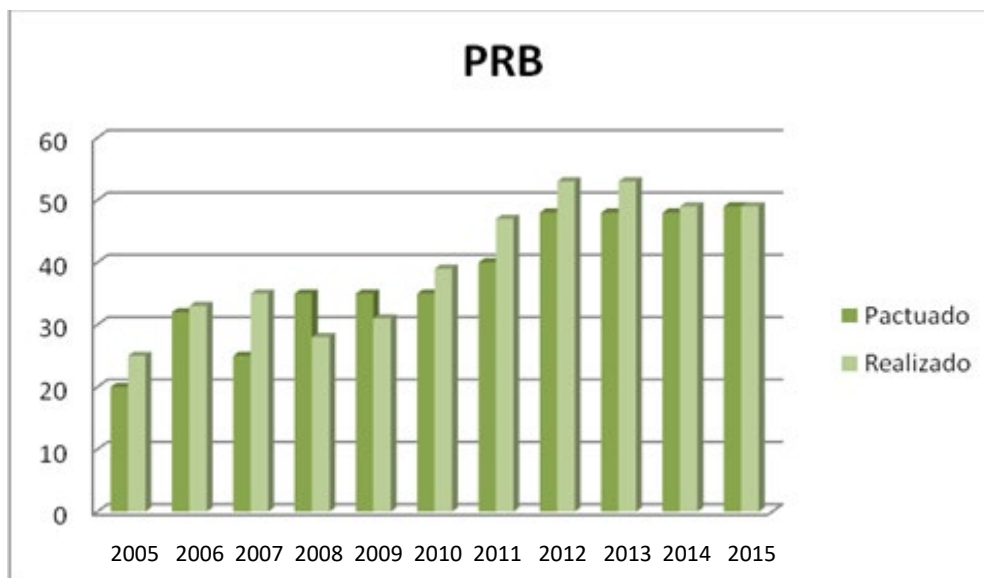


Figura 30 - Série histórica de mensuração do PRB

- **PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado**

$$PRPT = [NPT / (NPT + NTS)] * 100$$

(Σ do pessoal terceirizado no ano / pelo nº Total de Servidores em todas as carreiras no ano * 100)

Variável	1º. Sem.	2º. Sem.	Anual
NPT	147	112	112
NPT + NTS	147 + 261 = 408	112+254 = 366	366
PRPT (resultados)	36	31	31
Previsões	36	36	36

Análise - Índice pactuado não foi alcançado, em decorrência de cortes orçamentários que forçaram a readequações de contrato de serviços, como por exemplo, de Tecnologia da Informação (TI). Diante da escassez de orçamento, o MPEG foi forçado a redimensionar, a partir de 2013, contratos de manutenção e segurança de suas bases físicas, bem como de suas ações museológicas e, por conseguinte, redução de terceirizados, a partir de 2013 (Figura 31). Além dos cortes orçamentários, outro fator de grande preocupação institucional é a diminuição gradativa do corpo funcional, em todos os níveis e carreira (pesquisadores, tecnologistas, analistas, técnicos e assistentes), sem que haja a reposição correspondente, ou mínima, do quadro. Considerando a autorização para a realização do concurso público em 2012, a expectativa era que o percentual fosse reduzido para 15%, contudo em 2015, quatro (04) servidores da área de gestão e dez (10) pesquisadores se aposentaram.

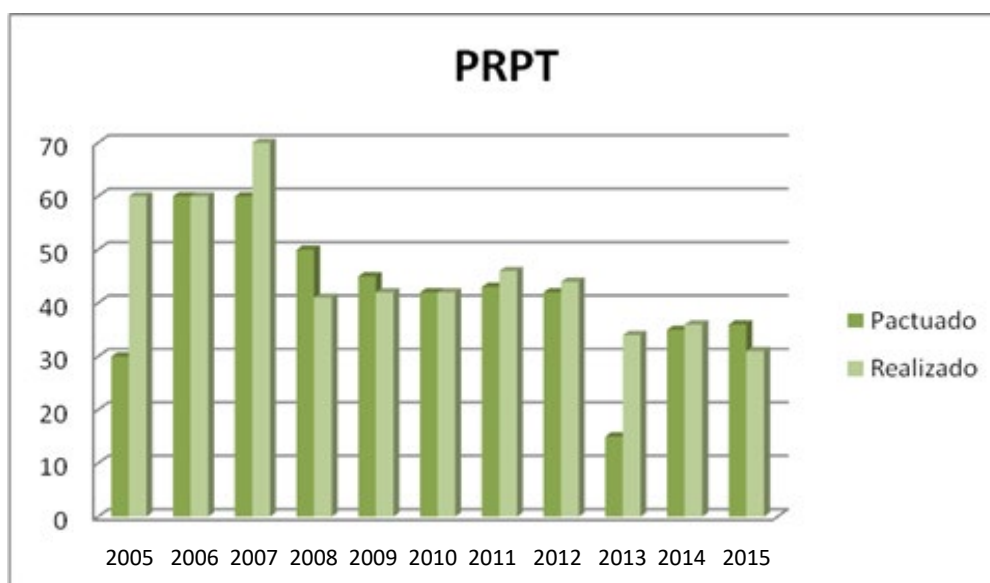


Figura 31 - Série histórica de mensuração do PRPT

IIS – Índice de Inclusão Social

$$IIS = (PAAVC * 3) + (PAPVC * 1) / NPDEP$$

(Nº de pessoas atendidas em atividades de extensão voltadas para as comunidades *3 + No. de pessoas atendidas em projetos de pesquisa com algum componente voltado para as comunidades *1 / pelo Nº de professores/pesquisadores diretamente envolvidos no projeto).

Variável	1º. Sem.	2º. Sem.	Anual
PAAVC*3+PAPVC*1	(2.285)+(9.647)	(4.285)+(14.003)	30.220
NPDEP	102	135	135
IIS (resultados)	117	135	252
Previsões	115	105	220

Análise - O resultado obtido para este índice superou em 14% o valor pactuado, tendo em vista o aumento de atividades educativas nas datas comemorativas, ações de inclusão social nos projetos educativos e de pesquisas que incluíram alguns componentes voltados para as comunidades. A análise da série histórica de mensuração desse indicador evidencia a tendência crescente a partir de 2011 (Figura 32), enfatizando o exercício em análise, em que foi obtido o maior desempenho da última década.

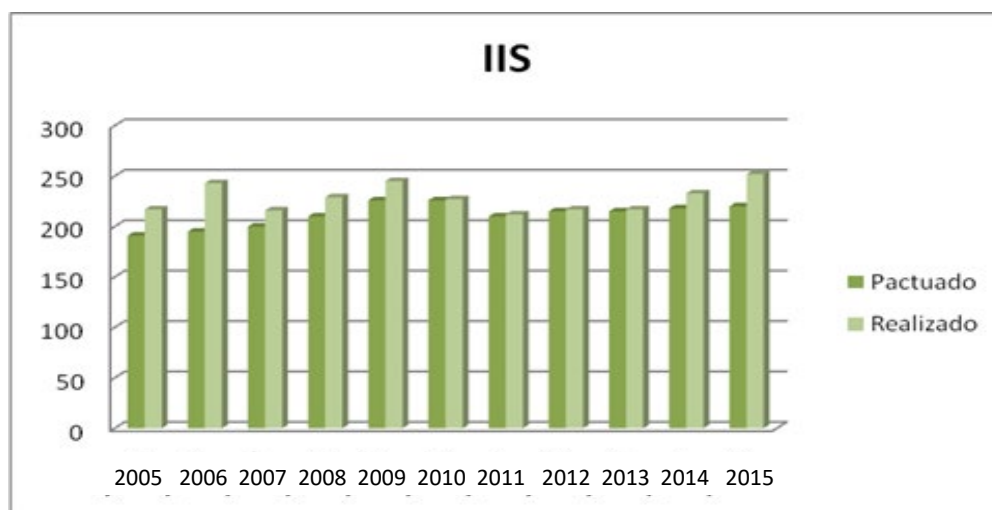


Figura 32 - Série histórica de mensuração do IIS

Todas as comprovações dos indicadores de desempenho institucional podem ser acompanhadas no Anexo 6.

4. GOVERNANÇA

4.1 Estrutura de Governança

A UPC não dispõe em sua estrutura organizacional de uma unidade formal de controle interno. Esta ausência, entretanto, não inviabiliza a realização dos controles em cada uma das unidades administrativas, sob a supervisão do gestor da Instituição. Os controles são realizados em cada uma das áreas de atuação do Museu Goeldi (Pesquisa, Comunicação e Gestão), seguindo os instrumentos existentes.

Em termos estruturais, a governança da UPC é constituída por um Conselho Técnico Científico, Conselho de Administração, Conselho de Coordenação de Pesquisa, Conselho de Curadoria das Coleções Científicas, Conselho de Comunicação e Extensão e Comitês de Apoio a Governança (Comitê de Ética, Comitê de TI, Comitê de Ética em Uso de Animais) (Figura 33).

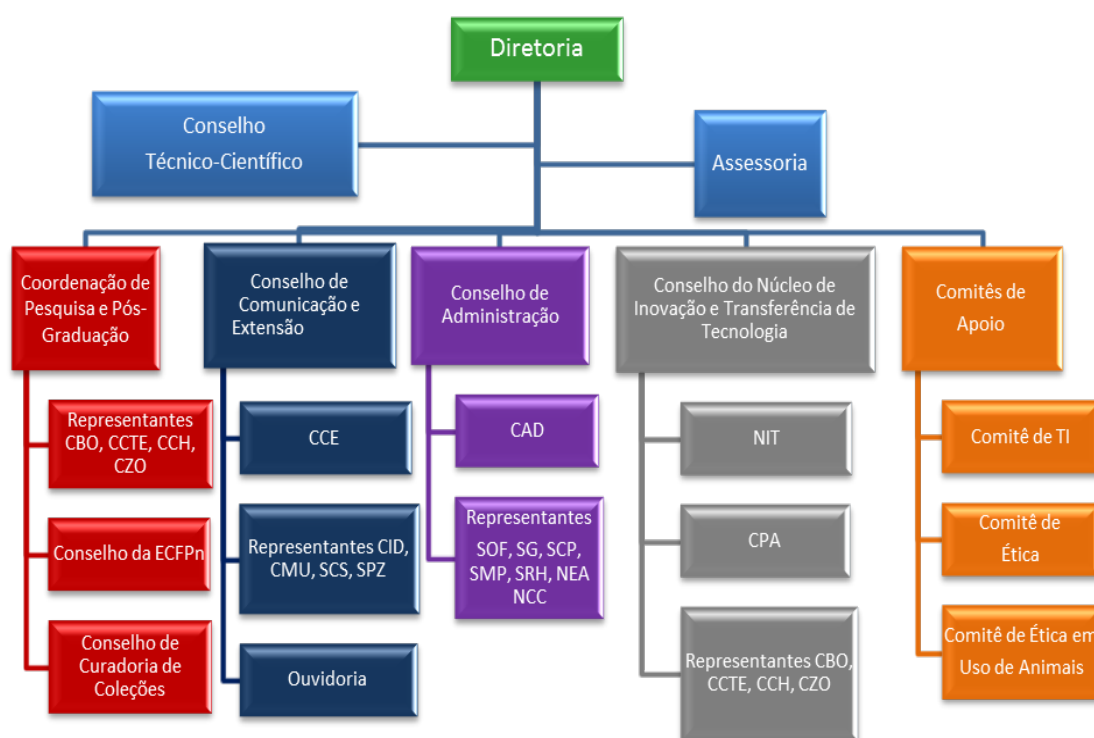


Figura 33 - Estrutura de governança da UPC

No Quadro 21 estão sintetizados a base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância da estrutura de governança da UPC.

Quadro 21 – Base normativa, atribuições e forma de atuação de cada instância da estrutura de governança da UPC

Instância de Governança	Base Normativa	Atribuições	Forma de Atuação
Diretoria	Portaria Nº 1239, de 4/12/2013 - MCTI	Planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades do MPEG	Constituição de comitês para promover a interação entre as unidades da estrutura organizacional do MPEG ou entidades externas, podendo, ainda, criar grupos de trabalho e comissões especiais, em caráter permanente ou transitório, para fins de estudos ou execução de atividades específicas de interesse do MPEG.
Conselho Técnico-Científico	Regimento Interno do Museu Paraense Emílio Goeldi – aprovado pela Portaria MCTI nº 594, de 25/06/2013 Regimento Interno do Conselho Técnico-Científico publicado pela Portaria 063/2014	Deliberar e assessorar o Diretor da instituição na implementação da política científica e tecnológica, pós-graduação, comunicação, gestão e suas prioridades	-Reúne semestralmente para a avaliação das atividades científicas, tecnológicas, de pós-graduação, comunicacionais e administrativas do MPEG; -Aprecia e opina a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo Diretor
Assessoria	Regimento Interno do Museu Paraense Emílio Goeldi – aprovado pela Portaria MCTI nº 594, de 25/06/2013. Portaria	Assessorar e orientar o Diretor nos assuntos pertinentes aos processos administrativos, no que tange os princípios legais na Administração Pública.	Elaboração de documentos oficiais (memorandos, ofícios, pareceres, ordens internas, portarias, entre outros); triagem de processos para submissão à Consultoria Jurídica da União – CJU-PA/AGU.
Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação	Regimento Interno do Museu Paraense Emílio Goeldi – aprovado pela Portaria MCTI nº 594, de 25/06/2013.	Gerenciar e apoiar as atividades dos projetos institucionais de pesquisa e dos programas de pós-graduação.	Assessorar a Diretoria nos assuntos pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa científica, inovação tecnológica e programas de pós-graduação no MPEG;
Conselho de Curadoria de Coleções Científicas	Ordem Interna nº 016/2014	Deliberar e assessorar o Diretor sobre aspectos técnicos científicos quanto a preservação e manutenção do acervo científico da instituição.	Analisar e opinar sobre as diretrizes de políticas de curadoria da instituição e da disponibilização de dados, assim como, a alienação de material das Coleções, nos termos do item 4 das Normas Gerais de Uso e Gerenciamento das Coleções

			Científicas do MCTI/MPEG.
Conselho da Estação Científica Ferreira Penna	Ordem Interna nº 048/2006	Assessorar a CPPG e o Serviço da Estação Científica Ferreira Penna no gerenciamento das atividades de pesquisa, comunicação e desenvolvimento comunitário e infraestrutura da ECFPn, assim como na implementação de diretrizes, ações, programas, projetos e Plano de Manejo da Floresta Nacional de Caxiuanã;	Avalia e opina a respeito de projetos, planos de trabalho, relatórios de pesquisa, comunicação, extensão e educação, convênios de cooperação técnica, científica e acadêmica, contratos de prestação de serviços, de consultorias e de gerenciamento;
Conselho de Comunicação e Extensão	Ordem Interna 047/2014	Executar ações referentes à comunicação científica, educação e popularização da ciência.	Deliberar e assessorar a Diretoria nos assuntos pertinentes à comunicação de conhecimentos e à divulgação de acervos científicos e didáticos.
Conselho de Administração	Ordem Interna 032/2015	Planejar e acompanhar execução orçamentária, gestão de pessoas, processos de compras e serviços	Deliberar e assessorar a Diretoria em assuntos relacionados à gestão administrativa.
Conselho Consultivo do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia	Portaria 251/2014 MCTI Lei nº 10.973/2004 Ordem Interna 20/2014 Regimento Interno do Museu Paraense Emílio Goeldi – aprovado pela Portaria MCTI nº 594, de 25/06/2013,	Auxiliar o NIT-MPEG na tomada de decisão em temas sobre a gestão da Política de Inovação no MPEG	Deliberar e assessorar a Diretoria quanto a assuntos referentes a normas internas visando à implementação dos preceitos dispostos na Lei da Inovação, principalmente no que diz respeito à promoção da inovação, à gestão da propriedade intelectual e à transferência de tecnologia.
Comitês de Apoio			
Comitê de TI	Ordem Interna 019/2012	Definir, priorizar e avaliar estratégias de TI	Deliberar e assessorar a Diretoria quanto a assuntos e processos de TI
Comitê para Pleitos de Afastamento	Ordem Interna 054/2015	Analisar os pleitos dos servidores referentes a afastamento	Deliberar e assessorar a Diretoria quanto ao mérito de pedidos de afastamento de servidores
Comitê de Segurança da	Ordem Interna 056/2015	Gerenciar e avaliar os resultados de auditoria de	Deliberar e assessorar a Diretoria em assuntos inerentes à segurança da

Informação		conformidade da segurança da informação e de aspectos legais relacionados à proteção das informações	informação
Comitê Interno de Acompanhamento e Avaliação de Servidores do MPEG	Ordem Interna 028/2014	Acompanhamento e avaliação de servidores para progressão/promoção funcional, estágio probatório e retribuição de titulação e gratificação de qualificação	Deliberar e assessorar a Diretoria com emissão de parecer quanto aos processos de avaliação funcional
Comitê de Ética em Uso de Animais	Ordem Interna 058/2014 Ordem Interna 008/2015	Assessoria institucional relativa ao uso de animais no ensino e na experimentação	Deliberar e assessorar a Diretoria, com emissão de parecer e certificados á luz dos princípios éticos na experimentação de animais de acordo com o CONCEA

A metodologia utilizada para fazer a avaliação consiste primeiramente da Identificação dos instrumentos de controle existentes na Unidade e a forma como este é realizado. O controle interno dos processos e resultados das atividades meio e fim da Unidade, é realizado na observância permanente e continua dos princípios básicos constitucionais (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), aos quais se submetem a Administração Pública. Estas ações são monitoradas em todos os níveis hierárquico da estrutura funcional da Unidade: Serviços, Coordenações, Diretoria e Conselho Técnico e Científico, sendo que este último tem a função de deliberar e assessorar o Diretor no planejamento e cumprimento dos objetivos institucionais.

Adicionalmente, destacam-se as atividades realizadas em conformidade com os respectivos regimentos do/as: i) Conselhos de Coordenação; ii) Conselho de Curadoria das Coleções Científicas; iii) Comissões de: Usuário de Biblioteca; Avaliação do Programa de Iniciação Científica; Programa de Capacitação Científica; Avaliação de Bens Móveis e Imóveis; Depreciação e Reavaliação de Bens; Ética; Acompanhamento das ações do Termo de Compromisso e Gestão; Conservação de Energia; Logística Sustentável; Acompanhamento e Fiscalização de Obras; Processos Disciplinares; Licitação, Contratos e Convênios; Inventário de bens móveis e imóveis; iv) Comitês: Tecnologia da Informação, Técnico Científico da Estação Científica Ferreira Penna; v) Grupo Gestor de Planejamento; vi) normas para a edição dos jornais “Museu em Pauta” e “Destaque Amazônia”, vii) Protocolos

para atividade de pesquisa em campo e em laboratório; vii) normas de editoração publicação das revistas científicas, livros e materiais de divulgação institucional.

4.2 Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos

Os procedimentos disciplinares ou de sindicância são instaurados por meio de Ordem Interna, bem como designa a Comissão Processante ou Sindicante responsável pela execução dos trabalhos. Estes processos são informados ao Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – Sistema CGU-PAD por servidor especialmente designado para esta atividade na Unidade, conforme as disposições da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007 da Controladoria-Geral da União.

Objetivando garantir a obediência (compliance) às leis e regulamentos que a regem, a Administração Pública, considerando a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e danos, a UPC, sempre que pertinente, utiliza os instrumentos legais, com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para a unidade sejam alcançados. Nesse contexto, no exercício de referência, foram julgados 1(um) PAD - Rito Sumário e instauradas e 2(duas) sindicâncias e instauradas 2(duas) sindicâncias. No Quadro a seguir estão sintetizados os principais eventos apurados e as providências adotadas, notadamente no que concerne a irregularidades ocorridas e os procedimentos adotados.

Quadro 22.- Eventos apurados em 2015, as providências adotadas e resultados

Processo	Eventos Apurados	Data de Instauração	Data de Julgamento
01205.000062/2015-72	Sindicância	03/06/2015	10/11/2015
01205.000184/2015-69	Sindicância	11/11/2015	em processamento
01205.000074/2014-16	Rito Sumário (lei 8.112/90)	14/05/2014	27/03/2015
01205.000169/2014-30	Sindicância	17/09/2014	08/04/2015

4.3 Gestão de Riscos e Controles Internos

No Quadro 23 é apresentada a análise dos riscos que possam comprometer os objetivos institucionais e da qualidade do funcionamento dos controles internos administrativos, principalmente quanto à suficiência desses controles para mitigar os riscos e

garantir, com segurança razoável, a confiabilidade das informações financeiras produzidas; a obediência às leis e regulamentos que a regem, ou ao seu negócio; a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano; a eficácia e a eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados.

Para fins de atendimento deste item, consideram-se controles internos o conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para a unidade sejam alcançados, conforme definido no inciso X do Parágrafo único do art. 1º da IN TCU 63/2010.

Quadro 23 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC.

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UPC são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UPC é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UPC na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UPC.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UPC.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados	Avaliação				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UPC, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrências de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UPC, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UPC são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UPC possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UPC são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UPC é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UPC são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UPC é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UPC, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UPC, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UPC é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UPC tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UPC tem contribuído para a melhoria de seu					X

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados	Avaliação				
desempenho.					
Análise Crítica e Comentários relevantes: Embora não haja formalmente constituído uma unidade de controle interno na estrutura organizacional do Museu Paraense Emílio Goeldi, o gestor desta UPC mantém a preocupação de instituir e utilizar os instrumentos de controle para o acompanhamento dos processos inerentes às atividades meio, bem como os resultados das atividades fim em função dos objetivos e metas estabelecidas. O desempenho da UPC é avaliado por meio da aferição dos indicadores pactuados no Termo de Compromisso e Gestão, celebrado anualmente com o MCTI. Após a finalização do planejamento tático, no exercício em análise, finalmente a UPC passou a ter uma verdadeira radiografia administrativa, com indicadores de desempenho a nível de cada unidade gestora, e a nível individual (colaboradores/servidores), os quais passam a ser monitorados a partir de 2016, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					
Escala de Valores de Avaliação					
<p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UPC.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UPC, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UPC.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UPC, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UPC.</p>					

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de acesso do cidadão

O portal do Museu Paraense Emílio Goeldi - www.museu-goeldi.br - possui informações de caráter geral sobre a instituição, em português, além de outras informações específicas sobre as áreas fins e, também, específicas por área temática. É o principal canal de comunicação e, também, onde se encontram os canais de acesso ao cidadão.

Os canais de acesso disponíveis para o cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões são:

5.1.1 Serviço de Ouvidoria

Acesso pelo Portal da UPC - www.museu-goeldi.br/ouvidoria, pelo telefone (91)3182-3242, pelo e-mail ouvidoria@museu-goeldi.br ou, ainda, por carta ou pessoalmente no prédio da Rocinha, sito à Parque Zoobotânico, Avenida Magalhaes Barata, 376, CEP 66.040-170, entrada pela Travessa Nove de Janeiro.

A Ouvidoria da UPC foi implantada em 2006. As tipologias de sugestões dos visitantes no período de 2006 a 2012, até então depositadas em caixa de sugestões localizada no Parque Zoobotânico, é apresentada na figura abaixo.

Nesse contexto, destaca-se a solicitação pelo aumento do número de animais expostos no Parque Zoobotânico, como a principal reclamação/sugestão dos visitantes. A resposta aos reclamantes é de que essa limitação se deve ao fato de normas restritivas quanto a reforma e adaptação dos espaços expositivos de animais. Ademais, restrições orçamentárias no exercício em análise, não permitiram investimentos para adequação desses espaços e, por conseguinte, a incorporação de novos espécimes no plantel faunístico.

Dada a baixíssima procura dos usuários pelo recurso da caixa de sugestões, a partir de 2013, a Coordenação de Comunicação e Extensão resolveu desativar esse instrumento. Desde então, o atendimento de solicitações e sugestões ocorre por meio do e-mail ouvidoria@museu-goeldi.br e, presencialmente, no espaço físico da Ouvidoria, no Parque Zoobotânico, que demonstraram ser ferramentas mais eficientes e eficazes para o feedback dos usuários.

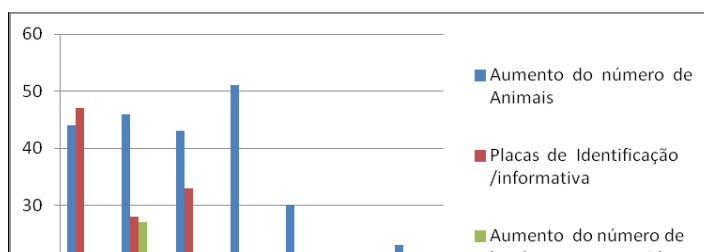


Figura 34 - Sugestões dos visitantes no período de 2006 a 2012

No exercício em referência, a Ouvidoria da UPC atendeu presencialmente a uma (01) solicitação de informação sobre serviços do Parque Zoobotânico, duas (02) reclamações sobre os serviços do de lanchonete e uma (01) informação sobre escape de fauna livre no PZB.

Por e-mail foram recebidas vinte e nove (29) mensagens, sendo seis (06) críticas a serviços, vinte (20) pedidos de informação e três (03) sugestões. Todas as mensagens foram devidamente respondidas e justificadas.

5.1.2 Serviço de Informação ao Cidadão em atendimento a Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso a Informação regulamentada pelo Decreto Nº 7.724/2012.

O acesso se dá por meio do link “Acesso à Informação”, no Portal da Unidade <http://www.museu-goeldi.br/portal/content/serviço-de-informação-ao-cidadão-sic>. O serviço pode ser acessado também pelo telefone (91) 3182-3242, pelo e-mail sic@museu-goeldi.br ou pessoalmente, no prédio da Rocinha, no Parque Zoobotânico, sito à Avenida Magalhães Barata, 376, CEP 66.040-170, entrada pela Travessa Nove de Janeiro.

Conforme tabelas e gráficos do Relatório emitido pelo sistema e-Sic (Apêndice 1) foram realizados onze (11) atendimentos, dos quais quatro (04) na categoria de Ciência, Informação e Comunicação - Ciência e Tecnologia, duas (02) de Economia e Finanças - Administração financeira, duas (02) de Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso, duas (02) de Ciência, Informação e Comunicação – Comunicação e uma (01) de Pessoa, família e sociedade – Família. As solicitações foram 100% atendidas, sem nenhum recurso pelo usuário.

A média de tempo das respostas tem sido de 25,82 dias. Foram nove (09) acessos concedidos e um (01) negado, por se tratar de solicitação de informação sigilosa. Os

solicitantes foram do Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Minas Gerais.

5.2 Carta de serviços ao cidadão

Em novembro de 2015, a UPC elaborou uma minuta da Carta de Serviços ao Cidadão (Apêndice 2), que está em fase de revisão e ajustes, para disponibilização à sociedade em abril de 2016, no portal institucional. Nesse documento constarão informações sobre todos os serviços disponíveis ao cidadão, relacionados às áreas de pesquisa, comunicação e gestão.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A avaliação de satisfação ainda não é feita de forma sistemática, mas os mecanismos estão sendo avaliados e para o exercício de 2016. Os dados de satisfação dos serviços da área de comunicação e extensão serão contabilizados.

Para as exposições que ocorreram no exercício em referência, foi utilizada pesquisa de opinião, através de questionário aplicado aos visitantes, por amostragem, com o objetivo de avaliar o nível de aceitação da exposição contemporânea concomitante com as exposições de caráter científico.

Oportuno, ressaltar que, o perfil do público que visitou as exposições é basicamente formado por jovens em nível de escolaridade médio a superior, que vem ao encontro dos propósitos da UPC, relacionadas ao despertar da vocação científica.

Como parte de suas atribuições com atividade museológica a UPC efetua a contagem anual de público que visita o Parque Zoobotânico e suas exposições como forma de avaliar o alcance de suas atividades e relação com seu público visitante (Quadros 24 e 25).

Quadro 24 -. Controle geral de visitantes ao Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi em 2015.

Origem de Dados	ANO: 2015												
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Bilheteria (público pagante)	20.820	12.678	12.080	13.723	18.439	13.078	26.182	15.472	13.266	17.040	11.358	10.415	184.551
Bilheteria (público gratuito)									6.820	11.963	7.850	5.335	31.968
Exposição 1*	9.312	5.017	6.358	5.167	6.037	5.300	12.986	5.144	5.129	6.234	4.081	4.188	74.953
Exposição 2*	7.536	4.103	3.774	4.426	4.613	4.007	9.280	4.226	3.951	4.274	3.069	2.811	56.070
Exposição 3*	0	1.528	1.259	1.251	273								4.311
Exposição 4*					1.085	1.417	3.111	1.137	1.014				7.764
Exposição 5*										1.164	920	220	2.304
Escolas/Grupos Religiosos/Diversos	275	152	593	1.515	1.035	2.609	1.101	1.413	2.004	1.651	1.972	594	14.914
Total Geral ***	21.095	12.830	12.673	15.238	19.474	15.687	27.283	16.885	15.270	18.691	13.330	11.009	231.433

Exposição 1: "A Festa do Cauim - Ka'apor akaju kawi ta'yn muherha" (a partir de 24/10/14 - aberta)

Exposição 2: "Visões: Arte Rupestre em Monte Alegre" (a partir de 16/05/2013 - aberta)

Exposição 3: "ME À YRY TEKREJARÔTI-RE - Trabalhos Artesanais dos Mebêngrokê-Kayapó da Aldeia Las Casas" - (a partir de 03/02/2015 - 03/05/2015)

Exposição 4: "Minha ilha: Campos Abertos do Marajó" - Fotografias de Octávio Cardoso (09/05/2015 a 27/09/2015)

Exposição 5: Arte Pará 2015: "Do que Permanece" - de 08/10/15 a 06/12/2015

OBS: O TOTAL GERAL *** está representado em público de bilheteria e grupos agendados.

O público de exposição não está incluído no cômputo geral, em função de já estar representado nos pagantes.

A partir de 01/09/2015 - Introdução da Catraca para contagem de público visitante e Alteração nos dias de abertura do PZB - de quarta a domingo e feriados e mudança nos horários de funcionamento da Rocinha e Livraria. Controle de visitas guiadas e livres passa para o controle única e exclusiva do NUVOP.

Total de público na expo "O Museu que Você não Conhece" desde 01/06/12 a 13/10/14 = 280.048 (contador manual) / 55.483 (livro de assinatura.)

Total de público na expo "Visões: Arte Rupestre em Monte Alegre" de 16/05/2013 a 31/12/2014 = 102.232 (cont. manual)

Quadro 25 – Dados adicionais dos visitantes do Parque Zoobotânico

Dados Adicionais	Origem de dados	ANO: 2015												
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Grupos que visitam as exposições	Expo 1**	188	134	307	410	299	727	394	407	897	937	533	628	5.861
	Expo 2	140	126	223	125	104	662	210	224	568	580	369	383	3.714
Turistas Estrangeiros	Expo 1, 2 e 3	82	144	118	89	89	88	306	238	104	105	124	91	1.578
Visitantes PNE's na Rocinha	Expo 1, 2 e 3							6	24	14	14	1	18	77

Expo 1** - "A Festa do Cauim - Ka'apor akaju kawi ta'yn muherha" (a partir de 24/10/14 - aberta)

"ME À YRY TEKREJARÔTI-RE - Trabalhos Artesanais dos Mebêngrôkê-Kayapó da Aldeia Las Casas" -(a partir de 03/02/2015 - 03/05/2015)

"Minha ilha: Campos Abertos do Marajó" - Fotografias de Octávio Cardoso (09/05/2015 a 27/09/2015)

Expo 2 - "Visões: Arte Rupestre em Monte Alegre" (a partir de 16/05/2013 - aberta)

OBS: A contagem foi distribuída da seguinte forma: os grupos que visitam as exposições estão divididos em 2 quadrantes: 1º quadrante - salão frontal e transversal

2º quadrante - salão dos fundos da Rocinha

Turistas estrangeiros - uma única contagem geral

Visitantes PNE'S - uma única contagem geral

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

No portal institucional <http://www.museu-goeldi.br/portal/home> são disponibilizadas no link “*O Museu*” (Figura 35) as informações gerais tais como:

- Apresentação com Missão e Objetivos estratégicos para o período 2011-2015
- História com linha do tempo e biografias de personalidades históricas da instituição
- Documentos institucionais tais como Relatórios anuais, Plano Diretor, Normas, Políticas, Regimento Interno
- Organograma
- Estrutura operacional com cargos e telefones
- Áreas de Atuação
- Onde fica? Com os endereços das bases físicas
- Para saber mais

Ainda no portal institucional o atalho “Acesso Rápido” (Figura 35) leva o usuário a informações relevantes da instituição tais como:

- Estrutura organizacional - <http://www.museu-goeldi.br/portal/content/estrutura-organizacional> ,
- Quem é quem? - <http://www.museu-goeldi.br/portal/content/quem-é-quem> ,
- Competências e atribuições institucionais – <http://www.museu-goeldi.br/portal/content/competências-e-atribuições>

Os Relatórios de Gestão, de Auditoria e os Pronunciamentos ministeriais são encontrados no link *Processos de Contas Anuais* – <http://www.museu-goeldi.br/portal/content/processos-de-contas-anuais>, no rodapé do portal. (Figura 36).

Museu Goeldi
O Museu da Amazônia
149 anos

MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI

O Museu Pesquisa Parque Zoológico Exibições Inclusão Social Bibliotecas Publicações Imprensa

Apresentação
História
Documentos
Organograma
Estrutura Operacional
Áreas de Atuação
Onde fica?
Para saber mais

Restauração florestal não se faz só
22 mar 2016

A pupunheira e seus usos práticos no dia-a-dia dos paraenses
21 mar 2016

Objetos sonoros que ressoam a pré-história na Amazônia
17 mar 2016

Tradicional Festa da Árvore celebra a pupunheira no Museu Goeldi
14 mar 2016

Leia mais... + Mais notícias

Agência de Notícias Destaque Amazônia

22/03/2016 - 14:00

Nova fase da campanha dos 150 anos do Museu Goeldi

Parceria com o Governo do Estado possibilitará que jovens assistidos pelas fundações Pro Paz e Fasepa sejam capacitados como agentes ambientais no Parque Zoológico

Este portal fornece informações sobre a diversidade linguística da Amazônia brasileira.

Este canal é organizado pelo Programa Biodiversidade da Amazônia do Museu Goeldi/MTCL.

O Programa de Estudos Costeiros tem como foco principal os ecossistemas costeiros da Amazônia.

Redes sociais

Acesso rápido

Acesso à Informação
Coleções
Pós-graduação
Bolsas
Laboratórios
Estação Científica Ferreira Penna
Transferência de Tecnologia e Inovação
Ouvidoria
Webmail

Periódicos

Agenda

Março

d	s	t	q	q	s	s
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

Galeria de vídeos Galeria de imagens

trip

Figura 35 - Disponibilização das informações institucionais no site da UPC (<http://www.museu-goeldi.br/portal/home>)

The image shows the website of Museu Goeldi. At the top, there is a navigation bar with 'BRASIL' and 'Acesso à informação'. The main header features the museum's logo and the text 'Museu Goeldi O Museu da Amazônia 149 anos'. Below the header is a menu with categories like 'O Museu', 'Pesquisa', 'Parque Zoológico', etc.

The main content area includes a large banner for a call for applications for a research grant in technological development and innovation. Below this, there is a 'Agência de Notícias' section with several news items, such as 'Nova fase da campanha dos 150 anos do Museu Goeldi' and 'Restauração florestal não se faz só'. To the right, there are sections for 'Redes sociais', 'Acesso rápido', 'Periódicos', and 'Agenda'.

The 'Canais temáticos' section is divided into three columns: 'LÍNGUA INDÍGENA', 'BIODIVERSIDADE', and 'ESTUDOS COSTEIROS'. Below this is a 'Galeria de vídeos' section with four video thumbnails, each with a 'Download File' button.

At the bottom, there is a 'Museu Goeldi de A a Z' section with a grid of links. A red arrow points to the 'Auditorias Anuais' link in the first column. Other links include 'Acesso à Informação', 'Agência de Notícias', 'Áreas de Atuação', 'Arqueologia', 'Bibliotecas', 'Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna', 'Boletim do Museu Goeldi', 'Botânica', 'Boletim Ciências Humanas', 'Boletim Ciências Naturais', 'Clara M. Galvão', 'Clipping do Dia', 'Coletivo Educadores', 'Destaque Amazônia', 'Downloads', 'Estação Científica', 'Ferreira Penna', 'Exposições', 'História do Museu', 'Galeria de Imagens', 'Imprensa', 'INCT', 'Institucional', 'Licitações e Contratos', 'Linguística', 'Linha do Tempo', 'Livros e Material Didático', 'Museologia', 'Museu na Mídia', 'O Museu', 'Organograma', 'Ouvidoria', 'Parque Zoológico', 'Pesquisador Mirim', 'Prêmio Márcio Ayres PPBIO Amazônia Oriental', 'Quem é Quem', 'Repositório digital', 'Sobre o Parque', 'Vídeos', and 'Webmail'.

The footer contains contact information for the 'Parque Zoológico' and 'Campus de Pesquisa', along with a copyright notice for 2015.

Figura 36 - Disponibilização de informações sobre relatórios de gestão, de auditoria e os pronunciamentos ministeriais

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O Museu Goeldi tem sido pioneiro entre as instituições museológicas da cidade em promover a acessibilidade de portadores de deficiência. As exposições realizadas no espaço expositivo da Rocinha e, mesmo aquelas apresentadas em outros espaços, têm privilegiado a acessibilidade a deficientes visuais e com baixa visão, utilizando tanto a linguagem de sinais, quanto textos em braile e maquetes táteis (figura 37 a 39).

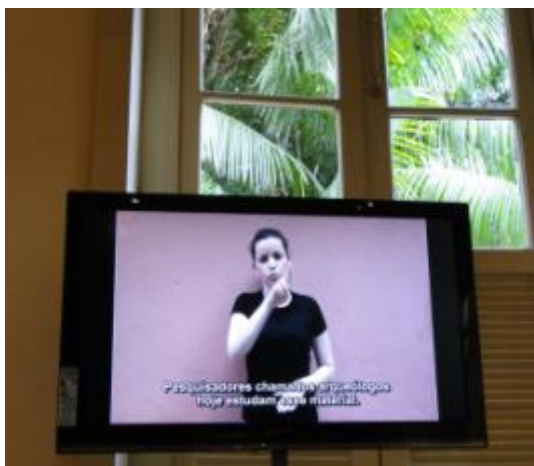


Figura37. – Vídeo editado em Linguagem Brasileira de Sinais



Figura39 – Acervo expositivo tátil



Figura 38. - Recursos inclusivos: réplica do acervo em miniatura, pinturas com relevo e textos em braile

A acessibilidade é uma prioridade constante na gestão do Museu Goeldi e é constatada em todas as áreas, desde os passeios (no Parque Zoobotânico), prédios expositivos (Rocinha e Aquário) e exposições. Neste caso, o Núcleo de Museografia trabalha sempre com uma expografia onde a acessibilidade é contemplada, de modo a atender o cumprimento das normas. O layout e as vitrines das exposições são planejados pensando no público em geral e,

também, considera os portadores de baixa-visão, os com mobilidade reduzida, além dos que apresentam perda auditiva.

A equipe de atendimento é treinada para orientar visitantes que requerem atenção diferenciada, inclusive, quando fala outro idioma.

Em 2015 a portaria de acesso ao parque Zoobotânico recebeu adaptações, para a melhoria de acesso do público com mobilidade reduzida, através de construção de piso direcional para deficientes visuais e rampas com declividade e largura mais adequadas (Figura 40).



Figura40 - A)Piso direcional para deficientes visuais; B) rampa com largura e declividade para maior acessibilidade

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A unidade realiza, mensalmente, o registro contábil das informações relativas à depreciação, amortização ou exaustão de itens do patrimônio, com base na NBC T 16.9 e no manual Siafiweb para a Macrofunção 02.03.30. A estimativa da vida útil econômica do ativo, assim como a metodologia de cálculo e taxas empregadas são aquelas descritas na Macrofunção. Já os procedimentos descritos na NBC T 16.10 são aplicados para reavaliação e redução ao valor recuperável do Imobilizado. Está previsto para ser utilizada esta metodologia, também, para o Intangível, mas somente a partir do exercício 2016.

6.2 Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

A Conformidade Contábil tem como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a Conformidade dos Registros de Gestão, o Manual SIAFI Web e outros instrumentos que subsidiam o processo.

O registro da Conformidade Contábil compete a profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com as suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim.

No que se refere ao registro da Conformidade Contábil das Unidades Gestoras da Administração Direta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação a responsabilidade é de competência da Setorial Contábil de Órgão Superior que é a unidade de gestão interna do Ministério responsável pelas orientações, bem como pelo acompanhamento contábil das Unidades Gestoras Executoras da administração direta e dos órgãos e entidades vinculadas, portanto, não cabendo discussão no que se refere à segregação de função neste processo.

As responsáveis pelo registro são: a Coordenadora de Contabilidade e Programação Financeira titular e sua respectiva substituta, designadas pelas Portarias SPOA nº 159, de 06/20/2010 e nº 44, de 07/04/2014.

O registro é realizado, mensalmente, mediante análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial em cada Unidade Gestora Executora, podendo ser registrada com restrição ou sem restrição, após as principais análises abaixo relacionadas:

- Transação BALANCETE – contas contábeis com saldo invertido, alongado, irrisório e outros;

- Transação CONDESAUD – consulta desequilíbrio de equação de auditor: permite identificar as inconsistências detectadas pelas equações cadastradas nos sistemas, em função de lançamentos ou saldos nas contas e itens de demonstrativo;
Transação CONCONFREG – consulta conformidade de registros de gestão;
- Transação CONDEMCON – consulta inconsistências ou desequilíbrios nas demonstrações contábeis.

No âmbito do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG – Unidade Gestora Executora no SIAFI nº 240125, é demonstrado no quadro abaixo, o quantitativo de restrições registradas durante o exercício de 2015:

Quadro 26 – Quantitativo de restrições registradas durante o exercício 2015

UG	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANUAL
240125 -MPEG	3	1	1	3	4	3	2	2	3	2	2	1	27

Justificativa: Durante o exercício a unidade apresentou ocorrências de ressalvas por falta de registro da depreciação, convênios a comprovar com data expirada, saldos invertidos em contas correntes e registro na conta “outros”, contudo no mês de dezembro houve o registro de apenas uma restrição contábil, tendo em vista convênio SIAFI nº 023902, firmado com a Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA pendente de comprovação. Segundo a unidade, inúmeras cobranças foram encaminhadas, porém a convenente alega que não dispõe mais de tais documentos. De qualquer forma a unidade envidará esforços no sentido de sanar a pendência no decorrer do exercício de 2016.

Brasília, DF., 25 de janeiro de 2016.

Eliana Yukiko Takenaka

CRC/DF – 006666/O-1

6.3 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Quadro 27 – Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no SIAFI

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG			240125
<p>De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete, auditores contábeis (CONDESAUD) e na conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial inclusos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG, EXCETO no tocante à restrição registrada na conformidade contábil do mês de dezembro, apresentada na Unidade Gestora Executora 240125-MPEG, conforme abaixo:</p> <p>a) Restrição Contábil 656 – Convênios a Comprovar com data expirada.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	29/01/2016
Contador Responsável	Eliana Yukiko Takenaka	CRC n.º	DF-006666/O-1

6.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Inicialmente, cabe esclarecer que órgão não é uma Unidade Orçamentária – UO, de modo que não faz sentido apresentar o balanço orçamentário, pois não há dados a apresentar. Seguem as demonstrações contábeis da Lei 4.320/64, Quadros 28, 29 e 30.

Quadro 28 – Balanço financeiro da UPC

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	2015	ESPECIFICAÇÃO	2015
Receitas Orçamentárias	-	Despesas Orçamentárias	11.724.587,22

Ordinárias	-	Ordinárias	11.181.514,34
Vinculadas	-	Vinculadas	543.072,88
Educação		Educação	
Seguridade Social (Exceto RGPS)		Seguridade Social (Exceto RGPS)	
Operação de Crédito		Operação de Crédito	20.000,00
Alienação de Bens e Direitos		Alienação de Bens e Direitos	
Transferências Constitucionais e Legais		Transferências Constitucionais e Legais	
Previdência Social (RGPS)		Previdência Social (RGPS)	
Doações		Doações	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	523.072,88
Outros Recursos Vinculados a Fundos		Outros Recursos Vinculados a Fundos	
Demais Recursos		Demais Recursos	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-		
Transferências Financeiras Recebidas	13.295.976,65	Transferências Financeiras Concedidas	61.969,07
Resultantes da Execução Orçamentária	9.001.992,29	Resultantes da Execução Orçamentária	34.557,63
Cota Recebida		Cota Concedida	
Repasso Recebido		Repasso Concedido	31.117,75
Sub-repasso Recebido	9.001.992,29	Sub-repasso Concedido	3.439,88
Recursos Arrecadados - Recebidos		Recursos Arrecadados - Concedidos	
Valores Diferidos - Baixa		Valores Diferidos - Baixa	
Valores Diferidos - Inscrição		Valores Diferidos - Inscrição	
Correspondência de Débitos		Correspondências de Créditos	
Cota Devolvida		Cota Devolvida	
Repasso Devolvido		Repasso Devolvido	
Sub-repasso Devolvido		Sub-repasso Devolvido	
Independentes da Execução Orçamentária	4.293.984,36	Independentes da Execução Orçamentária	27.411,44
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	4.293.984,36	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	20.714,42
Demais Transferências Recebidas		Demais Transferências Concedidas	
Movimentação de Saldos Patrimoniais		Movimento de Saldos Patrimoniais	6.697,02
Movimentações para Incorporação de Saldos		Movimentações para Incorporação de Saldos	
Aporte ao RPPS	-	Aporte ao RPPS	-
Aporte ao RGPS	-	Aporte ao RGPS	-
Recebimentos Extraorçamentários	4.241.452,71	Despesas Extraorçamentárias	5.003.961,55
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	30.859,30	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	38.429,05
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3.725.639,14	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.931.439,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.355,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	34.092,70
Outros Recebimentos Extraorçamentários	478.599,27	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	
Restituições a Pagar		Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	
Passivos Transferidos		Pagamento de Passivos Recebidos	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	
Arrecadação de Outra Unidade	478.599,27	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	
Variação Cambial		Variação Cambial	
Valores para Compensação		Valores Compensados	
Valores em Trânsito		Valores em Trânsito	
DARF - SISCOMEX		Ajuste Acumulado de Conversão	
Ajuste Acumulado de Conversão		Demais Pagamentos	
Demais Recebimentos			
Saldo do Exercício Anterior	403.022,41	Saldo para o Exercício Seguinte	1.149.933,93
Caixa e Equivalentes de Caixa	403.022,41	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.149.933,93
TOTAL	17.940.451,77	TOTAL	17.940.451,77

Quadro 29 – Balanço patrimonial da UPC

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	2.097.740,13	1.490.891,92	PASSIVO CIRCULANTE	31.038,54	66.166,75
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.149.933,93	403.022,41	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	30.859,30	32.891,66
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	179,24	33.275,09
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	313.351,51	373.351,51			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	634.454,69	714.518,00			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.169.570,66	23.986.375,64	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.352,89	3.352,89	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	3.352,89	3.352,89	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	1.839,09	1.839,09	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	31.038,54	66.166,75
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
			Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Propriedades para Investimento	-	-			
			Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
			Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
			Reservas de Lucros	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
			Demais Reservas	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
			Resultados Acumulados	25.236.272,25	25.411.100,81
Demais Investimentos Permanentes	1.839,09	1.839,09			
			Resultado do Exercício	-220.400,10	-
Demais Investimentos Permanentes	1.839,09	1.839,09			
			Resultados de Exercícios Anteriores	25.411.100,81	25.411.100,81
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			

			Ajustes de Exercícios Anteriores	45.571,54	-
Imobilizado	23.144.767,28	23.961.572,26			
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Móveis	10.340.631,29	9.883.941,99			
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.236.272,25	25.411.100,81
Bens Móveis	11.950.696,03	10.970.229,97			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.610.064,74	-1.086.287,98			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	12.804.135,99	14.077.630,27			
Bens Imóveis	12.945.207,04	14.249.003,88			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-141.071,05	-171.373,61			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	19.611,40	19.611,40			
Softwares	12.000,00	12.000,00			
Softwares	12.000,00	12.000,00			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			

(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	7.611,40	7.611,40				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	7.611,40	7.611,40				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-				
Diferido	-	-				
Diferido		-				
(-) Amortização Acumulada		-				
TOTAL DO ATIVO	25.267.310,79	25.477.267,56	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.267.310,79	25.477.267,56	

Quadro 30 – Demonstração das variações patrimoniais da UPC

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
	2015
VARIACIONES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	13.939.417,74
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-
Impostos	-
Taxas	-
Contribuições de Melhoria	-
Contribuições	-
Contribuições Sociais	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-
Contribuição de Iluminação Pública	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	433.076,69
Venda de Mercadorias	35.515,00
Vendas de Produtos	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	397.561,69
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	101,30

Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-
Juros e Encargos de Mora	101,30
Variações Monetárias e Cambiais	-
Descontos Financeiros Obtidos	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-
Aportes do Banco Central	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-
Transferências e Delegações Recebidas	13.295.976,65
Transferências Intragovernamentais	13.295.976,65
Transferências Intergovernamentais	-
Transferências das Instituições Privadas	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-
Transferências de Consórcios Públicos	-
Transferências do Exterior	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-
Transferências de Pessoas Físicas	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-
Valorização e Ganhos e/ Ativos e Desincorporação de Passivos	164.591,82
Reavaliação de Ativos	-
Ganhos com Alienação	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	164.591,82
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	45.671,28
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-
Resultado Positivo de Participações	-
Operações da Autoridade Monetária	-
VPA de Dívida Ativa	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	45.671,28
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	14.159.817,84
Pessoal e Encargos	42.252,55
Remuneração a Pessoal	-
Encargos Patronais	20.475,31
Benefícios a Pessoal	21.777,24
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	56.180,84
Aposentadorias e Reformas	-
Pensões	-
Benefícios de Prestação Continuada	-
Benefícios Eventuais	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	56.180,84
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	9.754.725,52
Uso de Material de Consumo	538.808,32
Serviços	8.676.871,46
Depreciação, Amortização e Exaustão	539.045,74
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	250,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-
Juros e Encargos de Mora	-
Variações Monetárias e Cambiais	-
Descontos Financeiros Concedidos	250,00
Aportes ao Banco Central	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-
Transferências e Delegações Concedidas	2.342.592,82
Transferências Intragovernamentais	61.969,07
Transferências Intergovernamentais	-
Transferências a Instituições Privadas	2.067.880,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-
Transferências a Consórcios Públicos	-
Transferências ao Exterior	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	212.743,75
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.960.008,21
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-
Perdas com Alienação	-
Perdas Involuntárias	-
Incorporação de Passivos	-
Desincorporação de Ativos	1.960.008,21

Tributárias	410,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-
Contribuições	410,40
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-
Custos dos Produtos Vendidos	-
Custo dos Serviços Prestados	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.397,50
Premiações	-
Resultado Negativo de Participações	-
Operações da Autoridade Monetária	-
Incentivos	-
Subvenções Econômicas	-
Participações e Contribuições	-
Constituição de Provisões	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	3.397,50
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-220.400,10

7. ÁREAS ESPECIAIS EM GESTÃO

7.1 Gestão de Pessoas

7.1.1 Estrutura de pessoal da Unidade

A lotação autorizada para a UPC é de trezentos e dez (310) funcionários, mas no exercício em referência, os servidores efetivos perfazem um total de duzentos e quarenta e um (241), ou seja, aproximadamente 78% da lotação regulamentar. Desses funcionários, duzentos e cinquenta e um (251) são servidores de carreira e três (03) não possuem vínculo com a administração pública. No exercício em análise vinte (20) funcionários tornaram-se egressos, por motivo de aposentadoria.

No quadro abaixo está sumarizada a quantificação da força de trabalho da UPC.

Quadro 31 – Força de Trabalho da UPC – situação em 31/12/2015

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	310	241	1	20
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	294	241	1	20
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	294	241	1	20
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.3. Servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo	16	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	4	3	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	314	244	1	20

A distribuição da força de trabalho, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocessos finalísticos pode ser acompanhada no Quadro 32. O mesmo acontecendo com a distribuição quantitativa da lotação efetiva nas áreas meio e fim (Quadro 33).

Quadro 32 – Distribuição da força de trabalho no âmbito dos macroprocessos finalísticos

Macroprocessos Finalísticos	Distribuição Quantitativa
Pesquisa	57 pesquisadores 5 tecnologistas/analistas 4 técnicos de nível superior
Inovação Tecnológica	01 tecnologista 02 assistentes de C&T
Formação de Recursos Humanos (*)	36 pesquisadores (aptos a orientarem em programas de pós-graduação – Mestrado e Doutorado)
Comunicação de Conhecimentos (**)	02 pesquisadores 10 tecnologistas 11 analistas em C&T 10 técnicos 21 assistentes em C&T 02 cargos comissionados
Manutenção de Acervos (***)	21 pesquisadores 05 tecnologistas 03 analistas 01 técnico
Gestão	112 (técnicos e assistentes) 01 cargo comissionado

(*) Incluídos na distribuição quantitativa do macroprocesso pesquisa

(**) Subtraídos 32 funcionários que atuam na gestão

(***) Quantitativo distribuído nos macroprocessos pesquisa, comunicação de conhecimentos

Quadro 33.- Distribuição da lotação efetiva por área meio e fim

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2 + 1.3)	116	128
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	115	126
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	115	126
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
1.3. Servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo	0	0

2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	116	128

No quadro seguinte é demonstrada a distribuição de cargos em comissão e de funções gratificadas da UPC

Quadro 34 Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	24	23	0	0
1.1.Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	24	23	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	20	20	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	4	3	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	24	23	0	0

Atualmente a UPC dispõe de pouco mais de 70% da lotação autorizada (310 servidores) datada da década de 90. Levando-se em consideração os compromissos assumidos por uma instituição sesquicentenária de capital prestígio internacional, altamente demandada pela comunidade acadêmica e a sociedade geral, nos últimos 25 anos, ainda que a lotação

autorizada estivesse completamente ocupada, seria insuficiente para o atendimento pleno da demanda e, sobretudo, da missão institucional.

O número de servidores com idade para aposentadoria cresce exponencialmente a cada ano, sem que ocorra a necessária reposição por parte do Governo Federal. Em 2014, aproximadamente 5% dos servidores que compunham o quadro de efetivos aposentaram-se. Em 2015, este contingente subiu para aproximadamente 7% (9 Pesquisadores, 3 Técnicos e 5 Assistentes em C&T). A projeção para 2016 é que mais 26 funcionários efetivos entrem em processo de aposentadoria.

Assim, a força de trabalho da UPC vem sendo severamente impactada em termos quantitativos nos dois últimos exercícios (2014 e 2015), e com previsão de piora para os próximos anos, o que, logicamente, ocasionará impacto severo no desempenho institucional, inclusive podendo levar à desativação de algumas linhas de pesquisa e comprometimento, até mesmo, da missão institucional.

No que pese a limitação quantitativa do corpo funcional, a UPC vem atingindo e, em alguns casos, superando os indicadores de desempenho pactuados com o MCTI ao longo dos cinco últimos anos, sobretudo àqueles relacionados às suas atividades finalísticas (pesquisa, formação de recursos humanos e comunicação e popularização da ciência). Tal fato reflete o compromisso e o esforço coletivo do quadro funcional em manter os macroprocessos finalísticos e da gestão administrativa em um patamar de eficiência aceitável, apesar da nítida sobrecarga de demandas.

A avaliação sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim é motivo de preocupação. Partindo-se do princípio que a UPC é uma instituição de pesquisa, que tem como macroprocessos finalísticos principais o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, formação de recursos humanos e comunicação da ciência, a relação área fim/área meio é de praticamente 1 para 1. Cabe ressaltar que, do quantitativo lotados na gestão, 49,7% desempenham atividades de cunho estritamente administrativo; o restante atua como apoio administrativo às atividades finalísticas.

O atual Regimento Interno e a estrutura organizacional da UPC mostram-se inadequados e subdimensionados; frente aos desafios e demandas atuais. Tal defasagem remete a problemas gerenciais, a começar pela infringência ao princípio da isonomia entre os institutos de pesquisa do MCTI, uma vez que reconhece e remunera de maneira desigual cargos com responsabilidade semelhante; sobrecarregando os responsáveis pela gestão da UPC em razão da inexistência de cargos fundamentais, como os de Chefe de Gabinete, de

Coordenador de Núcleos entre outros, impedindo a institucionalização de setores vitais para o instituto como os Núcleos Editoriais, de Engenharia e Arquitetura, de Inovação e Transferência de Tecnologia, de Licitações, Contratos e Convênios, e o Núcleo de Museografia ou de setores que se mostraram importantes para seu bom funcionamento, como vários serviços administrativos, desmotivando, assim, potenciais líderes da instituição pela sobre remuneração dos cargos mais elevados.

Para finalizar, o seguido corte orçamentário ocorrido, nos três últimos exercícios, vem impedindo maiores investimentos em treinamentos e capacitações, sobretudo do corpo funcional ligado à gestão, tornando-se assim um fator de desestímulo e desmotivação.

7.1.2 Demonstrativo de despesas com Pessoal

Quadro 35 - Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois exercícios anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificação	Adicionais	Indenização	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	17.239.920,59	576.553,29	7.329.884,44	1.847.631,22	1.182.132,00	1.397.849,38	72.164,17	3.918,62	262.031,79	29.912.085,50
	2014	17.237.158,72	521.184,54	7.652.215,19	1.804.010,46	1.385.633,98	1.528.039,34	47.664,11	33.993,98	286.688,36	30.496.588,68
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0	109.733,88	0	0	0	0	0	0	0	109.733,88
	2014	0	108.295,27	0	0	0	0	0	0	0	108.295,27
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com contrato temporário											

7.1.3 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal

A redução que vem ocorrendo no quadro de servidores da UPC, intensificada nos últimos dois anos, gera, entre outros prejuízos, a sobrecarga de trabalho para o corpo efetivo de servidores que permanecem em exercício, o que, por sua vez, gera um elevado grau de estresse nos servidores que precisam desempenhar inúmeras atividades que em um ambiente ideal seriam desempenhadas pelo dobro ou mais de servidores.

Considerando o quadro retrocitado e buscando minimizar os riscos que essa situação traz, a UPC realiza, sempre que necessário, a reorganização do seu quadro funcional, movimentando os servidores de forma que a estrutura de lotação do corpo funcional se alinhe às ações ou setores estratégicos da Instituição.

A UPC também tem realizado ações, com o apoio de estagiários do curso de Segurança do Trabalho, buscando identificar as possíveis situações de risco presentes no ambiente de trabalho, que prejudicam o desempenho individual e institucional e que possam provocar acidentes, especialmente acidentes de trabalho. De posse do mapeamento dos riscos a UPC adotará medidas que eliminem ou minimizem esses riscos, de forma a tornar o ambiente de trabalho um local adequado ao desempenho das atividades laborais dos servidores, o que naturalmente favorece o desempenho da Instituição.

7.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

As informações referentes aos contratos de serviços e pessoal de apoio para realizar trabalhos fora da relação das atividades-fim estão disponibilizados no site da UPC (<http://www.museu-goeldi.br/portal/content/licitacoes-e-contratos-do-museu-goeldi>) para acesso irrestrito (Figura 41)

A visão gerencial das contratações, em termos de quantidade pode ser acompanhada no Quadro 36, informações referentes aos valores das contratações podem ser acessadas diretamente no site retrocitado.

O contingente de mão-de-obra terceirizada corresponde atualmente a 153 prestadores de serviços que estão alocados nos contratos de prestação de serviços de TI e Apoio Operacional (50); Serviços de Limpeza e Conservação – áreas internas e externas (50); serviços de Vigilante e Apoio Operacional da ECFPn (21); e serviços de Vigilância – Parque/Campus (32). Contudo, ainda permanece o problema da utilização excessiva de mão-

de-obra terceirizada, haja vista que o contingente atual corresponde a 34% da força de trabalho efetiva da UPC.

Embora se trate de categorias de mão-de-obra legalmente autorizadas para contratação por meio de terceirização, especialmente na área de tecnologia, é evidente a dependência da UPC por mão-de-obra terceirizada, considerando que no quadro de efetivo da Unidade há apenas dois servidores da área de TI.

BRASIL Acesso à informação Participe Serviços Legislação Canais

Museu Goeldi
O Museu da Amazônia
149 anos

O Museu Pesquisa Parque Zoológico Exposições Inclusão Social Bibliotecas Publicações Imprensa

Início » Acesso à Informação

Licitações e Contratos do Museu Goeldi

Redes sociais



Acesso rápido

- ▼ Acesso à Informação
 - Institucional
 - Ações e Programas
 - Auditorias e Relatórios de Gestão
 - Convênios
 - Despesas
 - Licitações e Contratos
 - Servidores
 - Sobre a Lei de Acesso

Tweetar Gosto 0 G+ 0 Share

Licitações e Contratos do Museu Goeldi

As informações sobre as licitações e contratos da instituição estão disponíveis na página Transparência Pública, com informações obtidas do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal (SIASG) e atualizadas periodicamente.

Para acessar Licitações [clique aqui](#).

Para acessar Contratos [clique aqui](#).

Transparência Pública
Execução Orçamentária | Licitações | Contratos | Convênios | Diárias e Passagens | CEIS
Por Modalidade | Por Ano | Por Situação | Por Contratado | Por Unidade Gestora | Busca Avançada

Contratos - Consulta por Ano

Ano: 2015 Pesquisar Refinar Busca

Dados atualizados até: 12/02/2016

Numero	Modalidade	Situação	Contratado	Unidade Gestora	Objeto
000000020/2015	Inexigibilidade de licitação	ATIVO	63.067.904/0002-35 - LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO-E INDUSTRIA DE PRODUT	MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI - 240125	Serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva em equipamento de laboratório, sequenciador automático ABI modelo 3130-4do MPEG. ASSINAM: pelo MCTI/MPEG: Roseny Rodrigues Mendes de Mendonça e pela Life Technologies Brazil Comercio e Indústria de Produtos para Biotecnologia Ltda: Marcos Damian Causzi.
000000019/2015	Dispensa de licitação	ATIVO	04.558.234/0001-00 - AMAZON CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI - 240125	Serviços operacionais de forma continuada, com fornecimento de mão de obra, que serão prestados nas condições estabelecidas no TR, anexo do edital. ASSINAM: pelo MCTI/MPEG: Nilson Gabas Júnior e pela Amazon Construções e Serviços LTDA: Fernanda Wanderley Oliveira.
000000018/2015	Pregão	ATIVO	40.432.544/0001-47 - BCPS/A	MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI - 240125	Contratação de serviços telefônicos nas modalidades de fixo local, longa distância nacional, modalidade intra-regional (região 1), inter-regional (regiões 2 e 3) e longa distância internacional, para chamadas originadas do serviço telefônico fixo comutado, fixo para fixo, fixo para móvel com origem em Belem e Breves. ASSINAM: pelo MCTI/MPEG: Nilson Gabas Júnior e pela Claro S/A: Edilson Ramos Pereira Filho e Regina Zanfe do Nascimento.
000000017/2015	Pregão	ATIVO	03.257.467/0001-00 - E.SANTOS LIMA VIGILANCIA ESEGURANCA LTDA - ME	MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI - 240125	Contratação de serviços de vigilância armada diurna e noturna para atender as necessidades do MCTI/MPEG. ASSINAM: pelo MCTI/MPEG: Nilson Gabas Júnior e pela E. Santos Lima Vigilância e Segurança Eireli: Rodolfo Santa Brígida das Neves.
000000016/2015	Pregão	CONCLUIDO	07.759.026/0001-67 - PARA AMAZON COMERCIO DE ALIMENTOS-LTDA - ME	MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI - 240125	Fornecimento de Gêneros alimentícios do tipo: hortifrutigranjeiros, carne, frango, peixe, fritos e alimentos não perecíveis para a EC Pn do MCTI/MPEG. ASSINAM: pelo MCTI/MPEG: Nilson Gabas Júnior e pela Para Amazon Comercio de Alimentos Ltda - ME: Francisco Silva Bastos.
000000015/2015	Pregão	CONCLUIDO	13.350.461/0001-36 - M.MINDELO DE MIRANDA & CIA LTDA --EPP	MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI - 240125	Fornecimento de gêneros alimentícios do tipo: hortifrutigranjeiros, carne, frango, peixe, fritos e alimentos não perecíveis para a EC Pn do MCTI/MPEG. ASSINAM: pelo MCTI/MPEG: Nilson Gabas Júnior e pela M. Mindelo de Miranda e ia Ltda: Márcia Mindelo de Miranda.
000000014/2015	Pregão	CONCLUIDO	03.220.264/0001-49 - TRANSCOURIER LTDA. - ME -	MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI - 240125	Serviço de transporte de material expositivo e acervo museológico. ASSINAM: pelo MCTI/MPEG: Nilson Gabas Júnior e pela Transcourier Ltda: Mauricio Pinheiro Reis.
000000012/2015	Pregão	CONCLUIDO	04.542.330/0001-60 - FERRARI & CIA LTDA	MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI - 240125	Aquisição de 01(um) motor de popa novo a gasolina com potência 90 HP incluindo entrega, instalação e testes.

Figura.41.- Acesso às informações de contratos de serviços e pessoal de apoio via site da UPC.

Quadro 36.- Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.

Unidade Contratante								
Nome: MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI								
UG/Gestão: 240125					CNPJ: 04.108.782/0001-38			
Informações sobre os Contratos								
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Mínimo Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.
			Início	Fim	F	M	S	
2009	Serviço de vigilância armada e monitorada de alarmes eletrônicos e de sistema de CFTV nas áreas físicas do MPEG.	05.742.568/0001-00	02/09/2009	30/08/2015	X	—	—	E
2010	Serviço de Tecnologia da Informação (TI).	07.178.322/0001-74	31/12/2010	29/06/2015	—	—	X	E
2010	Serviço de operacionalização, técnico/administrativa para a execução da Estação Científica Ferreira Penna do Museu Paraense Emílio Goeldi.	03.940.283/0001-40	05/10/2010	28/08/2015	—	X	—	E
2011	Serviço de limpeza, conservação e higienização dos prédios, viveiros, canteiros e vias das dependências físicas do MCTI/MPEG.	10.450.194/0001-81	04/03/2011	26/08/2016	X	X	—	P
2014	Serviço Operacional.	07.270.170/0001-35	24/11/2014	23/11/2015	X	X	—	E
2014	Serviço para atender as demandas das ações museais, de comunicação e pesquisa do MCTI/MPEG.	10.450.194/0001-81	25/10/2014	23/10/2016	—	X	X	A
2015	Serviço de vigilância armada, diurna e noturna para atender as necessidades do MCTI/MPEG.	03.257.467/0001-00	31/08/2015	30/08/2016	X	—	—	A
2015	Serviço, com mão de obra residente, para atender as necessidades do MPEG, na unidade de pesquisa em Cuiabá,	05.427.994/0001-40	17/12/2015	16/12/2016	X	—	—	A

	futuro Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal – INPP.							
2015	Serviço de vigilância armada diurna e noturna para atender as necessidades do futuro Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal - INPP	05052780/0002-18	28/12/2015	27/12/2016	X	-	-	A
2015	Serviço Operacional.	04.558.234/0001-00	27/11/2015	26/11/2016	X	X	-	A

LEGENDA

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

A UPC apresenta uma política bem definida para a contratação de estagiários, possibilitando vagas para estágios obrigatórios (aqueles solicitados por IES devidamente conveniadas com a UPC, objetivando carga horária complementar para estudantes de nível superior e médio) e os não-obrigatórios (formação de recursos humanos em nível superior e médio), alocados nas áreas meio e fim. Nesta segunda categoria, a UPC destina recursos para pagamento dos estagiários cadastrados e selecionados pelo CIEE.

No exercício em análise a UPC contratou setenta e sete (77) estagiários, importando em um desembolso de R\$ R\$ 217.748,52 (Quadro 37)

Quadro 37 - Quantitativo de contratos de estágios vigentes em 2015

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes								Despesa no exercício (em R\$)
	1° Trimestre	2° Trimestre	3° Trimestre			4° Trimestre			
	Não Obrig.	Não Obrig.	Não Obrig.	Obrig (1)	Total	Não Obrig.	Obrig (1)	Total	
1. Nível superior	27	28	29	8	37	30	0	30	160.495,59 (2)
1.1 Área Fim	15	15	18	8	26	17	0	17	
1.2 Área Meio	12	13	11	0	11	13	0	13	
2. Nível Médio	11	17	19	21	40	17	12	29	57.252,93 (2)
2.1 Área Fim	1	7	7	21	28	7	12	19	
2.2 Área Meio	10	10	12	0	12	10	0	10	
3. Total (1+2)	38	45	48	29	77	47	12	59	217.748,52 (2)

A UPC dispõe de normatização interna, com as regras de contratação, as exigências sobre especialização, limites e impedimentos para contratação, em forma de cartilha digital, que será disponibilizada para acesso no site institucional a partir de junho de 2016.

A visão gerencial da quantidade de estagiários na área meio e na área fim, as despesas com as contratações e a evolução das quantidades e das despesas nos últimos três exercícios (2013 a 2015) é apresentada no quadro 38. Evidencia-se que nos três últimos exercícios houve um acréscimo de aproximadamente 9% nos recursos destinados a pagamento de estagiários e um aumento em torno de 22% no quantitativo de estagiários.

O Museu Goeldi em 2015 ampliou a disponibilidade de vagas para estágio obrigatório, a partir de convênios celebrados com Instituições de Ensino, o que vai ao encontro da sua missão, uma vez que dentre às suas finalidades está a formação de recursos humanos

Quadro 38- Visão gerencial do panorama evolutivo da quantidade e despesas de contratações de estagiários no período 2013-2015.

Exercício de Referência - 2013					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (R\$)
	1° Trimestre	2° Trimestre	3° Trimestre	4° Trimestre	
1. Nível superior	53	56	41	33	-
1.1 Área Fim	24	27	12	5	-
1.2 Área Meio	29	29	29	28	188.896,00
2. Nível Médio	9	9	9	9	-
2.1 Área Fim	0	0	0	0	-
2.2 Área Meio	9	9	9	9	11.620,00
3. Total (1+2)	62	65	50	42	R\$ 200.516,00
Exercício de Referência - 2014					
1. Nível superior	30	43	31	(1) 35	177.459,21
1.1 Área Fim	10	22	12	(1)14	
1.2 Área Meio	20	21	19	21	
2. Nível Médio	09	10	09	11	33.972,55
2.1 Área Fim	08	09	08	09	
2.2 Área Meio	01	01	01	02	
3. Total (1+2)	39	53	40	46	R\$ 211.431,76
Exercício de Referência - 2015					
1. Nível superior	27	28	37	30	160.495,59 (2)
1.1 Área Fim	15	15	26	17	
1.2 Área Meio	12	13	11	13	
2. Nível Médio	11	17	40	29	57.252,93 (2)
2.1 Área Fim	10	10	28	19	
2.3 Área Meio					
2.4	1	7	12	10	
3. Total (1+2)	38	45	77	59	R\$ 217.748,52 (2)

7.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

7.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

O Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), é um órgão da Administração Direta, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) localizado em Belém, Pará, à Avenida Magalhães Barata, 376, Bairro São Braz, inscrito no CNPJ sob o nº 04.108.782.0001-38. Até o ano de 2000 o MPEG pertencia a estrutura do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq, que por meio do Decreto nº 3.567 de 17/08/2000, passou a ser um dos Institutos de Pesquisa diretamente vinculados ao MCTI.

O MPEG possui uma infraestrutura composta de quatro bases físicas assim distribuídas:

- *Parque Zoobotânico* - com uma área de 5,4ha localizado no quadrilátero, composto pelas Avenidas Magalhães Barata, Gentil Bittencourt, Alcindo Cacela e a Travessa 9 de Janeiro, no bairro de São Braz;
- *Campus de Pesquisa* - com uma área de 10,7 ha localizado na Av. Perimetral nº 1709, também em Belém-PA, no bairro da Terra Firme;
- *Estação Científica Ferreira Penna* - com uma área construída de aproximadamente 3.000 metros quadrados, localizada na Floresta Nacional de Caxiuanã, Município de Melgaço-Pará. Esta FLONA foi criada pelo Decreto-lei nº 194, de 22 de novembro de 1961 e tem parceria com o ICMBio.
- *Campus Avançado do Pantanal* (futuro Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal – INPP) - Situado no Campus da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, na cidade de Cuiabá – MT, ocupando área de 13.535,01 m². Regulamentada de acordo com o Art.22 do novo regimento interno do MPEG -Portaria nº 594 de 25 de junho de 2013.

O Parque Zoobotânico é a base mais antiga, implantada em 1895, à época arredores da cidade de Belém (a área pertencente ao Governo Estadual). Sua configuração atual corresponde ao quadrilátero com área de 5.4 ha, que tomou forma no ano de 1954, no então centro urbano, através Termo de Cessão celebrado entre o Governo do Estado do Pará e o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA/MCTI. A cláusula sexta desse acordo estabelece que “*As construções e benfeitorias que o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia fizer nos atuais terrenos e prédios do Museu Paraense Emílio Goeldi passarão a constituir parte do seu patrimônio, e, como tal, propriedade do Estado do Pará*”. Assim, o Parque Zoobotânico,

bem como suas edificações, pertence ao Governo do Estado do Pará, porém, sob a responsabilidade do MPEG, que atualmente está vinculado ao MCTI.

O Parque Zoobotânico é um bem tombado na esfera municipal, estadual e federal. Possui, em seu interior, edificações datadas do final do século XIX, época de sua implantação, bem como, edificações mais atuais, todas utilizadas nas atividades desenvolvidas pela UPC. No Parque Zoobotânico estão instalados os prédios onde funcionam a Diretoria, Coordenação de Administração e serviços a ela vinculados (Material e Patrimônio, Recursos Humanos, Serviços Gerais, Orçamento e Finanças, Licitação e Contratos, Coordenação de Comunicação e Extensão, Coordenação de Museologia e serviços a ela vinculados (Parque Zoobotânico e Educação e Extensão), Serviço de Comunicação Social, Núcleo Editorial Livros, Núcleo de Museografia, Exposições, destacando-se o prédio da Rocinha, Aquário, Nutrição e Veterinária.

No Campus de Pesquisa, estão instaladas as quatro Coordenações de Pesquisa - Ciências Humanas; Botânica, Zoologia e Ciências da Terra; a Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação; a Coordenação de Informação e Documentação; o Serviço de Tecnologia da Informação, a Coordenação de Planejamento e Acompanhamento; o Auditório Paulo Cavalcante e o Serviço de Campus de Pesquisa (SCP/Prefeitura). A área onde funciona o Campus de Pesquisa pertenceu a EMBRAPA até o mês de maio de 1981, quando foi comprada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Nessa época, o Museu Goeldi pertencia à estrutura do CNPq. Este imóvel está registrado no Cartório de Registro de Imóveis, Segundo Ofício – Belém-Pará, Livro Nº 2 - QQ Registro Geral.

A Estação Científica Ferreira Penna funciona como uma base de pesquisa, devidamente aparelhada para a realização de pesquisa na Região. O Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, por meio de um Termo de Compromisso celebrado inicialmente em 06/10/1990, cedeu ao Museu Paraense Emílio Goeldi a área da FLONA Caxiuanã, correspondente a 33.000 mil hectares. Em face de mudanças ocorridas na estrutura do IBAMA, o Termo de Cooperação foi celebrado com o Instituto Chico Mendes Para a Biodiversidade-ICMBio, autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e que integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), criado pela lei 11.516, de 28 de agosto de 2007. A construção da base científica localizada no interior da FLONA Caxiunã foi realizada com o aporte de recursos doados ao Museu Goeldi, no início da década de 1990, pelo Governo do Reino Unido, por intermédio do então Conselho Britânico.

O decreto de regulamentação da nova estrutura regimental do MCTI, no qual está prevista a incorporação do INPP a sua estrutura básica, ainda encontra-se em tramitação no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, sendo, atualmente, o Museu Paraense Emílio Goeldi, responsável pela gestão do futuro INPP, por intermédio da criação do Campus Avançado - Pantanal/Mato Grosso do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, de acordo com o Art.22 do novo regimento interno do MPEG -Portaria nº 594 de 25 de junho de 2013, transcrito a seguir: "*Art. 22 - À Coordenação de Ciências da Terra e Ecologia compete programar, coordenar, estimular e desenvolver estudos e pesquisas nas áreas de geociências e ecologia, incluindo o campus avançado - Pantanal/Mato Grosso.*"

Nos quadros 39, 40, 41 e 42, pode ser acompanhada a distribuição dos prédios nas bases físicas da UPC, em termos de área ocupada e estado de conservação.

No quadro é apresentada a síntese da área ocupada por cada base física da UPC.

Quadro.39 - Distribuição dos prédios no Parque Zoobotânico do MPEG, em termos de área ocupada e estado de conservação

PARQUE ZOOBOTÂNICO		
EDIFICAÇÕES	ÁREA (m²)	SITUAÇÃO
DIRETÓRIA GERAL DO MPEG		
Prédio “EMÍLIE SNETHLAGE”, datado do ano de 1897.	290,00	BEC*
Assessoria Jurídica – AJUR e Serviço de Processamento de Dados – SPD, datado da década de 1970.	85,50	BEC
Chalé II – Assessoria de Comunicação Social, datado do ano de 1902.	89,76	BEC
COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E EXTENÇÃO – CCE		
Editoração	58,00	BEC
Livraria (1907)	36,00	BEC
Serviço do Parque Zoobotânico – Bloco I – SPZ	255,00	BEC
Serviço do Parque Zoobotânico – Bloco II – SPZ	128,00	BEC
Quarentena (SPZ)	90,00	REC**

* BEC – Bom Estado de Conservação.

** REC – Razoável Estado de Conservação.

*** NR – Necessita de Recuperação.

**** ONF – Obra Não Finalizada – Executada somente a primeira fase.

COORDENAÇÃO DE MUSEOLOGIA – CMU		
Coordenação de Museologia	584,04	BEC
Sobrado “ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA” (1909)	508,65	BEC
Biblioteca “CLARA MARIA GALVÃO” (1899)	572,67	BEC
Centro de Exposições “EDUARDO GALVÃO”	1.832,00	ONF****
Rocinha “DOMINGOS SOARES FERREIRA PENNA” (1895)	1.151,08	BEC
Aquário “JAQUES HUBER” (1909)	308,00	BEC
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO – CAD		
Portaria (Entrada Principal)	22,80	BEC
Serviço de Orçamento e Financeiro – SOF.	116,16	BEC
Serviço de Recursos Humanos – SRH	121,44	BEC
Serviço de Material e Patrimônio – SPM	240,00	REC
Chalé I – Protocolo (1901)	41,78	BEC
Consultório Médico	46,72	BEC
Chalé III – Comissão Permanente de Licitação e Pregão Eletrônico (1902)	86,24	BEC
Serviços Gerais – SG	126,00	BEC
W.C. (II Q – SG)	17,92	BEC
Vestiário Vigilância (SG)	39,25	BEC
Abrigo de Chuva (III Q – SG)	27,00	BEC
Copas, depósito de gás, depósito de água mineral (SMP).	81,25	NR
Oficinas / W.C. (SG)	335,58	NR
PRÉDIOS DESATIVADOS		
Prédio da Tv. 09 de Janeiro c/ Avenida Magalhães Barata (1901)	13,20	NR
Pousada “CLINFORD EVANS JÚNIOR” (1896)	325,00	NR

Quadro.40.- Distribuição dos prédios no Campus de Pesquisa do MPEG, em termos de área ocupada e estado de conservação

CAMPUS DE PESQUISA		
EDIFICAÇÕES	ÁREA (m²)	SITUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO – CID		
Biblioteca “Domingos Soares Ferreira Penna”	795,00	Parcialmente reformado
Administração e Arquivo	192,00	BEC
COORDENAÇÃO DE ZOOLOGIA – CZO		
Invertebrados	837,97	BEC
Administração	180,00	BEC
Vertebrados	975,00	BEC
Aracnologia/Hidrozoófilos	263,00	BEC
Ictiologia	637,00	BEC
Mastozoologia	432,00	BEC
Depósito de inflamáveis		BEC
COORDENAÇÃO DE PESQUISA – CPPG		
Serviço de Tecnologia da Informação – STI	660,00	BEC
Auditório “Paulo Cavalcante”	398,00	BEC
Pós-graduação	316,78	BEC
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH		
Arqueologia	960,00	BEC
Administração	252,00	BEC
Antropologia e lingüística	870,00	BEC
COORDENAÇÃO DE BOTÂNICA – CBO		
Herbário	1.020,00	BEC
Bloco I – Sala de Trabalho	1.047,62	BEC
Bloco II – Sala de Trabalho/laboratórios	408,00	BEC
Laboratório “Adolfo Ducke”	92,00	BEC

Xiloteca	37,80	BEC
Horto Botânico	69,54	BEC
COORDENAÇÃO CIÊNCIAS DA TERRA – CCTE		
Sala de Trabalho	600,00	BEC
Laboratórios	600,00	BEC
Galpão	54,00	BEC
Almoxarifado de produtos químicos	15,00	BEC
SERVIÇO DE CAMPUS DE PESQUISA – SCP		
Oficinas	168,00	BEC
Garagem	360,00	BEC
Portaria	21,00	BEC
Reservatório elevado	33,16	BEC
Vias/Estacionamento	5.674,50	BEC
Subestações	42,72	BEC
INTERDISCIPLINARES	257,00	BEC

Quadro.41.- Distribuição dos prédios na Estação Científica Ferreira Penna, em termos de área ocupada e estado de conservação

ESTAÇÃO CIENTÍFICA FERREIRA PENNA		
EDIFICAÇÕES	ÁREA (m²)	SITUAÇÃO
ESTAÇÃO CIENTÍFICA FERREIRA PENNA – ECFPn		
Administração	505,00	REC
Biblioteca /Auditório	220,00	REC
Restaurante /Área de Lazer	440,00	REC
Alojamento/Redário	1.1566,00	NR
Garagem	112,00	NR
Expurgo / Secagem	25,00	NR
Residência do Administrador	134,00	NR
Residência Auxiliar	88,00	NR
Residência do Vigilante	65,00	NR

Reservatório de Água	9,00	NR
Passarela Coberta	135,00	REC
Casa do Gerador	25,00	NR
Trapiche	466,00	BEC
WC / Trapiche	18,00	NR
CASA DE APOIO EM BREVES		
Residência	308,00	NR
Guarita	10,00	NR
Deposito A	14,00	NR
Deposito B	25,41	NR
Depósito C	24,00	
Garagem*	25,00	NR
Trapiche	260,00	NR

Quadro.42 - Distribuição dos prédios no Campus Avançado do Pantanal, em termos de área ocupada e estado de conservação

CAMPUS AVANÇADO DO PANTANAL		
EDIFICAÇÕES	ÁREA (m²)	SITUAÇÃO
Bloco I	2.118,25	BEC
Bloco II	1.752,77	BEC
Circulação Bloco I e II	79,71	BEC
Laboratórios	721,55	BEC
Circulação entrada bloco laboratórios	268,78	BEC

Quadro 43 - Síntese da área ocupada por cada base física da UPC

ITEM	ÁREA	PORCENTAGEM
PARQUE ZOOBOTÂNICO		
Caminhos / Área Livre	16.182,74	29.64%

Canteiros	23.707,19	48,18%
Edificações	6.079,25	11,14%
Viveiros / Lagos	6.030,82	11,04%
Área Total	54.587,94	100%
CAMPUS DE PESQUISA		
Área Livre	78.264,38	76,73%
Edificações	18.061,12	17,71%
Vias/Estacionamento	5.674,50	5,56%
Área Total	107.036,00	100%
ESTAÇÃO CIENTÍFICA FERREIRA PENNA		
Área Livre	321.869	97,54%
Edificações	3.375	1,02%
Área de Circulação Externa	4.756	1,44%
Área Total	330.000	100%
CASA DE APOIO EM BREVES		
Área Livre	1.732,57	72,19%
Edificações	667,43	27,81%
Área Total	2.400	100%
CAMPUS AVANÇADO DO PANTANAL		
Área Livre	8.594,00	63,50%
Edificações	4.941,06	36,50%
Área Total	13.535,01	100%

A localização dos imóveis da UPC (com coordenadas geográficas de referência) é apresentada no Quadro.44. A distribuição espacial pode ser acompanhada na Figura.42.

Quadro 44 Coordenadas geográficas de referência dos imóveis da UPC

IMÓVEL DA UPC	COORDENADAS GEOGRÁFICAS
Parque Zoobotânico (PZB)	01°27'12.33"S / 48°28'35.45"W

Campus de Pesquisa (CP)	01°27'06.69"S / 48°26'42.23"W
Estação Científica Ferreira Penna (ECFPn)	01°44'15.08"S / 51°27'19.39"W
Campus Avançado do Pantanal (INPP)	15°36'23.84"S / 56°03'41.89"W

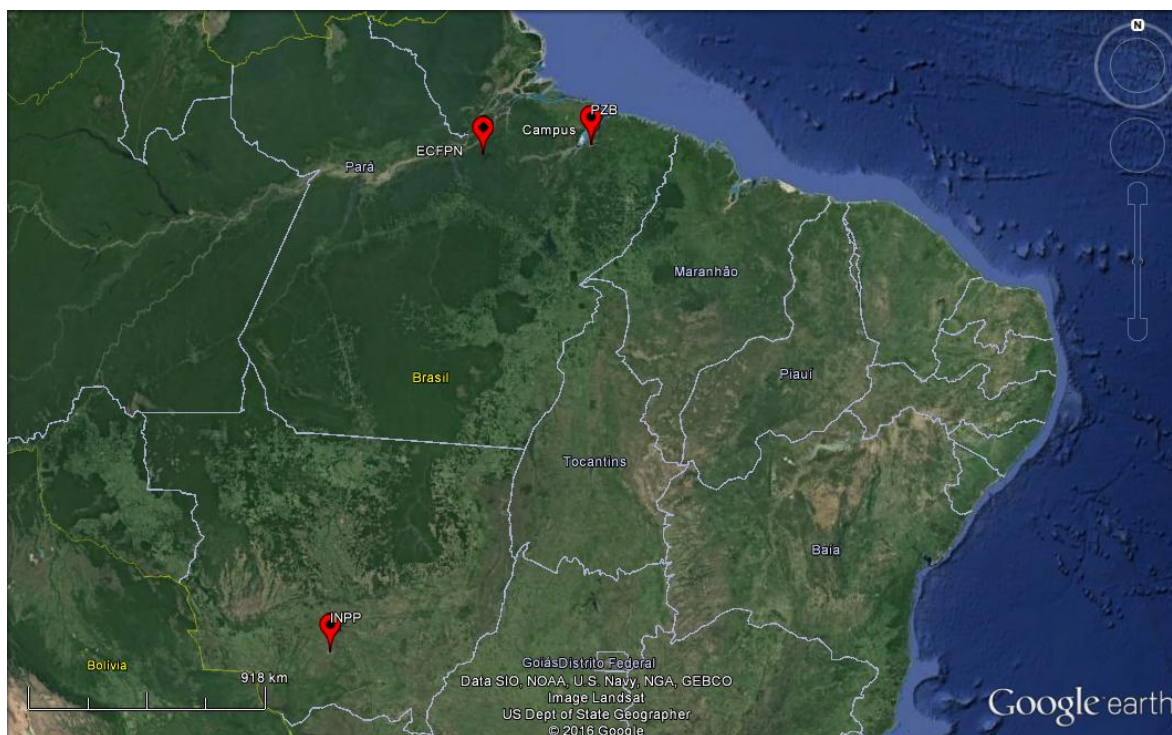


Figura.42.- Localização espacial das bases físicas da UPC. Por questão de escala de representação cartográfica, as bases referentes ao parque Zoobotânico (PZB) e Campus de Pesquisa (CP) estão sobrepostas na imagem.

O principal fator de risco para a gestão dos imóveis, sob a responsabilidade da UPC, reside na atualização das avaliações, cadastro e posterior registros de informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet. Cabe ressaltar que a UPC, dentro dos prazos estabelecidos, adotou várias estratégias para as providências quanto as recomendações, especificamente as constatações de cadastro e regularização de bens imóveis. Ocorre que para a regularização e atualização das informações no SPIUnet, de acordo com seu manual, item 5.1.8, a unidade deve aplicar metodologias específicas para avaliação dos imóveis.

Considerando que, o Museu Goeldi não dispõe de engenheiros capacitados para realizar este cálculo, desde 2013 a UPC vem solicitando reiteradamente à Secretaria de Patrimônio da União no Pará – SPU, por meio do Of. N° 174/2013 (Doc. 004), Of. N° 294 e

296/2014 e 17/2015, a visita de um engenheiro, para realizar a valorização das bases físicas, bem como auxiliar o órgão neste trabalho, para que as pendências detectadas sejam sanadas. Porém, até o final do exercício a SPU/PA não atendeu as referidas solicitações, o que não restou outra alternativa a UPC, se não, justificar junto a CGU/PA, no âmbito do PPP, as inúmeras tentativas para atendimento das recomendações. Desta forma, os prazos para cumprimento das recomendações referentes à regularização, cadastro atualizado, valorização, ausência de registro dos imóveis pertencente ao MPEG, foram prorrogados para 2016, conforme Nota Técnica nº 2.009/2015 e ofício nº 28.586/2015/CGU-Regional/PA/CGU-PR. Impende ressaltar que, o diretor da UPC agendou para abril de 2016 nova reunião com o Superintendente da SPU, a fim de, definitivamente, sanar as pendências técnicas para o cumprimento das recomendações expedidas pelo órgão de Controle Interno da União.

No Quadro 45 são apresentados a última avaliação dos imóveis Parque Zoobotânico e Campus de Pesquisa, realizada em 2001. No mesmo quadro são acompanhadas as despesas com reformas e manutenção no exercício. Impende ressaltar que a avaliação das bases Estação Científica Ferreira Penna e Campus Avançado do Pantanal estão em processo de análise pelo SPU/PA.

Quadro 45 - avaliação dos imóveis Parque Zoobotânico e Campus de Pesquisa

UG	RIP ⁽¹⁾	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Reformas	Manutenção
240 125	0427.00623 .500-7	21	Bom	5.870.790,0 5	08/03/2001	Em processo de reavaliação pelo SPU.	Não houve	Não houve
240 125	0427.00622 .500-1	21	Bom	6.365.802,0 0	09/03/2001	Em processo de reavaliação pelo SPU.	Não houve	Não houve
Total R\$ 12.236.592,05							-	-

RIP 0427.00623.500-7 representa o Parque Zoobotânico do MPEG, com prédios mais antigos e que demandam maiores cuidados com sua manutenção.
RIP 0427.00622.500-1 representa o Campus de Pesquisa, com prédios mais recentes.

7.2.2 Informações sobre Imóveis locados a terceiros

No exercício de 2015, a UPC formalizou a cessão mediante a cessão onerosa para terceiros, uma área de xxxm², localizada no Parque Zoobotânico do Museu Goeldi, em Belém

– PA. No quadro a seguir são apresentadas as informações técnicas da cessão onerosa, os valores e benefício em razão da locação.

Quadro.46 - Informações técnicas da cessão onerosa

Processo	Locatário	Valor mensal recebido (R\$)	Valor Total (R\$)	Forma de contabilização	Utilização do recurso
01205.000001/2014-24	Marta de Fátima Pinto	2.750,00	33.000,00	Recolhimento via GRU, na fonte de Recursos Próprios da UPC de acordo com a LOA.	Manutenção da unidade

No que concerne a frota de veículos existente na Instituição, a UPC segue a INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI Nº 3, DE 15 DE MAIO DE 2008. A importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ decorre do Museu Paraense Emílio Goeldi exercer atividades de rotina, tanto administrativas quanto aquelas relacionadas à pesquisa e extensão, em especial o transporte de materiais, documentos e pessoas entre suas duas bases físicas principais: o Parque Zoológico, localizado próximo ao centro da cidade de Belém-PA; e o Campus de Pesquisa, localizado na periferia da cidade de Belém-PA. Além destes, também faz-se necessário realizar viagens para trabalhos de campo com os pesquisadores da instituição.

Em 2014 os custos associados à manutenção da frota totalizaram R\$ 69.285,65 e consistiram nas despesas com:

- a) Combustíveis e lubrificantes automotivos: R\$ 25.223,45
- b) Serviços de manutenção preventiva e corretiva: R\$ 44.062,20

A administração e o controle do abastecimento de veículos ocorreram através de sistema informatizado, mantido por empresa especializada que permite o controle em tempo real dos abastecimentos, consolidando todos os dados obtidos em relatórios gerenciais, tais como: quilômetros rodados, custos com abastecimento, total de litros abastecido, dentre outros. Além disso, permite também, controlar também os gastos com as manutenções e a compra de peças, tudo em tempo real, de modo que o Museu Goeldi terá ainda mais controle e agilidade na gestão dos custos de sua frota de veículos.

Oportuno ressaltar que no final do exercício de 2014, o MPEG investiu R\$: 381.840,00, em aquisição de novos veículos, sendo 03 (três) da marca Nissan, modelo

Frontier SV Attack, pelo valor unitário de R\$ 105.000,00 e 01 (um) marca Chevrolet, modelo Spin LTZ minivan 07 lugares – valor de R\$ 65.650,00. Sendo os mesmos, incorporados à frota em 2015. Com essa aquisição o MPEG iniciou o processo de desfazimento de veículos alienados, com mais de 15 anos.

No quadro a seguir é apresentada a visão gerencial da frota de veículos.

Quadro 47_ Visão gerencial da frota de veículos da UPC

ORDEM	VEÍCULO	PLACA	ANO/ FABRICAÇÃO	IDADE DO VEÍCULO	KM EM EXERCICIO 2015	GASTOS COM COMBUSTÍVEIS (RS)	GASTOS COM MANUTENÇÃO (RS)	TOTAL GASTO (RS)
1	FORD/RANGER(*)	JTA-4571	2006	9	-	-	-	-
2	TOYOTA/ BANDEIRANTES (*)	JTZ-4032	2000	15	-	-	-	-
3	CHEVROLET/S-10 ***	JUA-2601	2001	14	13.841	300,00	4.505,61	4.805,61
4	CHEVROLET/S-10(*)	JUA-9612	2001	14	-	-	-	-
5	FIAT/PALIO (*)	JUD-3051	2002	13	136	182,00	-	182,00
6	MITSUBISHI/L-200 (*)	JUF-7109	2001	14	-	-	-	-
7	TOYOTA/HILUX	JUK-5813	2004	11	4.854	2.412,59	9.800,76	12.213,35
8	MITSUBISHI/L-200	JUS-6935	2005	10	291	100,00	-	100,00
9	FIAT/DOBLO	JVL-7112	2006	9	2.021	1989,51	4.996,04	6.985,55
10	CHEVROLET/S-10	JVL-7142	2005	10	4.671	2.531,03	-	2.531,03
11	MITSUBISHI/L-200	JVN-2026	2009	6	6.864	1748,72	-	1.748,72
12	MITSUBISHI/L-200	NOY-6967	2010	5	11.399	1374,22	-	1.374,22
13	MITSUBISHI/L-200	JVS-3430	2003	12	1.251	509,98	-	509,98
14	FORD/RANGER	JXV-5915	2007	8	-	-	1.521,00	1.521,00
15	MITSUBISHI/L-200	JVG5787	2007	8	6.417	1893,97	-	1.893,97
16	CHEVROLET - SPIN	QDS4601	2014	1	4.293	3182,66	-	3.182,66

17	NISSAN - FRONTIER	QDJ2521	2014	1	8.521	1.183,70	-	1.183,70
18	NISSAN - FRONTIER	QDJ2421	2014	1	10.136	2342,60	-	2.342,60
19	NISSAN - FRONTIER	QDJ2481	2014	1	52.207	1983,55	-	1.983,55
IDADE MÉDIA DA FROTA				8,52	SUBTOTAL	R\$ 21.734,53	R\$ 20.823,41	
							TOTAL GERAL	R\$ 42.557,94

(*) Veículo em processo de desfazimento

7.3 Gestão da Tecnologia da Informação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) para o biênio 2014-2015 foi elaborado em conformidade aos normativos da administração pública para a área de Tecnologia da Informação (TI), com o devido acompanhamento do Comitê de Tecnologia da Informação do MPEG. Sua construção foi realizada sob a liderança do Serviço de Tecnologia da Informação (STI).

O MPEG formalizou seu primeiro PDTI para o período de 2010 a 2013, sendo uma das primeiras Unidades de Pesquisa do MCTI a redigir este instrumento e apresentar ao Ministério.

Em sua realização, o processo precisou ser alinhado com a ação institucional de revisão de seu maior instrumento de direcionamento estratégico, o Plano Diretor da Unidade, que foi realizada no ano de 2014. Assim, para garantir o alinhamento com este instrumento estratégico maior, foi necessário buscar um paralelismo de ações internas, para permitir que ambos os documentos pudessem ser confeccionados.

Para redação do PDTI 2014-2015, foi utilizada a metodologia recomendada pela SLTI/MPOG, sintetizada no documento “Guia de Elaboração de PDTI do SISP”, disponibilizado publicamente por este órgão.

O PDTI está plenamente alinhado com o PDU da instituição, que apresenta metas específicas voltadas para a área de Tecnologia da Informação, que se colocam como objetivos estratégicos a serem buscados pelo MPEG e STI. São eles:

- Linha de Ação: Assegurar TI alinhada à política nacional de CT&I e à gestão institucional - Para que o MPEG possa cumprir seu papel na política nacional de CT&I são imprescindíveis investimentos estratégicos em tecnologias a informação que promovam a disponibilização e a acessibilidade ao conhecimento científico e que possibilitem a satisfação das demandas institucionais.
- Diretriz 28: Modernizar e expandir a rede de computadores do MPEG - Modernizar em 25% ao ano a rede de computadores do MPEG.
- Diretriz 29: Implantar o modelo de desenvolvimento de software do MPEG -Documento contendo o conjunto de processos que devem padronizar o desenvolvimento de sistemas no MPEG.

- Diretriz 30: Implantar um modelo de governança de TI alinhado às estratégias do MPEG - Para que a área de TI possa oferecer excelência no atendimento das demandas tecnológicas e aos usuários de informática, é imprescindível que o Serviço de Tecnologia da Informação do MPEG implemente um conjunto de processos e boas práticas de mercado capazes de oferecer gestão, controle e métricas de desempenho e qualidade na prestação de serviços de TI.
- Diretriz 31: Implantar novo Datacenter de acordo com as normas de segurança - Atualmente, as condições de segurança do prédio que abriga o Serviço de Tecnologia da Informação não são adequadas, de acordo com os padrões e normas de segurança. A ação terá como resultado a implantação de um ambiente para abrigar computadores servidores e outros equipamentos, com sistemas de controle e monitoramento.

Tais diretrizes são utilizadas pelo STI como norteadores estratégicos, até que seja viabilizado um processo interno de criação de um Planejamento Estratégico específico do setor.

O Comitê de TI do Museu Goeldi foi constituído no dia 06 de junho de 2012, e tem como representantes os seguintes servidores (Quadro 48):

Quadro.48 - Representantes do Comitê de TI da UPC

REPRESENTANTES	NOME	FUNÇÃO
Serviço de Tecnologia da Informação	Marcos Paulo Alves de Sousa	Presidente
Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação	Ana Vilacy M. Galucio	Membro
Coordenação de Comunicação e Extensão	Maria Emilia Sales	Membro
Coordenação de Zoologia	Ana Lucia da Costa Prudente	Membro
Coordenação de Botânica	Anna Luiza Ilkiu Borges	Membro
Coordenação de Ciências Humanas	Helena Pinto Lima	Membro
Coordenação de Ciências da Terra e Ecologia	Ana Luisa Albernaz	Membro
Coordenação de Planejamento e Acompanhamento	Amilcar Carvalho Mendes	Membro
Coordenação de Administração	Roseny Rodrigues Mendes de Mendonça	Membro
Coordenação de Informação e Documentação	Maria Astrogilda Ribeiro Silva	Membro

Assessoria da Diretoria	Alyne Marceley F. de Souza	Membro
Assessoria de Comunicação Social	Vanja Joice Bispo Santos	Membro
Serviço de Tecnologia da Informação	Adenilson Raniery Sarges Pontes	Membro
Coordenação de Museologia	Wanda Célia Tizuko Okada	Membro

Ao longo do ano de 2015, ocorreram três reuniões do Comitê de TI, onde as principais ações estão resumidas no quadro abaixo:

Quadro 49 - Ações gerenciais do Comitê de TI em 2015

Data das Reuniões	Principais Ações
05/02/2015	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentado o Orçamento de TI previsto para 2015, com valor menor em relação a 2014 devido às restrições orçamentárias, e em seguida, discutiu-se a priorização de projetos de TI com o novo orçamento. - Apresentado o andamento dos projetos de TI priorizados ainda em 2014 a serem entregues em 2015, com destaque ao registro de software do SINBIO e ao serviço de outsourcing de impressão. - Apresentado o andamento da entrega de computadores que foram adquiridos em 2014, e priorizaram-se os setores que iriam receber os computadores ao longo de 2015. - Aprovadas as alterações de orçamento e prioridades de projetos previstos no PDTI 2014-2015, referente ao ano de 2015.
26/06/2015	<ul style="list-style-type: none"> - Discutido o andamento dos projetos de TI, com destaque a implantação do fone@RNP, aquisição de novos nobreaks para os computadores desktops e ampliação da informatização das coleções biológicas saltando para 107 mil registros. - Apresentado o Orçamento de TI para 2015 com novos cortes, e houve uma nova priorização de projetos de TI, com destaque especial para aquisição do sistema Gerenciador de Biblioteca e para o desenvolvimento do novo site do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Evolução.
01/12/2015	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentado um Planejamento e Orçamento de TI previsto para 2016, com novas restrições orçamentárias. - Priorizado projetos para 2016, com destaque especial para a implantação do novo correio eletrônico e para o novo Portal do Museu Goeldi. - Apresentada a vencedora do novo contrato de infraestrutura de TI, que é a empresa Equilibrium Web, que irá prestar serviços ao longo de 2016 sob modelo de contrato orientado a demandas com acordo de níveis de serviço.

No exercício em referência a UPC contou com dez (10) sistemas de informação, cujos objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade estão listados no quadro abaixo.

Quadro 50.- Sistemas de Informações da UPC

SISTEMAS	OBJETIVOS E FUNCIONALIDADES	RESPONSÁVEL TÉCNICO (Servidor)	RESPONSÁVEL DA ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE
Portal Institucional do Museu Paraense Emílio Goeldi	É o principal canal digital de comunicação com a sociedade, oferecendo conteúdos e serviços institucionais do Museu Goeldi além de agregar diversos outros sites relacionados com a pesquisa e projetos institucionais.	Marcos Paulo Alves de Sousa	Vanja Joice Bispo Santos	Alta
Sistema de Coleções Online	Tem como objetivo integralizar e disponibilizar base de dados das coleções biológicas na web para consultas.	Marcos Paulo Alves de Sousa	Cleverson Rannieri dos Santos	Moderada
Sistema de Repositório Institucional	Tem como objetivo armazenar, preservar, divulgar e facilitar o acesso à produção científica do Museu Goeldi, maximizando sua visibilidade e seu uso.	Marcos Paulo Alves de Sousa	Maria Astrogilda Ribeiro Silva	Moderada
Sistema de Depreciação e Valoração do Museu Goeldi	Visa geração de cálculo e relatórios de depreciação e valoração de bens do Museu Goeldi	Marcos Paulo Alves de Sousa	Rui Jorge Moura dos Santos	Alta
Sistema de Inventário Biológico - SINBIO	Sistema responsável pelo gerenciamento dos Inventários Biológicos.	Marcos Paulo Alves de Sousa	Marlucia Bonifacio Martins	Baixa

Portal de Periódicos	Responsável por integrar e disponibilizar os periódicos eletrônicos do Museu Goeldi.	Marcos Paulo Alves de Sousa	Ana Vilacy M. Galucio	Alta
Sistema e política de cadastramento de usuários	Sistema responsável pelo cadastramento de contas de rede dos usuários do Museu Goeldi.	Marcos Paulo Alves de Sousa	Adenilson Raniery S. Pontes	Moderada
Sistema de Correio Eletrônico	Responsável por oferecer serviços de mensagens institucionais do Museu Goeldi entre usuários internos e a Internet.	Adenilson Raniery S. Pontes	Amilcar Carvalho Mendes	Alta
Sistema LDAP	Responsável por prover serviços de diretório permitindo o compartilhamento de informações sobre usuários, sistemas, redes, serviços e aplicações através da rede.	Adenilson Raniery S. Pontes	Amilcar Carvalho Mendes	Alta
Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados PostgreSQL e MySQL	Responsável por gerenciar o banco de dados de aplicações e de sistemas web Institucionais.	Adenilson Raniery S. Pontes	Amilcar Carvalho Mendes	Alta

No exercício em referência, o plano de capacitação de pessoal de TI constou da participação de funcionários de TI da UPC no curso “Gestão da Segurança da Informação – NBR 27001 e NBR 27002

O quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI é apresentado no quadro abaixo, onde pode ser constatada a carência por funcionários do quadro para desenvolvimento de atividades, uma vez que a relação para com os servidores terceirizados é de 1 para 6.

Quadro.51.- Força de trabalho em TI na UPC

Descrição	Quantitativo
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade	2
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade	1*
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidade	0
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	0
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidade	0
Terceirizados	12
Estagiários	6

* Servidor da carreira técnica da área Técnico em conservação de acervos científicos ou em práticas museus, cedido temporariamente pelo período das 08:00 às 12:00.

O modelo gerenciamento de serviços de TI na UPC ainda é baseado no modelo de boas práticas ITIL V2.0, atendendo especificamente aos processos de Suporte a Serviços, que descreve os processos associados ao suporte do dia-a-dia e atividades de manutenção associadas com a provisão de serviços de TI, e também aos processos de Entrega de Serviços, que envolve os processos necessários para o planejamento e entrega de serviços de TI.

Quanto ao Suporte a Serviços, há uma Central de Serviço do tipo Help Desk que oferece serviço de apoio a usuários, com gerenciamento de incidentes onde usuários e técnicos podem acompanhar chamados e registrar a resolução de problemas.

Quanto à Entrega de Serviços referente ao planejamento de soluções, o STI adota os princípios da Instrução Normativa MP/SLTI N° 4, de 11 de setembro de 2014, e também aos processos do Guia Prático para Contratação de Soluções de TI.

Referente a descrição da infraestrutura, as informações apresentadas nos quadros.52.a 58, permitem o entendimento do cenário dos recursos de TI do Museu Goeldi no exercício em referência.

Quadro 52. – Recursos de TI no Datacenter da UPC

Servidores Físicos			
Item	Descrição	Fabricante/Modelo	Total
1	Gabinete BLADE	HP C7000	01
2	Lâminas de processamento para Gabinete BLADE	HP BL460c G7	11
3	Servidor de Rack	Dell	01
Storage e backup			
1	Storage Fibre Channel, incluindo Controladora e 5 Gavetas de Discos, totalizando 54 TB disponíveis	HP EVA 4400	1
2	Library de Fita LTO-4 para backup	HP MSL2024	2
Plataformas de Virtualização			
1	Licenças para virtualização	Vmware Vsphere	06
2	Console de gerência	Vmware VCenter	01
Máquinas Virtuais em Operação			
1	Serviços de infraestrutura de rede (Postfix, DNS, DHCP, Proxy, etc)	Debian	6 VMs
2	VM's de Serviços de banco de dados (MySQL e PostgreSQL)	Debian	2 VMs
3	Hospedagem de sistemas científicos	Debian	7 VMs
4	Web e aplicações administrativas	Debian e Windows	5 VMs

os de TI na rede

Switches			
Item	Descrição	Fabricante/Modelo	Total
1	Switch de Núcleo	Enterasys Matrix N7	01
2	Switch de Agregação	Enterasys G3	01

Switches			
Item	Descrição	Fabricante/Modelo	Total
3	Switch de Estação	Enterasys A2	53
4	Switch de Estação	Outros (HP, Dlink, mini-switches, etc.)	20
Access-points			
1	Access-points (sem controladora)	Diversos (Dlink, TPlink)	40

Quadro.54.- Recursos da rede lógica da UPC

Item	Descrição	Padrão	Total
1	Pontos de Rede	CAT5E/6	1036
2	Links Ópticos internos	Multimodo GigE	23
3	Conexão WAN	Ethernet GigE em rede metropolitana	2 em cada localidade (anel óptico)

Quadro.55.- Recursos de videoconferência na UPC

Item	Descrição	Fabricante/Modelo	Total
1	Equipamento de videoconferência	Polycom VSX-7000	02

Quadro.56.- Recursos de Computação Desktop no MPEG

Estações de Trabalho			
Item	Tipo	Sistema Operacional	Total
1	Desktop	Windows 7 / 8 e Linux	600
2	Notebooks institucionais	Windows 7 / 8	20
3	Imac	OS X	5

Quadro 57.- Relação de softwares e aplicativos utilizados na UPC

TIPO	DESCRIÇÃO
-------------	------------------

Sistemas Operacionais	Windows 7 Professional, Windows 8 Pro, OS X, Linux, BSD
Ferramentas de Escritório	MS Office 2007/2010
Ferramentas de email	Thunderbird, Outlook
Antivírus	Kaspersky Enterprise
Servidor de Correio	Postfix
Navegadores	Internet Explorer
	Google Chrome
	Mozilla Firefox
	Safari
Diversos	Microsoft Office (Word, Excel, Powerpoint, Visio, Access)
	Adobe Reader
	PDF Creator
	Adobe Flash Player
	Java (JRE)
	Dropbox
	Google Drive

Quadro 58.- Softwares de monitoração da rede e serviços da UPC

Produto	Função
Nagios	Gerência de falhas
Enterasys Netsight	Gerência de switches
Kaspersky Security Center	Gerência de antivírus

Os projetos de TI desenvolvidos no exercício em análise estiveram em alinhamento com o Planejamento Estratégico e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da UPC. No quadro a seguir é apresentada a listagem dos projetos, os resultados obtidos, valores (orçado e despendido), bem como o prazo de conclusão.

Quadro.59.- Projetos de TI desenvolvidos pela UPC

Descrição	Resultados Esperados	Alinhamento com PE e PDTI	Valores Orçados	Valores Despendidos	Prazos de conclusão
Renovação do Parque de Computadores	Substituição de computadores obsoletos com mais de 4 anos de uso.	PE: <ul style="list-style-type: none"> Modernizar em 25% ao ano a rede de computadores do MPEG PDTI: <ul style="list-style-type: none"> Renovação do parque de computadores 	237.393,00	237.393,00	DEZ/2015
Renovação do Parque de	Melhoria na qualidade e transmissão de dados	PE: <ul style="list-style-type: none"> Modernizar 			

equipamentos de redes – switches de acesso/distribuição/core	na rede interna do Museu Goeldi	em 25% ao ano a rede de computadores do MPEG	2.208,88	52.208,88	DEZ/2015
Implantação do fone@RNP	Permitir que o Museu Goeldi se comunique por voz via Internet, usando computadores e telefones IP.	PDTI: <ul style="list-style-type: none"> Implantação do Serviço de Voz sobre IP (VoIP) 	0,00 (Serviço da RNP oferecido gratuitamente para as Instituições de Pesquisa do MCTI)	0,00	JUN/2015
Implantação da nova versão do Sistema de Inventários Biológicos da Amazônia - SINBIO	Melhorias nos módulos de consultas e relatórios de inventário biológico	PDTI: <ul style="list-style-type: none"> Implantação do novo Sistema de Inventário Biológico – SINBIO 	53.802,00	53.802,00	NOV/2015
Implantação do repositório de dados de espécies do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade – SiBBr.	Armazenamento e disponibilização de dados de espécies biológicas	PE: <ul style="list-style-type: none"> Informatizar o acervo e implantar o Sistema Integrado do Acervo Institucional 	0,00 (Todos os recursos de CUSTEIO e CAPITAL foram pagos via projeto CNPQ/MCTI)	0,00	DEZ/2015

A medida tomada para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI na UPC consistiu no estabelecimento nos contratos de prestação de serviços de TI a cláusula referente à transferência tecnológica, que trata da necessidade de continuidade dos serviços já prestados, assim como do estabelecimento de prazos adequados para transferência de tecnologia e realização da estratégia de transição contratual.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Quadro .60.- Descrição das determinações/recomendações do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
Processo TC 032.991/2010-0	Acórdão nº 2478/2012 – TCU – Plenário	9.2	Of. 0906/2013- TCU/SECEX-PA	06/11/2013
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Museu Paraense Emílio Goeldi				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>“9.2 Determinar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e ao Museu Paraense Emilio Goeldi que, se possível, adotem as providencias cabíveis com vistas a promover o devido ressarcimento do erário por meio do desconto, parcelado ou integral, dos valores nas respectivas folhas de pagamentos dos agentes supridos constantes da presente TCE, sem prejuízo de lhes assegurar o contraditório e ampla defesa, informando ao TCU os resultados por ventura obtidos com essa medida no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da notificação da presente deliberação”</p> <p>O Of. 0906/2013-TCU/SECEX-PA, datado de 21/06/2013 solicitou ao Diretor do MPEG para que no prazo de 15 dias, contados do recebimento do citado Oficio encaminhasse a SECEX as seguintes informações:</p> <p>“a) Relação completa com o nome e período de gestão, incluindo as substituições, dos ordenadores de despesas com suprimento de fundos desde 1º/1/1997 até 20/11/2000;</p> <p>b) Cópia de todos os documentos encaminhados por esse museu às comissões de PAD e em atendimento a outras diligências, cuja finalidade era descaracterizar ou reduzir os valores impugnados como irregulares no presente processo de tomada de contas especial”</p> <p>DESMEMBRAMENTOS:</p> <p>1- Providências Adotadas pelo Museu Paraense Emilio Goeldi</p> <p>As informações requeridas por meio do Of. 0906/2013-TCU/SECEX-PA foram atendidas por meio do Oficio 0160/2013-DIR/MPEG, datado de 08 de julho de 2013, complementadas com as informações contidas no Of. 0181/2013-DIR/MPEG datado de 09 de agosto de 2013.</p> <p>2- Deliberações do TCU:</p> <p>2.1- ACÓRDÃO Nº 222/2015 - TCU – Plenário, de 11 de Fevereiro de 2015</p> <p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:</p> <p>a) acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis, haja vista que os débitos verificados nos autos, oriundos de irregularidades na utilização de suprimento de fundos, já foram integralmente quitados ou que já existe autorização para tanto, ficando claramente caracterizado que não houve locupletamento de recursos, mas tão somente desvio de objeto afastando-se a má-fé na conduta dos responsáveis;</p> <p>b) julgar regulares com ressalva, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea “a”, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, as contas dos responsáveis Adélia Maria Engracia Gama de</p>				

Oliveira Rodrigues, Carlos José da Silva, Daniel Rogério de Oliveira Filho, Eliete Pereira de Carvalho, José Antonio Pereira Junior, Paulo Henrique Gomes de Castro, Peter Mann de Toledo, Raimundo Ferreira Barros, Raimundo Mário Gomes da Cruz, Renaldo Nicácio da Silva Júnior e Rui Jorge Moura dos Santos, dando-lhes quitação;

c) julgar regulares com ressalva, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea “a”, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, as contas do Sr. Carlos Vinicius Teixeira Arrifano, mas sem lhe dar quitação até que a dívida esteja integralmente adimplida por meio do desconto em folha de pagamento já autorizado pelo responsável; e

d) fazer a seguinte determinação:

1. Processo TC-032.991/2010-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: TC-018.015/2010-7 (ACOMPANHAMENTO).

1.2. Responsáveis: Adélia Maria Engracia Gama de Oliveira Rodrigues (CPF 003.802.292-34); Carlos José da Silva (CPF 039.842.222-20); Carlos Vinicius Teixeira Arrifano (CPF 279.744.802-20); Daniel Rogério de Oliveira Filho (CPF 099.001.102-00); Eliete Pereira de Carvalho (CPF 169.329.002-20); José Antonio Pereira Junior (CPF 091.784.302-91); Paulo Henrique Gomes de Castro (CPF 251.854.462-34); Peter Mann de Toledo (CPF 552.633.569-00); Raimundo Ferreira Barros (CPF 029.270.552-20); Raimundo Mário Gomes da Cruz (CPF 090.238.442-20); Renaldo Nicácio da Silva Júnior (CPF 108.550.922-20) e Rui Jorge Moura dos Santos (CPF 096.820.662-04).

1.3. Órgão/Entidade: Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG.

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinar à Secex/PA que junte cópia da presente deliberação ao TC 008.487/1999-5, ao TC 009.997/2001-7 e ao TC 018.015/2010-7

2.2. ACÓRDÃO Nº 5386/2015 - TCU - 1ª Câmara, de 21 de Setembro de 2015

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea a, do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) julgar regulares com ressalva as contas de Peter Mann de Toledo, CPF 552.633.569-00, Carlos José da Silva, CPF 039.842.222-20, e Rui Jorge Moura dos Santos, CPF 096.820.662-04, com fulcro nos arts. [1º](#), inciso [I](#), [16](#), inciso [II](#), [18](#) e [23](#), inciso [II](#), da Lei [8.443/1992](#), c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do RI/TCU, dando-lhes quitação;

b) julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Carlos Vinicius Teixeira Arrifano, CPF 279.744.802-20, com fulcro nos arts. [1º](#), inciso [I](#), [16](#), inciso [II](#), [18](#) e [23](#), inciso [II](#), da Lei [8.443/1992](#), c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do RI/TCU, sem lhe dar quitação até que a dívida esteja integralmente adimplida por meio do desconto em folha de pagamento já autorizado pelo responsável; e

c) julgar regulares as contas do Sr. Marco Antônio Passos Ferreira, CPF 145.509.112-04, e das Sras. Maria das Graças Rodrigues Ferras, CPF 057.423.312-15, e Maria José Tavares Lobato, CPF 172.895.132-15, com fulcro nos arts. [1º](#), inciso [I](#), [16](#), inciso [I](#), [17](#) e [23](#), inciso [I](#), da Lei [8.443/1992](#) c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do RI/TCU, dando-lhes quitação plena; e

d) dar ciência desta deliberação ao Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG.

1. Processo TC-011.570/2012-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsáveis: Carlos Jose da Silva (039.842.222-20); Carlos Vinicius Teixeira Arrifano (279.744.802-20); Marco Antônio Passos Ferreira (145.509.112-04); Maria Jose Tavares Lobato (172.895.132-15); Maria das Graças Rodrigues Ferras (057.423.312-15); Peter Mann de Toledo (552.633.569-00); Rui Jorge Moura dos Santos (096.820.662-04)

<p>1.2. Órgão/Entidade: Museu Paraense Emílio Goeldi</p> <p>1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti</p> <p>1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira</p> <p>1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).</p> <p>1.6. Advogado constituído nos autos: não há.</p> <p>1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.</p> <p>3. Determinações/Recomendações a serem atendidas: Não há</p>
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Não se aplica.

8.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

No ano de 2015, a UPC deu continuidade nas recomendações através do Plano de Providências Permanentes – PPP, referentes a apresentação de contas do exercício de 2012. Cabe ressaltar que, no relatório final, foram identificados 20 achados de auditoria, dos quais oito (08) foram atendidas em 2013 e 2014, e doze (12) tiveram seus prazos prorrogados para 2015.

Dentro dos prazos estabelecidos, o Museu Goeldi adotou várias estratégias para as providências quanto as recomendações, especificamente as constatações que se referem ao cadastro e regularização de bens imóveis do MPEG, no Sistema SPIUnet, da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Ocorre que, para a regularização e atualização das informações no SPIUnet, de acordo com seu manual, item 5.1.8, a unidade deve aplicar fórmulas para avaliação dos imóveis. Considerando que o Museu Goeldi não dispõe de engenheiros capacitados para realizar este cálculo, foi solicitado à própria Secretaria de Patrimônio da União no Pará – SPU, por meio do Of. Nº 174/2013 (Doc. 004), reiterado pelo Ofícios Nº 294 e 296/2014 e Nº 17/2015, a visita de um engenheiro, a fim de realizar a valoração das bases físicas, bem como auxiliar o órgão neste trabalho para que as pendências detectadas fossem sanadas. Porém, até o final do exercício de 2015, a SPU/PA não atendeu as referidas solicitações, o que não restou outra alternativa à UPC, senão justificar junto à CGU/PA, dentro do PPA, as inúmeras tentativas para atendimento das recomendações. Desta forma, os prazos para cumprimento das recomendações referentes à regularização, cadastro atualizado, valorização, ausência de registro dos imóveis pertencente ao MPEG, foram prorrogados para 2016, conforme Nota Técnica nº 2.009/2015 e ofício nº 28.586/2015/CGU-Regional/PA/CGU-PR. Impende ressaltar que o diretor da UPC agendou para março de 2016

uma reunião com o Superintendente da SPU, a fim de definitivamente avaliar a situação e pendências, a fim de cumprir com as recomendações expedidas pelo órgão de Controle Interno da União.

No que pese a inviabilidade de atender as sete (07) recomendações referentes às informações do patrimônio imóvel do MPEG no sistema SPIUnet, a UPC atendeu, no exercício, cinco (05) recomendações, das quais uma das mais relevantes foi a “*Adoção parcial de indicadores de desempenho da gestão nas áreas críticas da unidade*”. Esta recomendação culminou com o planejamento tático da unidade, onde foram identificadas as áreas críticas de gestão, quais são: Coordenação de Planejamento e Acompanhamento – CPA e Coordenação de Administração – CAD, onde os indicadores foram redimensionados, assim como alguns serviços já concluíram os POPs do fluxo de processos, o que deu maior celeridade nos trâmites administrativos.

Ainda nesse exercício, foi cumprida a solicitação de indicação de um servidor responsável pela UPC para gerenciar o Sistema Monitor, que centralizará o monitoramento das recomendações emitidas pela CGU. O Museu Goeldi, através da OI nº 073/2015, designou a servidora Lívia Renata Vale Franco de Sá como “usuário Cadastrador” da UPC. No quadro abaixo estão listadas as Recomendações para o Plano de Providências Permanente.

Quadro.61.- Achados de Auditoria, encaminhamentos e providências adotadas

ITEM	ACHADOS DE AUDITORIA APRESENTADOS	ENCAMINHAMENTOS PROPOSTOS	RECOMENDAÇÕES OF. Nº 9.231/2015 e NOTA TÉCNICA 610/2015/CGU-REGIONAL/PA/CGU-PR	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
01	Avaliação dos Bens de Uso Especial com data de validade vencida	Providenciar as avaliações dos imóveis sob a responsabilidade da UJ, em consonância com a Orientação Normativa GEADE-004/2003, do SPU.	Prazo de atendimento prorrogado por 60 dias	<p>Envio do OF. Nº. 009/2016-DIR/MPEG/MCTI, datado de 20 de janeiro de 2016, ao Srº Jorge Luiz Guimarães Panzera, Superintendente da Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Pará – SPU-PA, reiterando o OF. Nº 174/2013-MCTI/MPEG/DIR, de 31/07/2013, o OF. Nº 296/2014 – DIR/MPEG/MCTI, de 03/12/2014, e o e-mail enviado em 30/12/2014 ao Sr. Haroldo Santos, os quais solicitam o apoio daquela Superintendência no sentido de disponibilizar um de seus técnicos afim de realizar a reavaliação dos imóveis deste Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, como forma de atendimento à solicitação dessa Controladoria Geral da União no Estado do Pará – CGU/PA.</p> <p>Até o presente momento a SPU-PA não realizou a atualização das informações no SPIUNet.</p>
02		1) Recomendar que na elaboração do próximo Plano Diretor de TI sejam observados os elementos mínimos que devem compor o plano, conforme prevê a IN nº 04/2008 – SLTI/MPOG, em especial, a gestão de riscos e os fatores críticos de sucesso para	RECOMENDAÇÃO	RECOMENDAÇÃO ATENDIDA

	<p>Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) deficiente.</p>	<p>execução do plano.</p> <p>2) Recomendar que a unidade defina prazos para atualizar periodicamente o PDTI, de modo a adequá-lo as demandas do órgão e de garantir o alinhamento com as metas proposta pelas atualizações da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI), emitidas pelo órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP); bem como divulgue cada atualização do plano para os interessados.</p> <p>3) Recomendar que o MPEG estabeleça indicadores/parâmetros que possibilitem o monitoramento das ações previstas no PDTI, de modo a aferir sua efetividade e permitir que a unidade corrija desvios na execução do plano.</p>	<p>ATENDIDA</p> <p>RECOMENDAÇÃO ATENDIDA</p> <p>RECOMENDAÇÃO ATENDIDA</p>	<p>RECOMENDAÇÃO ATENDIDA</p> <p>RECOMENDAÇÃO ATENDIDA</p>
03	<p>Falta de registro no SPIUnet do imóvel "Estação Científica Ferreira Penna"</p>	<p>Providenciar junto à SPU/PA a regularização do registro de utilização do imóvel "Estação Científica Ferreira Penna" no SPIUnet.</p>	<p>Prazo de atendimento prorrogado por 60 dias</p>	<p>Envio de OF. N° 17/2015-CPPG/ECFPn (DOC. 03) ao Prefeito Municipal de Melgaço/PA, sr° Adiel Moura de Sousa, com a finalidade de realizar o cadastramento imobiliário da Estação Científica Ferreira Penna para que assim tivéssemos o valor venal do referido imóvel e então atualizar os dados no SPIUnet.</p> <p>Todavia, até a presente data não obtivemos</p>

				qualquer resposta da referida prefeitura.
04	Existência de Saldo em Contas transitórias do SIAFI sem registro no SPIUNet.	Atualizar os saldos das contas patrimoniais transitórias, de modo que o SIAFI espelhe a situação cadastrada no SPIUNet.	Prazo de atendimento prorrogado por 60 dias	Envio de e-mail ao Srº Haroldo Santos (SPU) com as informações sobre as áreas de Edificações do parque Zoobotânico e do Campus de Pesquisa deste MPEG (DOC. 01 e DOC. 02) para serem incluídas no SPIUNet. Até o presente momento o SPU não realizou a atualização das informações no SPIUNet.
05	Registro de imóvel no SPIUNet em duplicidade.	1) Solicitar à SPU/PA o cancelamento do registro em duplicidade do imóvel (Parque Zoobotânico).	Prazo de atendimento foi prorrogado por 60 dias	1) RECOMENDAÇÃO ATENDIDA 2) Envio de e-mail ao Sr. Haroldo Santos (SPU) com as informações sobre as áreas de Edificações do parque Zoobotânico deste MPEG (DOC. 01) para serem incluídas no SPIUNet. Até o presente momento o SPU não realizou a atualização das informações no SPIUNet. 3) RECOMENDAÇÃO ATENDIDA
		2) Atualizar as informações cadastrais do Parque Zoobotânico no SPIUNet.		
		3) Instituir e manter rotinas que permitam a inserção correta e tempestiva dos dados dos bens imóveis especiais no SPIUNet.		
06	Divergência entre as informações constantes no inventário da UJ e as cadastradas no SPIUNet.	Atualizar as informações cadastrais do imóvel “Campus de Pesquisa” no SPIUNet.	Prazo de atendimento prorrogado por 60 dias	Envio de e-mail ao Sr. Haroldo Santos (SPU) com as informações sobre as áreas de Edificações do parque Campus de Pesquisa deste MPEG (DOC. 02) para serem incluídas no SPIUNet. Até o presente momento o SPU não realizou a atualização das informações no SPIUNet.

07	Divergência de informação entre a relação de bens imóveis fornecida pela UJ e os registros constantes do SPIUnet.	Instituir rotinas que permitam que a unidade preste informações que reflitam os registros constantes nos sistemas corporativos utilizados na Administração Pública.	Prazo de atendimento prorrogado por 60 dias	As rotinas serão estabelecidas após a atualizações das informações cadastrais do SPIUnet.
08	Adoção parcial de indicadores de desempenho da gestão nas áreas críticas da unidade.	Providenciar a definição de indicadores de desempenho para todas as áreas críticas da gestão.	Prazo de atendimento prorrogado por 45 dias	<p>Em atendimento ao Plano de Providências Permanentes (PPP), no âmbito da Solicitação de Auditoria No 201409693.01 (Exercício 2013/2014), o MPEG foi instado a adotar indicadores de desempenho da gestão nas áreas críticas da unidade. Para tanto foi contratada a empresa de consultoria Oficina de Planejamento, que presta serviço técnico especializado de consultoria e capacitação para organizações públicas e privadas, mediante aplicação de modernas metodologias aplicadas ao planejamento e gestão organizacional.</p> <p>A prestação do serviço técnico especializado retrocitado, objetivou: i) avaliação e atualização do Plano Diretor do Museu Paraense Emilio Goeldi; ii) monitoramento estratégico do Plano e iii) elaboração do Planos Táticos das suas Unidades Gestoras; iv) Definição dos indicadores de desempenho das áreas críticas de gestão. No que concerne a esse último objetivo específico, a meta é avaliar o atual nível de produtividade, caracterizadas na estrutura administrativa do MPEG, na Coordenação de Planejamento e Acompanhamento – CPA e Coordenação de Administração – CAD.</p> <p>Cabe esclarecer que, através de oficinas</p>

			<p>realizadas em cada setor das unidades de gestão administrativa, foram definidos indicadores quantificáveis da produtividade, os quais necessitam de um período para aplicação e contínuo aperfeiçoamento. Porém, para início da implantação dos indicadores, utilizamos a Coordenação de Planejamento – CPA como piloto, onde os indicadores foram inseridos no SISPEN, alguns foram monitorados de maio – agosto de 2015.</p> <p>Os indicadores da área de planejamento institucional, visam subsidiar o desenvolvimento de programas, projetos e ações do MPEG, por meio da mensuração da evolução do planejamento, orçamento e resultados institucionais.</p> <p>O mesmo se aplicou à Coordenação de Administração, onde os indicadores visam, mensurar a execução das atividades nas áreas de compras e contratações de serviços, através de processos licitatórios, dispensas, adesão à atas, entre outros, bem como, o cadastramento e controle de bens móveis e materiais, de fiscalização e gestão de contratos, de acompanhamento de obras e serviços, de manutenção e operacionalização da Unidade e de capacitação do quadro de servidores, a fim de manter a infraestrutura Institucional e de recursos humanos, para o desenvolvimento de pesquisas e difusão científica.</p> <p>Dada a quantidade de indicadores em cada setor</p>
--	--	--	---

				<p>administrativo, fez-se a opção de apresentá-los, em anexo, inclusive reproduzindo à guisa de exemplificação o “espelho” referente a Coordenação de Planejamento e Acompanhamento, utilizada como piloto do monitoramento experimental dos indicadores.</p> <p>Assume-se o compromisso de a partir de junho do exercício em curso, o sistema de monitoramento, será implementado mediante mensuração mensal dos indicadores.</p> <p>Espera-se que no decorrer de 12 meses de monitoramento dos indicadores, a Instituição possa, finalmente, produzir índices padrões, que delimitem o patamar, mínimo, de eficiência e eficácia das rotinas administrativas do Museu Goeldi.</p>
--	--	--	--	---

8.3 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

No exercício em referência, como nos demais anteriores, a UPC tem por regra planejar e executar o cronograma de pagamentos das obrigações contraídas em decorrência das contratações para aquisição de bens e materiais de consumo, assim como para prestação de serviços, conforme estabelece o art. 5º da Lei 8.666/93.

No que concerne a contratação para prestação de serviços, este cronograma é definido anualmente, sendo o desembolso mensal, porém, o pagamento decorrente de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir. Cabe ressaltar que, o pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no §1º do art. 36, da IN/SLTI nº 02, de 2008.

O mesmo se aplica a contratações para aquisição de bens e materiais de consumo, sendo que o cronograma de desembolso das despesas, cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93, é executado de acordo com o que estabelece o item “ Do Recebimento e Critérios de aceitação do objeto” dos Termos de Referência, Anexo I, dos editais de licitação.

Cumprindo observar que a UPC, realiza suas contratações, de acordo com o que estabelece o art. 3º da Lei 8.666/93, o qual fixa orientação no sentido de que “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

E ainda, o Museu Goeldi, considera-se a proposta mais vantajosa para a administração aquela que contempla produto ou serviço de boa qualidade, associada a preço compatível com o praticado pelo mercado, conforme previsto no art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/93.

8.4 - Informações sobre ações de publicidade e propaganda

No exercício de 2015, com o objetivo de atender o princípio da publicidade, de acordo com o que preceitua a Lei 8.666/93, a UPC investiu em publicidade legal a importância de R\$ 1.521,00, referentes ao contrato com a Empresa Brasil de Comunicação S.A – EBC, cujo o objeto foi a prestação de serviços de “*Distribuição da Publicidade Legal impressa ou eletrônica de interesse do Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTP*”.

Quadro 62– Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados R\$	Valores pagos R\$	Processo nº	Empresa	Vigência
Institucional	–	–	–	–	–	–

Impende ressaltar que para todas as compras e contratações realizadas pelo órgão, é dada a publicidade oficial e divulgação em quadro de avisos de amplo acesso público, informando sobre execução orçamentária, licitações, contratações, convênios, diárias e passagens, a fim de dar a devida transparência pública aos atos do gestor, atendendo assim, a Portaria Interministerial nº 140, de 16 março de 2006.

Legal	Administração da UP Ação 2000	10.845,00	1.521,00	01205.000329/2013-60 Contrato: 17/2014	09.168.704/20 01-42 Empresa Brasil de Comunicação S.A – EBC	03/04/2016
Mercadológica	–	–	–	–	–	–
Utilidade pública	–	–	–	–	–	–